

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

2009 - 2012







EXPEDIENTE

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TOCANTINS
2009-2012

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Subprocuradora-Geral de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO
Corregedor-Geral

CÉLIO SOUSA ROCHA
Chefe de Gabinete

JOSÉ MARIA TEIXEIRA
Diretor-Geral

COLÉGIO DE PROCURADORES

Alcir Raineri Filho
Angélica Barbosa da Silva
Clenan Renaut de Melo Pereira
Elaine Marciano Pires
João Rodrigues Filho
José Demóstenes de Abreu
José Maria da Silva Júnior
José Omar de Almeida Júnior
Leila da Costa Vilela Magalhães
Marco Antônio Bezerra
Ricardo Vicente da Silva
Vera Nilva Álvares Rocha Lira

ELABORAÇÃO

Alayla Milhomem Costa Ramos
Chefe da Assessoria de Comunicação

Flávio Herculano
Textos

Daniela Leal
Luciana Duailibe
Revisão

Bruno Fleuri
Projeto Gráfico

Ronaldo Mitt
Fotos

PALAVRA DO PROCURADOR

Depois de quatro anos, encerramos a missão nobre e grandiosa de estar à frente do Ministério Público do Estado do Tocantins. Não acertamos em tudo, mas, em todos as nossas ações, perseguimos a meta do nível máximo de qualidade.

Buscar a excelência não é algo que se deve fazer isoladamente. Por isso, reconhecendo as atribuições diferenciadas dos órgãos da Administração Superior do MPE, procuramos a colaboração de cada um deles, tendo em vista os valorosos perfis que compõem esses órgãos. As principais decisões foram partilhadas, em um protagonismo coletivo, sem que, com isso, nos furtássemos de nossa responsabilidade enquanto gestor.

Ao mesmo tempo, sempre que foi necessário ter firmeza, jamais hesitamos, guiados por nossa consciência e pelas leis, pois nas delegações constitucionais ao Ministério Público não cabe qualquer titubeio. A defesa da sociedade e dos princípios democráticos exige rigidez nas ações, e nisso fomos inflexíveis.

A missão do MP sempre foi colocada acima de tudo, acima de qualquer lampejo de vaidade, o que nos fez ter sempre em mente que a independência do *Parquet* é o principal pilar que sustenta sua missão. Por isso, o Ministério Público buscou o diálogo, mas nunca se curvou ante as demais instituições.

Quando triplicamos o número de Promotorias de Justiça com sede própria no Estado, a finalidade foi proporcionar aos membros e servidores a possibilidade de cumprir a missão do Ministério Público com o melhor nível de qualidade que nos foi possível alcançar. Nisso, enxergávamos o cidadão tocantinense, fragilizado no acesso a seus direitos. É por ele que temos o dever de aperfeiçoar continuamente nosso trabalho, e mantivemos a consciência de que cabe à Procuradoria-Geral de Justiça proporcionar, aos membros e servidores, as ferramentas necessárias para esse impulso.

Foi com essa mesma finalidade que tomamos as iniciativas relacionadas à modernização administrativa, à aquisição de móveis, veículos e equipamentos de informática, à estruturação de novos setores no MPE e à ampla valorização dos membros e, especialmente, dos servidores.

Hoje, o Ministério Público do Tocantins é uma instituição que proporciona as condições necessárias de atuação aos seus integrantes, firme em seus valores e com independência reconhecida e respeitada.

Sabemos que ainda há muito por ser feito. Mas, da nossa parte, realizamos o que foi possível em quatro anos, planejando a gestão, dinamizando a aplicação dos recursos e aproveitando o potencial de uma grandiosa equipe, que não mediu esforços para que alcançássemos os resultados cuja relevância social pode ser vista nas próximas páginas.



CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

SUMÁRIO

Apresentação	10
Capítulo I – Modernização e Desenvolvimento	14
Diretrizes continuarão guiando o MPE nos próximos seis anos	15
Evolução da receita possibilita crescimento do MPE	16
Número de licitações reflete legalidade administrativa	17
Com o crescimento das parcerias, MPE se fortalece	18
Instalado Núcleo Maria da Penha	20
Cidadão ganha novo espaço no MPE.....	21
Fiscalização das atividades policiais é reforçada	22
Grupo reforça combate ao crime organizado	23
Comunicação com os tocantinenses é agilizada.....	25
Transparência.....	26
Um MP mais funcional também na internet.....	28
Sistema insere MPE no mundo do processo virtual.....	29
Novos sistemas proporcionam salto de qualidade no MPE.....	30
Eleição para PGJ passa a ser online.....	32
Novos equipamentos reforçam parque tecnológico.....	33
Frota recebe 22 veículos e mais 11 estão em processo de aquisição.....	34
Mobiliário mais funcional em Palmas e no interior	35
Equipamentos são doados a entidades sociais.....	36
Conforto e funcionalidade nas Promotorias de Justiça do interior	38
Araguaína	43
Colinas do Tocantins.....	44
Tocantinópolis.....	45
Paraná	46
Miranorte.....	47
Taguatinga.....	48
Arraias	49
Guaraí	50
Natividade	50
Peixe	51
Assegurada a construção de novas sedes	51
11 Promotorias reforçam autonomia em espaços próprios	51
Promotorias beneficiadas também com reformas	52
Reformas também na sede do MPE.....	52
Novos olhares sobre o Ministério	53
Segurança institucional é reforçada	54
Frequência de servidores é registrada em ponto eletrônico.....	55
Correições chegam às Procuradorias de Justiça	56
Servidores são treinados para combate a incêndios	58
Reciclagem ganha nova dinâmica	58

Capítulo II – Valorização de membros e servidores..... 62

PCCR estimula qualificação dos servidores	62
Produtividade é incorporada	64
PCCR corrige distorções	64
Plano proporciona também aumento do quadro	65
Efetivos têm preferência para os cargos de chefia	66
Revisões anuais corrigem salários acima da inflação	66
Adicional de férias salta para 50%.....	67
Auxílio-creche proporciona maior tranquilidade para servidores	68
Auxílio-alimentação é reajustado.....	69
MPE reforça quadro de membros	70
Número de servidores é ampliado.....	71
Transparência também na seleção de estagiários.....	72
Qualificações atendem as necessidades específicas do MPE	73
Mais de R\$ 100 mil investidos em incentivo à graduação	74
Servidores e membros contam com linha de crédito diferenciado	75
Pagamento de direitos a membros do MPE	76
Atendimento de saúde facilitado com a instalação de setor	76
Assistência odontológica também na sede do MPE	78
Saúde em movimento na Procuradoria-Geral de Justiça.....	79
Comemoração à saúde do servidor.....	79
Qualidade de Vida no Trabalho tem equipe reforçada	80
Vacinação é mantida em dia.....	80

Capítulo III – Resultados 84

Ações de membros e promotores confirmam evolução	84
Crescimento do MPE é aferido em números	85
Trabalho realizado no MPE leva membros às discussões nacionais e regionais.....	89
Prefeitos são alvo de 80 denúncias criminais e 140 Ações Cíveis Públicas	92
Caops: Integrando a atuação das Promotorias de Justiça	93

Capítulo IV – Avaliações 98



Apresentação



MPE evolui mediante ampla frente de trabalho

Nos últimos quatro anos, o Ministério Público do Estado do Tocantins confirmou-se como uma entidade autônoma, guiada apenas pelas leis e pela consciência de seus membros na defesa dos interesses do cidadão, sem intervenções externas. Essa é uma conquista que faz parte do processo evolutivo do MP e que ficará para a história; não se pode voltar atrás.

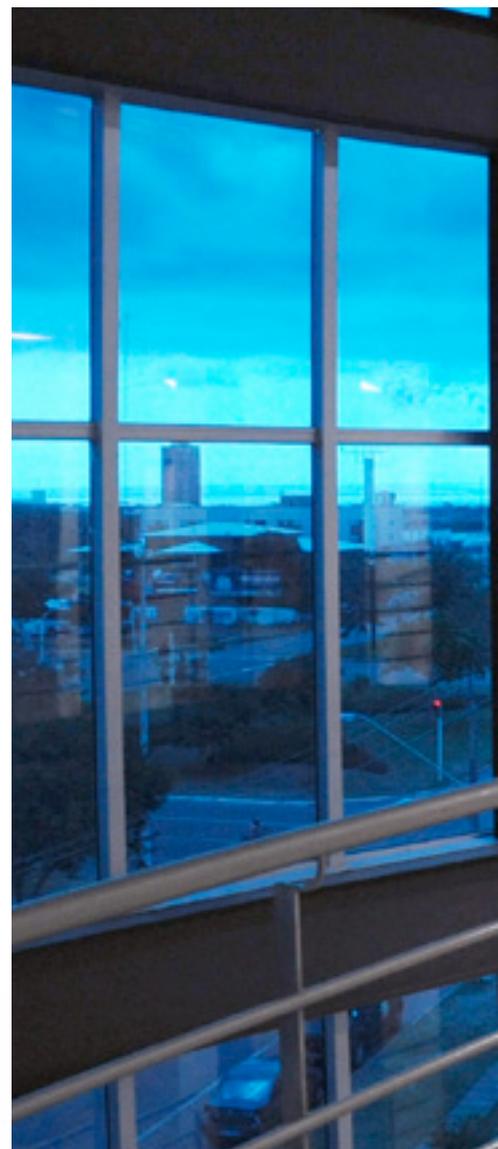
Para a consolidação dessa autonomia, muitos caminhos foram trilhados de forma simultânea. Não bastou mostrar que o MPE é independente em relação aos poderes, que não hesita ao atuar em frentes como o combate à corrupção e ao crime organizado, por exemplo. Foi necessário proporcionar plenas condições para que os membros do *Parquet* desempenhassem suas funções, apoiados por servidores qualificados e contando com toda a estrutura necessária.

Nesse sentido, o trabalho foi intenso, a começar pelos esforços em prol da modernização administrativa, tendo como carro-chefe o programa *Gespública*, visando à máxima eficiência no andamento das ações do MPE. Acompanhada dessa modernização, veio a evolução em termos de planejamento.

Também foi notório o crescimento da estrutura física da entidade, com a construção de 10 sedes próprias para as Promotorias de Justiça do interior.

Somem-se a isso as inovações realizadas na área de tecnologia da informação e os investimentos na renovação da frota e do mobiliário e tem-se ambientes de trabalho funcionais, que asseguram uma melhor produtividade.

Mas a Instituição cresceu também no tocante ao capital humano, com a realização de concursos para o ingresso de novos membros e servidores, devidamente capacitados e valorizados. Entre outras conquistas, foi instituído o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR), criado o auxílio-creche, aumentado o auxílio-alimentação em 75% e reajustados regularmente os subsídios, que, ainda, incorporaram a gratificação por produtividade. Também é destaque a criação do Setor de Saúde, com diversas modalidades de atendimento.



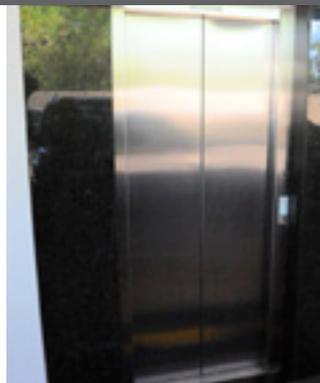


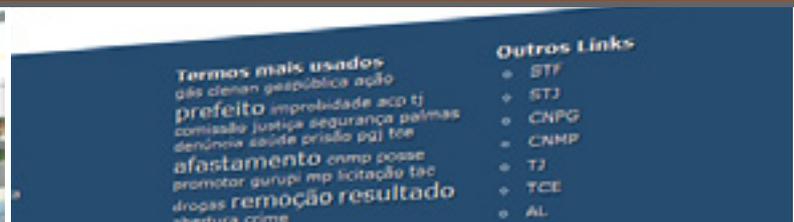
Com as ferramentas de apoio aperfeiçoadas, já se pôde sentir o aumento na produtividade dos Procuradores e Promotores de Justiça, aferido nas avaliações anuais do Planejamento Estratégico. Mas são conquistas com resultados a longo prazo, alcançadas com o esforço de todos os integrantes do MPE, que continuarão a se desenvolver e a repercutir na busca de uma plena cidadania em favor dos tocaninenses.



Modernização e Desenvolvimento

Em quatro anos, o Ministério Público do Estado do Tocantins registrou grandes avanços institucionais, que se tornaram realidade graças aos investimentos em planejamento administrativo com a adoção do Gespública, à modernização tecnológica, à renovação da frota e do mobiliário, entre outras ações, com destaque para a construção de 10 sedes próprias para Promotorias de Justiça no interior do Tocantins. São espaços mais amplos e funcionais, que acolhem melhor o público, proporcionam conforto aos membros e servidores e ajudam a dinamizar as ações do MPE.







Modernização MPE à frente do Gespública

14

A adesão ao Programa Federal de Modernização e Desburocratização da Gestão Pública (Gespública) no ano de 2009 possibilitou ao Ministério Público do Estado (MPE) identificar pontos sensíveis em sua administração e estabelecer soluções segmentadas, transformadas em metas, visando alcançar a excelência em suas atividades.

O método de avaliação do Gespública, que mensura a maturidade das instituições a partir de um sistema de pontuação, atribuiu ao *Parquet* do Estado 109 pontos na primeira medição (2009) e 201,3 pontos um ano depois, configurando um salto de 184% no curto período.

Completados os dois primeiros ciclos do programa e se estabelecendo como exemplo de inovação administrativa em nível estadual, o MPE assumiu a ancoragem do Gespública no Tocantins, em junho de 2011. Com a nova responsabilidade, a Instituição passou a desenvolver estratégias de adesão e participação de outros órgãos no programa, estabelecendo o Núcleo Estadual de Excelência na Gestão Pública do Tocantins (NEGP).

O Ministério Público fica à frente do Programa até 2017, tendo como proposta para esse período fortalecer o Gespública no Tocantins.

Resultados

Ao alcançar o equilíbrio administrativo, o MPE conseguiu reduzir suas despesas correntes e ampliar os investimentos. O tempo para realizar aquisições e o preço das contratações foi diminuído, enquanto o volume de processos da área finalística aumentou, demonstrando a maior eficiência alcançada pela Instituição.



O programa

O Gespública foi criado pelo Ministério do Planejamento, em 2005, tendo como objetivo melhorar a qualidade dos serviços públicos prestados à sociedade. Busca a excelência na gestão, baseado em métodos de padrões de qualidade internacional, aplicados inicialmente apenas na iniciativa privada.

Planejamento estratégico

Diretrizes continuarão guiando o MPE nos próximos seis anos

Orientado pelo Gespública, o Ministério Público do Tocantins foi a campo em 2009 para traçar uma diretriz arrojada de atuação a longo prazo: o Planejamento Estratégico 2010-2018, que serve de orientação às ações do MPE, trazendo metas bem definidas para as suas diversas frentes de trabalho, cujo cumprimento é avaliado a cada ano.

O primeiro passo para elaboração do Planejamento Estratégico foi ouvir a comunidade tocantinense, por meio de audiências públicas realizadas nas regiões central (Palmas), Norte (Araguaína) e Sul (Gurupi). Cerca de 500 pessoas participaram dos debates.

Na sequência dos trabalhos, durante dois dias, membros e servidores se uniram. Em atividades pré-planejadas, avaliaram o passado do MPE, discutiram o presente e projetaram o futuro, a partir do que se espera da Instituição.

Nas etapas seguintes, indicadores de desempenho de gestão foram traçados, um mapa de objetivos a longo prazo foi definido, projetos estratégicos criados e um modelo de gestão construído, servindo de norte para as atuais e as futuras gestões do MPE. Para o desenvolvimento do plano, os servidores foram capacitados.

A cada etapa concluída, o Planejamento Estratégico passou pela aprovação do Colégio de Procuradores de Justiça, onde têm assento os próximos administradores do Ministério Público.



Realidade

Hoje, da atuação das promotorias às ações administrativas, financeiras e orçamentárias, o MPE do Tocantins é conduzido por indicadores estabelecidos no Planejamento Estratégico, com metas que são expressas em números, passíveis de clara avaliação quanto ao seu cumprimento.



Gestão

Evolução da receita possibilita crescimento do MPE

A partir do diálogo entre os Poderes constituídos, sustentando seu planejamento e as necessidades dele recorrentes, o Ministério Público do Estado conseguiu ampliar gradualmente sua receita. Nos quatro anos de gestão de Clenan Renaut de Melo Pereira à frente da Procuradoria-Geral de Justiça, a participação do MPE no Orçamento do Estado saltou de R\$ 75.098.000,00 para R\$ 117.850.000,00, o que configura um crescimento aproximado de 56%.

Foi esse aumento que deu sustentação aos investimentos realizados na ampliação e renovação da estrutura do *Parquet*, em termos de novas edificações e da aquisição de bens de uso permanente.

Esta nova realidade orçamentária viabiliza, ainda, a valorização do servidor, concretizada após criteriosos estudos acerca do impacto causado por cada um dos benefícios a serem concedidos, a exemplo dos reajustes salariais e da instituição do novo Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR).



Crescimento orçamentário

Ano	Valor	Percentual
2009	R\$ 75.098.000,00	-
2010	R\$ 89.326.000,00	18,95%
2011	R\$ 104.414.000,00	16,89%
2012	R\$ 117.850.000,00	12,87 %

Crescimento

Número de licitações reflete legalidade administrativa

O crescimento do Ministério Público tem seguido, rigorosamente, além do Planejamento Estratégico, os critérios legais para a realização de obras e para a aquisição de bens de consumo, bens de uso permanente e serviços, com 238 licitações realizadas em quatro anos.

Número de licitações realizadas

2009	2010	2011	2012*	Total
50	63	57	68	238

*até o mês de novembro

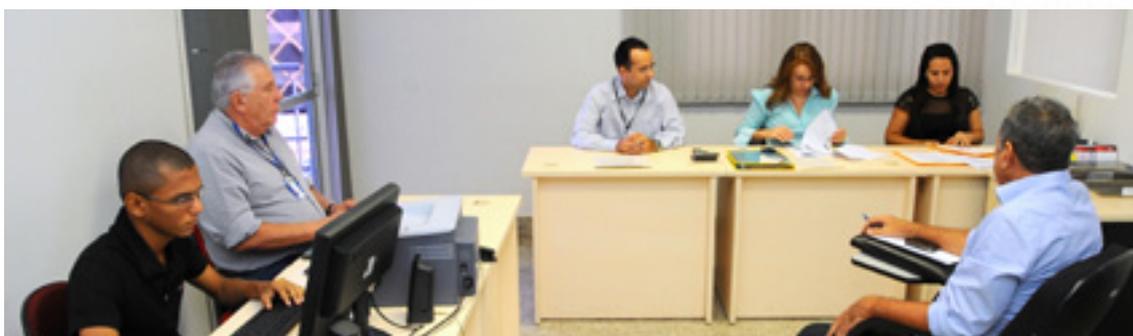
Modalidade	Montante licitado (R\$)				Montante a licitar (R\$)	TOTAL (R\$)*
	2009	2010	2011	2012*	2012*	
TOTAL	1.855.948,52	6.754.762,32	11.468.161,70	5.723.846,84	1.492.816,38	27.295.535,76

*até o mês de outubro

Contratos

Tipo	2009	2010	2011	2012*	Total*
Contratos firmados	42	60	79	135	316
Termos aditivos	43	41	66	54	204

*até o mês de novembro



Gastos

Cr terios no uso do suprimento de fundo

A forma criteriosa como t m sido utilizados os recursos do suprimento de fundos   um mostra da responsabilidade do Minist rio P blico em sua execu o financeira, de modo a servir de exemplo  s demais institui es. Destinado a despesas pequenas ou urgentes, o suprimento de fundo s  deve ser utilizado quando n o puderem ser empregados os ritos tradicionais de licita o. Por essa cautela, o MPE vem reduzindo gradualmente o seu uso.

Exercício	Valor do suprimento de fundos
2005	R\$ 92.997,94
2006	R\$ 80.935,71
2007	R\$ 31.990,78
2008	R\$ 31.054,01
2009	R\$ 15.858,97
2010	R\$ 17.419,16
2011	R\$ 9.376,67
2012	R\$ 8.700,00



Administração

Com o crescimento das parcerias, MPE se fortalece

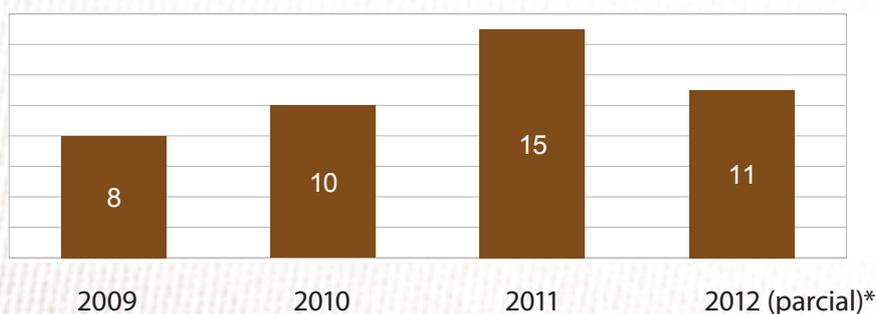
Concluída a gestão 2009-2012 da Procuradoria-Geral de Justiça, seu trabalho continuará a gerar efeitos. Inclusive quanto aos diversos convênios, acordos de cooperação e outros instrumentos de parceria que permanecerão em vigência, dando suporte às atividades do Ministério Público do Estado (MPE).

Por entender que o fortalecimento da Instituição passa pelo estabelecimento de parcerias com outras entidades e poderes públicos, deu-se prosseguimento na assinatura de acordos, que têm como signatários instituições bancárias, faculdades, órgãos públicos e cooperativas, entre outros.

São instrumentos com os mais diversos fins. Instituem benefícios para servidores e membros, formam grupos de trabalho, possibilitam o intercâmbio de informações, o acesso a dados, e outros – a exemplo do Termo de Cooperação Técnica, um dos mais recentes, firmado com a Polícia Rodoviária Federal em agosto de 2012, dando mais efetividade às ações de fiscalização desenvolvidas nas rodovias federais que cortam o Estado.

Evolução anual

Número de parcerias



* janeiro a julho de 2012

Bancos

Foram celebrados convênios com diversas instituições bancárias para a concessão de crédito consignado, prolongando o prazo dos acordos e possibilitando aos integrantes a escolha da taxa mais vantajosa.

Já no âmbito dos serviços de processamento da folha de pagamentos dos integrantes do MPE, foi celebrado contrato de cinco anos junto ao Banco do Brasil, o qual, além de garantir R\$ 1,2 milhão para a PGJ, ainda irá possibilitar a livre opção bancária aos membros e servidores e lhes garantir serviços diferenciados, caso optem pela instituição bancária contratada.

Principais convênios

Detran: disponibilizar acesso ao Sistema Informatizado de Consultas do Detran-TO e ao Sistema de Controle de Acessos, permitindo ao MPE a consulta ao cadastro de condutores, veículos e proprietários;

MP do DFe Territórios: capacitar recursos humanos do MPE-TO em metodologias de combate às organizações criminosas;

Celtins: disponibilizar, mediante requerimento formal, o acesso aos dados de consumidores cadastrados junto à Celtins;

Secretaria de Direito Econômico: melhorar as comunicações, a troca de informações e o aprimoramento de novas técnicas em repressão a cartéis;

Governo do Tocantins: assegurar a disponibilidade financeira e orçamentária para o pagamento das perdas apuradas pela conversão da moeda em URV, aos membros do MPE;

Tribunal de Justiça: promover a cooperação recíproca entre o MPE e o TJ visando a composição de Junta Médica Oficial para realização de perícias, avaliações e/ou inspeções médicas dos servidores;

Caixa Econômica Federal: estabelecer condições especiais de concessão de crédito imobiliário, em favor de membros e servidores;

Ministério da Ciência e Tecnologia e INPE: estabelecer intercâmbio de informações técnico-científicas para o levantamento da degradação ambiental ocorrida no Estado do Tocantins;

Ministério do Trabalho: permitir o acesso aos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) pelo Grupo Estadual de Combate às Organizações Criminosas (Gecoc);

Secretaria de Reforma do Judiciário: implementar Núcleo Maria da Penha, no âmbito do MPE, em observância às diretrizes do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci);

Banco do Brasil: Serviços de pagamentos de salários, pagamentos de fornecedores e pagamentos diversos da Procuradoria-Geral de Justiça do Tocantins.

Caixa Econômica Federal: conceder empréstimos e financiamentos em folha de pagamento para os membros e servidores.

Mulher

Instalado Núcleo Maria da Penha

As mulheres que procuram o Ministério Público Estadual (MPE) na busca de proteção no tocante à violência doméstica e familiar passaram a contar, a partir de junho de 2012, com um espaço especializado de atendimento, onde uma equipe multidisciplinar está pronta para recebê-las e prestar um atendimento integral e humanizado.

O Núcleo Maria da Penha, coordenado pelo promotor de justiça José Kasuo Otsuka, é composto por uma equipe multidisciplinar formada por analista ministerial especializado em ciências jurídicas, psicólogo, pedagogo, psicopedagogo e assistente social: profissionais que receberam capacitação específica para prestar serviços no novo espaço, estando aptos, inclusive, a trabalhar em articulação com as demais entidades da rede de apoio à mulher.

Além de atuar no atendimento e no acompanhamento das vítimas de violência – física, verbal e psicológica –, o núcleo ainda busca a promoção de políticas públicas voltadas à proteção da mulher e desenvolve campanhas educativas para a divulgação da Lei Maria da Penha, entre outras ações.



Atendimento

Cidadão ganha novo espaço no MPE

Guardião dos direitos dos tocaninenses, o Ministério Público Estadual (MPE) inaugurou, em maio de 2012, um espaço adequado para receber seu público. Quem se dirige à instituição em busca de seus serviços, agora é recebido na Sala de Atendimento ao Cidadão, onde é realizado um primeiro contato, feita a triagem e, na sequência, dado o direcionamento adequado a cada caso.

Com o novo espaço, há mais conforto para quem busca no MPE o amparo aos seus direitos, além de uma prestação de serviço inicial especializada e mais eficiente.

Na sala, o cidadão também pode requisitar dados referentes à instituição, maneira encontrada pelo Ministério Público para tornar mais direto e ágil o cumprimento da Lei de Acesso à Informação, cuja vigência teve início em 2012.



“Eu já era bem atendida sempre que precisei, agora então é que não tenho do que reclamar”

Olinda Santos dos Reis, uma das primeiras pessoas atendidas na nova sala





Gecep

Fiscalização das atividades policiais é reforçada

O Tocantins foi o primeiro estado do Norte do país a instituir um Grupo de Controle Externo da Atividade Policial (Gecep), marco que se deu em dezembro de 2011, por meio de resolução da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ). A primeira reunião do grupo ocorreu em março do ano seguinte, quando foram definidas as diretrizes e ações que norteiam seu trabalho.

Desde então, ganhou nova dinâmica a atuação do Ministério Público junto às polícias Civil e Militar na busca da adequação da segurança pública e do aparelhamento estrutural das forças policiais.

Entre as medidas desenvolvidas pelo Gecep destaca-se a fiscalização de estabelecimentos carcerários, a requisição da interdição parcial de casa de prisão, a expedição de recomendações para a instauração de inquéritos civis e de procedimentos investigatórios criminais, além do oferecimento de denúncia por tortura e formação de quadrilha contra policiais.

Atribuições

São atribuições do Gecep o recebimento de representações, petições e notícias relacionadas a irregularidades ou infrações penais praticadas por membros das polícias Civil e Militar no exercício de suas funções, e a realização de visitas aos estabelecimentos policiais e às cadeias públicas. O órgão também tem atuação preventiva, visando aprimorar a rotina e o procedimento de trabalho das polícias, entre outras atividades.



Gaeco

Grupo reforça combate ao crime organizado

Em 2011, com a criação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), aprovada pela Assembleia Legislativa, o Tocantins ganhou o reforço de uma equipe especializada, voltada a investigações, serviço de inteligência e demais atividades necessárias à identificação de autoria, à produção de provas e ao acompanhamento de processos relacionados ao crime organizado.

As atividades se efetuam com a atuação direta dos Promotores de Justiça, diretamente ou em atuação conjunta com as polícias e outros organismos.

Na prática, o Gaeco substituiu o Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado (Gecoc), em uma mudança que foi além do recebimento de uma nova nomenclatura, ao receber a mesma denominação existente em outros Ministérios Públicos do País.

Com a alteração, o grupo especializado ganhou nova estrutura de trabalho, dotação orçamentária própria e reforçou a atuação conjunta com outros órgãos e instituições, do Estado e também de nível nacional, no cruzamento e na troca de informações. Um desses parceiros é o Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (GNCO), entidade que reúne os Ministérios Públicos Estaduais e da União para discutir estratégias de combate ao crime.

Atuação

Entre as infrações previstas como campo de atuação do Gaeco está a associação de pessoas ao narcotráfico, redes de prostituição, exploração de jogos de azar, roubo e receptação de cargas, lavagem de dinheiro, pirataria ou tráfico de pessoas.

Principais aquisições e modernizações relacionadas ao Gaeco

- Aquisição do Talon Forensis, equipamento utilizado para perícia forense computacional em discos rígidos (HDs);
- Treinamento in company (próprio para atender às necessidades institucionais) em procedimentos técnicos de perícia forense computacional, tendo como público os analistas do Gaeco;
- Convênio com a Procuradoria-Geral da República e o Ministério Público Federal para utilização do Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (Simba), empregado para pedidos e recebimentos de afastamentos de sigilos bancários de forma online e padronizada;
- Ampliação do laboratório de computação forense e tecnologia da informação do Gaeco, com móveis projetados e adaptados ao ambiente;
- Disponibilização de link de internet para implantação de rede de dados restrita ao Gaeco.

Estruturação continua

O Procurador-Geral de Justiça, Clenan Renaut de Melo Pereira, encerra sua gestão em dezembro de 2012 deixando garantidos recursos para a continuidade da modernização do Gaeco, destinados à compra de equipamentos das áreas de informática e de segurança, incluindo computadores, rede, servidor e câmeras.

Melhorias

Diretoria de Inteligência é equipada

A Diretoria de Inteligência do MPE, implantada em 2008, ampliou suas possibilidades de trabalho durante a gestão 2009-2012, recebendo novos móveis, equipamentos de informática, softwares especiais e readequando sua estrutura física para melhor acomodar o Sistema de Monitoramento de Sinais (Guardião), que foi modernizado e ampliado.

Os membros da Diretoria ainda tiveram a oportunidade de participar de qualificações em outros estados, enquanto um termo de cooperação técnica possibilitou o intercâmbio de conhecimento e de pessoal com a Polícia Militar.

Ouvidoria

Comunicação com os tocantinenses é agilizada

Em 2010, o cidadão ganhou uma ferramenta eficaz de aproximação com o Ministério Público do Estado, por meio da qual pode registrar críticas, reclamações e sugestões relacionadas à Instituição. Trata-se da Ouvidoria do MPE, que vai além em suas atribuições, servindo também como canal para a realização de denúncias que podem vir a ser alvo da atuação dos Procuradores e Promotores de Justiça.

É no tocante às denúncias de ocorrências externas ao MPE que têm se concentrado os contatos com a Ouvidoria (68,52% dos atendimentos), grande parte deles requerendo a atuação da Promotoria de Patrimônio Público (59,95%).

Considerando o total de contatos realizados por meio da Ouvidoria, chega-se a um índice de resolução de 88,91% das demandas apresentadas pela população, devidamente respondidas, concluídas e arquivadas.

Para contatar a Ouvidoria, a maioria dos interessados têm feito uso da internet. Mas há outras opções disponíveis: telefone, contato presencial e correspondência por carta ou ofício, de modo a ampliar as possibilidades e facilitar a comunicação com o Ministério Público.

Balanco de ações

janeiro de 2010 a junho de 2012

Total de manifestações à Ouvidoria 1281

Natureza das manifestações

Denúncias: 727

Pedidos de informação: 330

Reclamações: 124

Sugestões: 37

Comentários: 33

Críticas: 15

Elogios: 13

Dúvidas: 2

Casos resolvidos

88,91% dos casos (1.139) foram resolvidos diretamente via MPE, sendo respondidos, concluídos e arquivados.

11,09% (142) aguardam resposta dos órgãos competentes, por se tratar de manifestações externas.



Perfil do manifestante

sexo

masculino: 70,28% (130)

feminino: 29,72% (55)

escolaridade

ensino fundamental: 4,87% (9)

ensino médio: 28,65% (53)

ensino superior: 66,48% (123)

Manifestações internas x externas

Entes externos: 85,17% (1.091)

Manifestações relacionadas a ocorrências externas que possam demandar a atuação do MP: 68,52% (738)

Órgãos agentes e servidores do MP: 1,88% (24)

Órgãos agentes e servidores do MP

Manifestações relacionadas aos serviços e atividades desenvolvidas pelo MPE, por meio de seus membros e servidores: 12,95% (166)

Contatos

Portal: www.mp.to.gov.br, no link Ouvidoria.

E-mail: ouvidoria@mp.to.gov.br

Telefone: 63 – 3216.7598 e 3216.7575

Correspondências ou contato pessoal: 202 Norte, avenida LO 4, conj. 01, lotes 5 e 6, Plano

Diretor Norte, Palmas – TO. Cep: 77.006-218

Transparência

Portal

Em 2009, o Ministério Público do Estado (MPE) antecipou-se à Lei Federal Complementar nº 131, que trata da prestação de informações das contas públicas, ao instituir seu Portal da Transparência. Nesse espaço, de fácil acesso, via internet, o cidadão pode conhecer, em tempo real, informações detalhadas e rigorosamente atualizadas sobre a execução orçamentária e financeira do *Parquet*.

Servindo de exemplo às demais instituições, por ser o MPE o fiscal da lei, os dados são completos e estão disponíveis de modo simples e objetivo.

Salários

A partir de julho de 2012, o cidadão passou a ter acesso, por meio do Portal da Transparência do Ministério Público (mp.to.gov.br/web/transparencia), ao valor dos salários – bruto e líquido – dos membros e servidores da Instituição.

A publicação foi providenciada antes mesmo que o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) viesse a orientar os Ministérios Públicos Estaduais sobre como proceder na divulgação dos dados.

Informação ao cidadão

Com a vigência da Lei de Acesso à Informação, em 2012, o Ministério Público instituiu um sistema que facilita a requisição de informações referentes à Instituição.

O cidadão que não queira se dirigir à sede do MPE para solicitar dados pode fazê-lo com maior comodidade por meio do site www.mp.to.gov.br, no link "Acesso à Informação". Também nessa página é possível denunciar órgãos que se negarem a cumprir a lei, o que contribui para a transparência na gestão pública como um todo.

Comunicação

Prevista no Regimento Interno do Ministério Público do Estado (MPE), a Assessoria de Comunicação foi reativada em 2009, tendo como principal atribuição estabelecer o contato entre o MPE e a imprensa.

A iniciativa colaborou para tornar mais dinâmico o diálogo entre a Instituição e a sociedade, proporcionando maior transparência às suas atividades. Ao ampliar a publicidade sobre as ações movidas pelo *Parquet*, a Assessoria de Comunicação também ajuda a educar sobre questões relacionadas aos interesses do cidadão, à democracia e à ordem jurídica.

Hoje, a Assessoria de Comunicação conta com um quadro completo, formado por jornalistas, publicitário, revisor de textos, designer gráfico, fotógrafo e cinegrafista.

Atribuições

A Comunicação atende a imprensa, acompanha entrevistas, realiza o registro de imagens, alimenta o Portal do MPE, participa de comissões, produz publicações, entre outras atividades. Mas a face mais aparente de seu trabalho é o aproveitamento de seus textos por parte da imprensa, de modo que a Instituição obtém mais de 10 citações diárias em jornais e sites, além de TV.

Citações ao MPE na imprensa

	Jornais e sites	Emissoras de TV
2010	1.662	1.049
2011	4.412	2.536
2012*	3.264	1.171

* Janeiro a agosto

Um MP mais funcional também na internet

Portal se moderniza

Em 2011, o portal do MPE (www.mp.to.gov.br) ganhou novo design, mais arrojado, que facilitou a navegação, e uma nova tecnologia – a linguagem HTML 5, a mais moderna disponível no mercado.

Além de estar integrado às redes sociais (*Twitter*, *Facebook* e *LinkedIn*) e de possibilitar uma busca por conteúdo mais dinâmica, realizada dentro e fora do portal (o que inclui buscadores, como o *Google*), a nova ferramenta também atende aos requisitos de acessibilidade, podendo ser totalmente navegada por deficientes visuais, com o auxílio de *softwares* específicos.

No período de 2009 a 2012, o portal do MPE recebeu 1.615.685 visitas. O crescimento gradativo de acessos foi visível após a implementação de novas ferramentas, que tomaram o portal mais atraente e dinâmico. Em 2009, o número de visitas foi de 170.397, atingindo a marca de 579.592, em 2012.



Outros

Com a mesma finalidade de dinamizar a comunicação via internet, por meio de páginas fáceis de navegar e com conteúdo utilitário, também foram criados sites secundários, como o do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Cesaf), do Núcleo Maria da Penha e dos Centros de Apoio Operacional às Promotorias (Caops).

Intranet com novos recursos

Os servidores tiveram em 2011 seu canal de comunicação interna e de serviços (sistema Athenas) reformulado, com novas funcionalidades e layout mais moderno.

Com o aperfeiçoamento, tornou-se mais ágil o acesso online, a contracheque, ficha funcional, folha de ponto, demonstrativo de rendimento, marcação de férias e outros serviços, totalmente automatizados. Além disso, as notícias ficaram segmentadas por setor e foi facilitada a localização de telefones de servidores e de membros, pelo nome ou pelo departamento em que estão lotados.

Outra vantagem que o sistema possui é a sua compatibilidade com o Arquimedes, sistema utilizado pela área finalística do Ministério Público.

Destaque

Desenvolvido pelo Departamento de Tecnologia da Informação do MPE, o Athenas foi apresentado em São Paulo como exemplo de inovação na área de tecnologia da informação, durante a “I Mostra de Sistemas das Atividades Fim e Meio do Ministério Público Brasileiro”, em 2011. Na ocasião, vários estados voltaram a atenção ao sistema, demonstrando interesse em suas funcionalidades, tendo adquirido o Athenas os estados do Amazonas e Pernambuco.

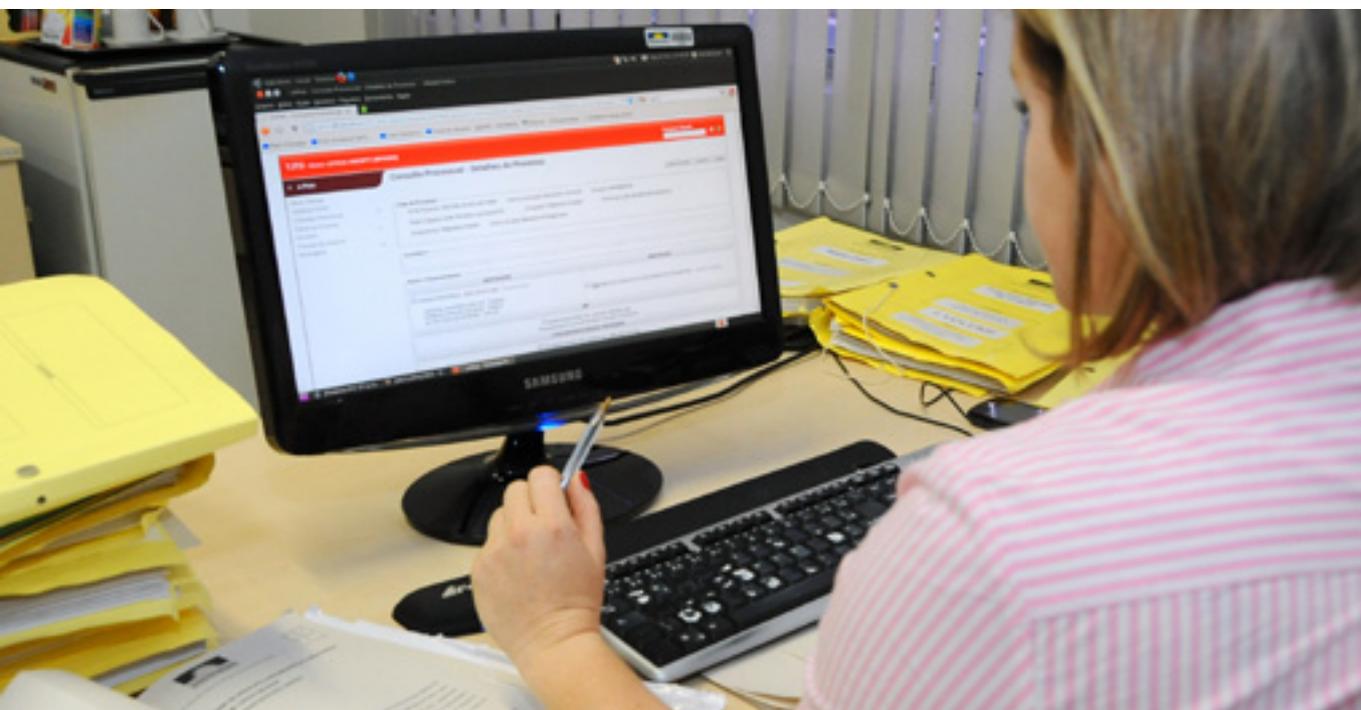
Arquimedes

Sistema insere MPE no mundo do processo virtual

Em 2009, o Ministério Público Estadual (MPE) viabilizou sua inserção, de modo definitivo e seguro, no mundo do processo virtual.

Já utilizado na Procuradoria-Geral de Justiça, o sistema Arquimedes, de gestão de recebimento e saída de autos, começou a ser instalado nas Promotorias de Justiça do interior, possibilitando a integração entre o MPE do Tocantins e o Tribunal de Justiça (e-proc).

Com a iniciativa, a atuação ministerial tornou-se mais ágil, evitando o recadastro de informações processuais. Também foi viabilizada a localização e a consulta aos processos de qualquer lugar com conexão a internet, entre outras vantagens que contribuem na quantificação e tipificação dos documentos em benefício do cidadão.



e-Proc

Em conjunto com os órgãos do Poder Judiciário, o MPE integrou-se ao sistema e-Proc (sistema de peticionamento eletrônico), o que requereu investimentos expressivos em termos de estrutura tecnológica, com a aquisição de novos computadores e a instalação de softwares, além da qualificação de membros e servidores.



Com o aporte tecnológico voltado à virtualização dos processos, além de contribuir para uma Justiça mais ágil, o MPE reduz sensivelmente o consumo de papel, cooperando para a preservação do meio ambiente e reduzindo seus gastos com material de expediente.

Em ação complementar, também foi providenciada, em 2012, a certificação eletrônica dos atos realizados por Procuradores e Promotores de Justiça, com a expedição de Certificados Digitais que conferem o reconhecimento legal aos documentos. Também para essa inovação foi necessário capacitar os membros do MPE e suas equipes de apoio.

Para possibilitar a virtualização dos processos, foi necessário investir na mudança de links da internet: do ADSL para o Dedicado, que, além de um tráfego de dados mais veloz, reduz a possibilidade de falhas e interrupções do sistema.

Tecnologia

Novos sistemas proporcionam salto de qualidade no MPE

No Ministério Público, a tecnologia vem sendo colocada a serviço da funcionalidade, no que se destaca o desenvolvimento de diversos sistemas de informática voltados às atividades fins e administrativas do *Parquet*. Com isso, permitiu-se um salto de qualidade na captação de informações técnicas e na tomada de decisões por parte da Administração Superior, além de maior agilidade nas ações ministeriais, em suas diversas frentes.

Os novos sistemas são ferramentas avançadas, que servem de modelo a outras instituições, inclusive de outros estados, estando adequados às orientações do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Em muitos casos, dependendo da finalidade dos sistemas, eles facilitam a integração com entidades como os Tribunais de Justiça e de Contas.

Aliada aos novos sistemas e à manutenção daqueles já existentes, está a renovação do parque tecnológico do MPE, com novos equipamentos, softwares e pontes de acesso à internet, em Palmas e no interior. Tudo promovido de forma integrada, tornando viável o avanço conquistado pelo Ministério Público.

Sistemas

Sistema de recursos humanos: gerencia informações funcionais de todos os servidores e ex-servidores.

Sistema de documentos eletrônicos: realiza a tramitação eletrônica de documentos, agilizando seu andamento e reduzindo a utilização de papel.

Planejamento Estratégico: desenvolvido para o controle e acompanhamento dos objetivos, indicadores e projetos definidos no Planejamento Estratégico.

Audiência pública: sistema para cadastramento de opiniões colhidas em reuniões com a comunidade e suas entidades representativas, tendo como ferramenta facilitadora um gerador de relatórios.

Gestão de contratos: auxilia o acompanhamento dos contratos, tendo como foco o aviso antecipado do vencimento dos mesmos.

Clima organizacional: proporcionou que fossem consolidadas as informações sobre a percepção dos integrantes e do público externo em relação ao MPE.

Sistema da Ouvidoria: estabelece uma linha direta entre a comunidade e o Ministério Público, permitindo que o cidadão acompanhe o trâmite de sua manifestação, via internet.

Verificação de autenticidade de documentos: permite ao público externo verificar a autenticidade dos documentos armazenados no sistema Athenas.

Gestão de férias para membros e servidores: automatizou os processos relativos a marcação, alteração e controle dos períodos aquisitivos de férias a serem usufruídas pelos integrantes do MPE.

Folha de pagamento: um dos grandes ganhos desse sistema é a inserção do Controle Interno, que passou a verificar o desenvolvimento de cada folha de pagamento sem interromper o trabalho que está sendo realizado pela área de Recursos Humanos na Folha de Pagamento.

Avaliação periódica de desempenho: automatizou um processo que era executado manualmente, por meio de papel e questionário.

Reestruturação do gestor de servidores: atualização de funcionalidades e interface do Gestor de Servidores. Reuniu o cadastro/alteração de informações em local comum, proporcionando melhor organização do trabalho.

Software BI (Business Intelligence): mensura a eficiência administrativa de cada Comarca, cruzando os custos realizados em patrimônio, material de consumo, folha de pessoal, entre outras áreas, o que confere à Instituição uma capacidade de planejamento maior e mais precisa.

Capacitações: software integrado ao do Athenas, desenvolvido para o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Cesaf), permite o gerenciamento das capacitações dos membros e servidores, além do controle do concurso para estagiários.

Novos projetos

As implementações na área de Tecnologia da Informação do MPE não param. Visando maior rigor no acompanhamento de membros e servidores e nos direitos que lhe são pagos, está sendo desenvolvido o software de afastamento, que será integrado como sistema de diárias, férias, com a folha de pagamento e com o Arquimedes (intranet).

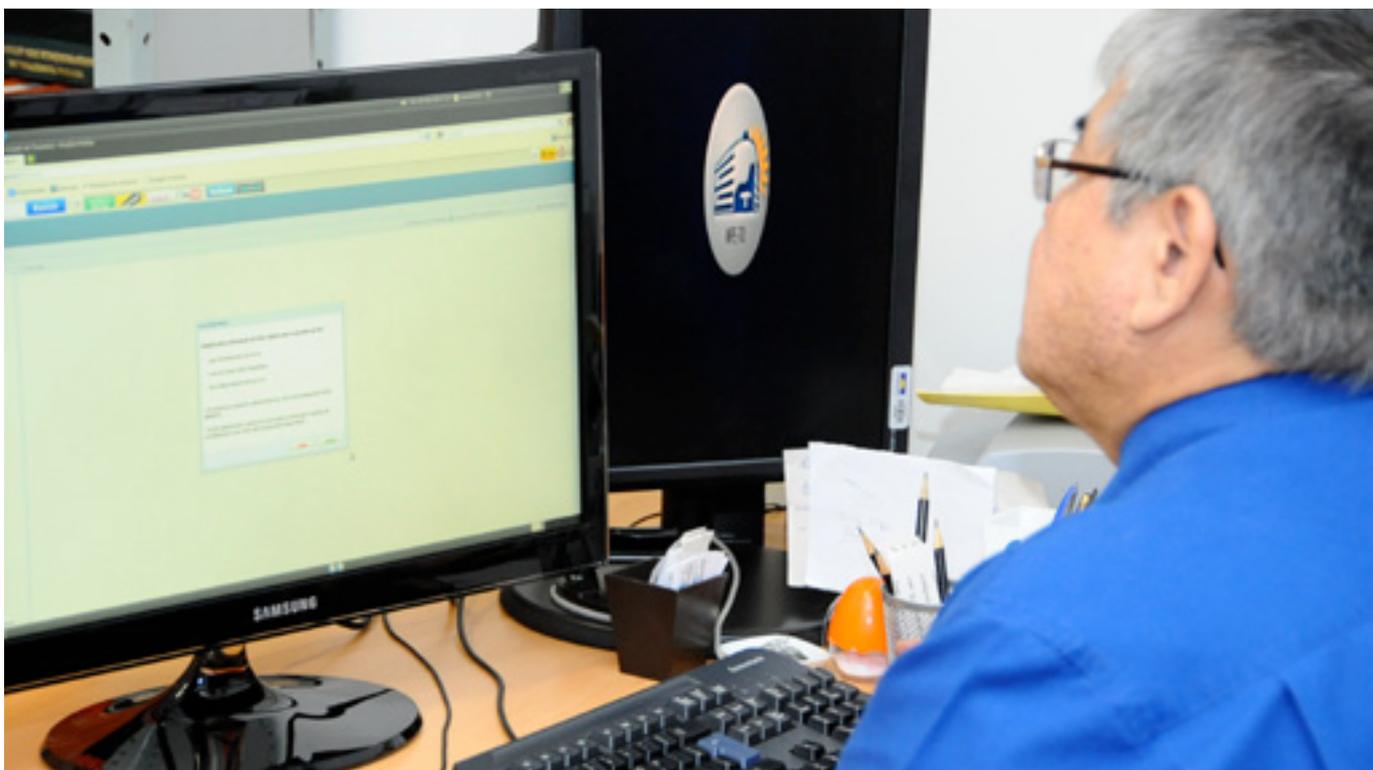
Também está sendo fechada cooperação técnica com o Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª região para ceder ao Estado software que possibilitará a virtualização dos processos administrativos.

Mais agilidade e controle quanto às diárias

O software de solicitação de diárias, recém desenvolvido pelo MPE, é um exemplo da agilidade, do acesso à informação e da economia que podem ser proporcionados por um recurso de informática.

Por meio desse programa, a solicitação de diária será efetivada inteiramente online, permitindo um melhor controle por parte dos departamentos envolvidos, sendo gerados relatórios conforme necessidade dos gestores e dinamizada a alimentação do Portal da Transparência. Os servidores também podem acompanhar o percurso de suas viagens e o recebimento das diárias.

Integrado ao sistema de férias, o software evita incluir pessoas que não estão na Instituição na realização das tarefas. Já a impressão em papel ocorre em um único momento, gerando, no máximo, duas folhas para autorização e assinatura do ordenador de despesas.



Software

Eleição para PGJ passa a ser *online*

O Ministério Público do Estado do Tocantins foi um dos primeiros do país a instituir a votação eletrônica para eleição do Procurador-Geral de Justiça (PGJ), realizada via internet, a partir de um programa totalmente desenvolvido pela equipe de tecnologia da informação do *Parquet*.

Com esse avanço, efetivado na eleição ocorrida em outubro de 2012, a vantagem é tripla: evita-se a interrupção dos trabalhos nas comarcas do interior, exclui-se o gasto com deslocamento dos eleitores à capital e garante-se a participação massiva dos membros na eleição.

Com a mudança, pôde-se, enfim, efetivar a obrigatoriedade do voto para eleição do PGJ, inclusive para os Procuradores e Promotores que estiverem de férias ou em viagem, por exemplo, já que a votação é *online*, via Athenas (sistema de intranet) – ao qual os membros ativos já estão cadastrados. Por meio de qualquer computador com acesso à internet, é possível conectar-se ao sistema e votar, apenas informando seu login e senha, sem que seja necessário instalar software ou qualquer dispositivo específico.

Outra vantagem é a apuração instantânea depois de encerrada a votação, com um simples toque, após o qual é apresentada a contabilização dos votos para que o presidente da Comissão Eleitoral proclame os nomes dos três primeiros colocados.

A confiabilidade e eficácia do sistema de votação foram aferidas em dois testes, que simularam o processo de votação, acompanhados pela Comissão Eleitoral e pelo Colégio de Procuradores de Justiça. Tamanho sucesso da votação fez com que outras instituições solicitassem o Sistema, a exemplo da Defensoria Pública do Estado.

Funcionalidades

O sistema de votação *online* permite: votar, de forma válida, em três candidatos; anular o voto, marcando mais de três opções; e refazer as escolhas, ao clicar na opção “limpar”. Para confirmar o voto, é necessário redigitar a senha. O sistema Athenas envia, automaticamente, confirmação de voto eletrônico para o e-mail institucional do eleitor, reforçando a confiabilidade do software.

Investimento

Novos equipamentos reforçam parque tecnológico

Mediante investimentos anuais de cerca de R\$ 1 milhão na área de tecnologia da informação, os equipamentos de informática que servem de ferramenta de trabalho aos integrantes do Ministério Público, em Palmas e no interior, passaram por uma ampla renovação. No período, foram adquiridos mais de 300 microcomputadores completos – com nobreak e monitor, cerca de 200 impressoras dos tipos laser e multifuncional e mais de 60 scanners.

De modo a facilitar o trabalho dos membros e servidores que necessitam de mobilidade em suas atividades, ainda passarão a integrar o patrimônio do MPE mais de 120 notebooks e 124 monitores (para colocação de duas telas para membros), que estão em processo de compra.

A segurança na transmissão das informações também requereu investimentos, sendo adquiridos 31 soluções de segurança, a exemplo de firewalls.

Atendimentos

Pela eficiência dos técnicos e também em decorrência do novo ritmo de atividades do Ministério Público do Estado (MPE), o número de atendimentos internos prestados pelos profissionais de informática teve um crescimento expressivo, saltando de 1.700 para 2.600 ao ano.





Frota recebe 22 veículos

Mais 11 estão em processo de aquisição

Entre os anos de 2009 e 2012, um total de 22 novos veículos foi adquirido pelo Ministério Público do Estado (MPE), o que requereu investimentos na ordem de R\$ 671.979,00. Para concluir a gestão, consolidando a renovação da frota, mais 11 unidades estão em processo de compra.

Com as aquisições, realizadas em etapas anuais, a frota do Ministério Público chegou a 43 veículos, nas categorias de transporte de passageiros, utilitários, caminhões e motocicletas, distribuídos na sede e nas Promotorias do interior, além dos 11 que estão sendo adquiridos.

No período, à medida que foram feitas as compras, cerca de 20 automóveis com maior tempo de uso foram levados a leilão, recompondo os fundos da Instituição em R\$ 237.300,00 e tornando possíveis novos investimentos.

Manutenção

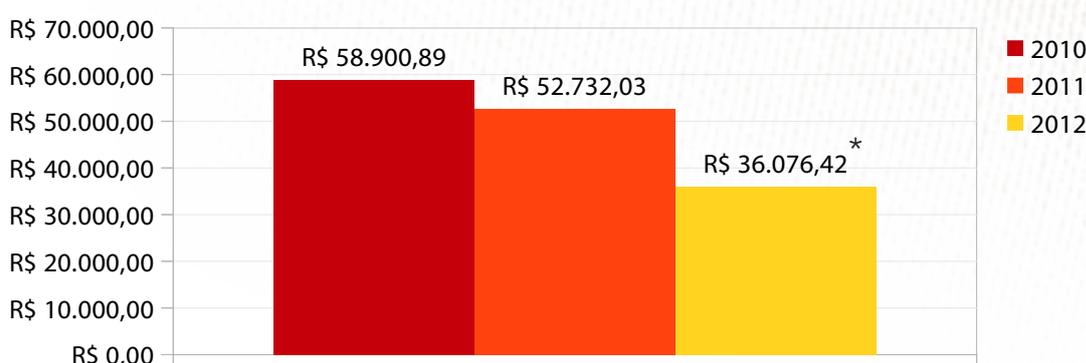
Com as aquisições, o MPE conquistou uma frota composta majoritariamente por seminovos: cerca de 85% de seus veículos possuem tempo de uso inferior a dois anos, o que representa uma economia expressiva em termos de manutenção dos automóveis e dos gastos com seguro.

Além de maior segurança e conforto para as atividades ministeriais, a renovação da frota proporciona menor emissão de gases poluentes e ruídos, uma demonstração das práticas de responsabilidade socioambiental mantidas pela Instituição.

Recente

A aquisição em curso, de 10 veículos, visa acompanhar o crescimento do *Parquet*, atendendo à demanda de novos oficiais de diligência e motoristas, que estão ingressando por meio do último concurso para o quadro de auxiliares, com destinação às Promotorias do interior, especialmente àquelas que ainda não possuem automóveis oficiais. Além destes 10, um novo veículo de carga passará a integrar o patrimônio do MPE, em Palmas.

Gastos com manutenção (mecânica)



* Jan. a setembro

Renovação

Mobiliário mais funcional em Palmas e no interior

A melhoria nas condições de trabalho para membros e servidores do Ministério Público passou pela renovação do mobiliário, com a substituição de mesas, poltronas, cadeiras e armários, entre outros, por peças ergonômicas, de melhor qualidade e que chegaram também para estabelecer uma uniformização estética entre os departamentos do MPE.

Na sede, em Palmas, os móveis foram parcialmente substituídos por outros, que seguem o novo padrão funcional e visual.

Nas novas Promotorias de Justiça, inauguradas entre 2010 e 2012, a troca dos móveis foi completa, assim como foram trocados os equipamentos de informática e os condicionadores de ar, fazendo das novas sedes das Promotorias espaços totalmente novos, inclusive quanto aos equipamentos de uso permanente.

Além dessas unidades, o conforto, com novo mobiliário, chegou também a Promotorias de Justiça que não migraram de sede, mas que estão tendo parte de seus móveis substituídos, de forma gradual.



Investimento em patrimônio do MPE

2009: R\$ 549.165,08

2010: R\$ 1.002.081,94

2011: R\$ 1.067.919,41

2012: R\$ 611.525,78 (janeiro a agosto)

* Inclui: veículos, equipamentos de informática, mobiliário e demais materiais permanentes

Solidariedade

Equipamentos são doados a entidades sociais

Os equipamentos colocados em desuso com as substituições – móveis, aparelhos de ar condicionado e equipamentos de informática – ganharam nova importância ao serem doados a entidades sociais de Palmas e do interior. Além do impacto social positivo, as doações foram planejadas de modo a seguir todos os critérios legais, inclusive o da impessoalidade.

As entregas de material foram feitas seguindo a sequência de credenciamento das entidades. Também foi necessário que elas comprovassem estar regulamentadas e em dia com suas obrigações, apresentando estatuto, registro, diretoria eleita e certidões de INSS, entre outros documentos.

De 2009 até este ano, 25 entidades sociais foram beneficiadas. Algumas encontraram nas aquisições a oportunidade de melhorar seu funcionamento interno. Para outras, as doações representaram uma alternativa para conseguir ampliar os serviços prestados à comunidade.

É o caso da Associação Beneficente Ação e Desenvolvimento (Abade), que aproveitou os computadores recebidos para implantar um centro de inclusão digital voltado à capacitação de jovens e crianças, na região Sul de Palmas, no setor Irmã Dulce, onde vivem cerca de 1.600 pessoas,

Inservíveis

Grande parte do material doado se encontrava em estado inservível e foi destinado à reciclagem, com seu repasse efetivado por meio do Programa de Gerenciamento Ambiental do Ministério Público (Reciclamp).

Entidades beneficiadas

Associação Desportiva e Recreativa São José
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) de Pium
Associação Beneficente Ação e Desenvolvimento (Abade/ Palmas)
Associação de Moradores da 904 Sul
Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Desenvolvimento Social e Turístico de Pau D'arco
Agência Tocantinense Saneamento (ATS)
Centro Integrado de Atendimento à Criança e ao Adolescente –
Coordenação das medidas socioeducativas
Centro de Atendimento Socioeducativo – Case
Centro de Informação e Assistência Toxicológica do Tocantins, da UFT.
Centro de Internação Provisória da Região Sul – Ceip Sul
Comunidade Evangélica Vida Renovada
Conselho Tutelar da Região Sul I – Palmas
Conselho Tutelar de Pequizeiro
Conselho Tutelar de Santa Rosa do Tocantins
Conselho Tutelar de Santa Terezinha do Tocantins
Conselho Tutelar de Paranã
Cooperativa de Produção de Recicláveis do Tocantins (Cooperan)
Diretoria de Vigilância Sanitária Municipal de Goiatins
Federação das Associações Comunitárias e de Moradores do Tocantins (Facom)
Gerência de Vigilância Sanitária de Palmas
Hospital Regional de Porto Nacional
Instituto Presbiteriano Educacional e Social – Ipês
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti)
Sociedade Espírita Nosso Lar – SENL
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) – Regional do Tocantins





OBRAS

Conforto e funcionalidade nas Promotorias de Justiça do interior

Em municípios de grande ou pequeno porte, sem distinção, estão sendo erguidos prédios modernos para servir de abrigo às atividades do Ministério Público do Estado (MPE). As instalações seguem o mesmo padrão arquitetônico, de linhas arrojadas, que se destacam no cenário urbano, dando, aos olhos da população, a real dimensão da grandeza institucional das Promotorias de Justiça.

No total, 10 Promotorias de Justiça foram construídas, a primeira delas inaugurada em agosto de 2010, em Araguaína.

Todo o investimento em infraestrutura está sendo realizado com recursos orçamentários do próprio Ministério Público, com destinação para a área viabilizada graças ao Planejamento Estratégico da instituição.

As novas instalações trouxeram uma nova realidade às atividades ministeriais. Ao invés de ocuparem prédios alugados ou espaços cedidos nos fóruns do Poder Judiciário, os membros e servidores do Ministério Público agora desenvolvem suas atividades em instalações funcionais, especialmente planejadas para o seu trabalho.

Estrutura

O projeto arquitetônico é único, adaptado à demanda de cada comarca, seguindo todas as normas de acessibilidade. Os espaços contam sempre com gabinetes para Promotor, salas para analista jurídico, recepção, copa, almoxarifado, banheiros públicos, banheiros e garagens privativas para membros. De acordo com a necessidade da Comarca, também foram construídos auditórios e salas de reuniões e audiências. Idosos e portadores de necessidades especiais também foram contemplados com vagas específicas nos estacionamentos.



Conforto

Todos os detalhes foram planejados para um maior conforto, a exemplo da opção de aproveitar a luz e a ventilação natural em todos os ambientes, apesar da climatização. Aliás, todas as novas sedes foram inauguradas contando com aparelhos de ar-condicionado, móveis e equipamentos de informática totalmente novos.

Além dos integrantes do MPE, ganha também o cidadão, pela agilidade no serviço e por poder ser recebido com todo o conforto necessário.



Inaugurações

Entre assinaturas de termos de doação de lotes, lançamentos de pedras fundamentais e vistoria a obras, a inauguração das novas Promotorias de Justiça movimentou o calendário do Ministério Público do Estado.



2010

6 de agosto de 2010
Araguaína



24 de setembro de 2010
Colinas do Tocantins



2011

12 de agosto de 2011
Tocantinópolis



26 de agosto de 2011
Paraná



13 de dezembro de 2011
Miranorte



2012

09 de novembro de 2012
Taguatinga

Entregues

- 7. Natividade
- 8. Arraias
- 9. Peixe

Em conclusão*

- 10. Guaraí

* Inauguração prevista para dezembro de 2012

Terreno regularizado

- 1. Axixá do Tocantins

Terreno em fase de regularização

- 1. Porto Nacional

Terrenos com intenções de doação

- 1. Goiatins
- 2. Wanderlândia

Construções são reflexo das inovações promovidas no MPE

Os investimentos promovidos pela Procuradoria-Geral de Justiça na construção de sedes definitivas para 10 Promotorias de Justiça do interior refletem o momento vivido pelo Ministério Público do Estado (MPE), marcado pelo fortalecimento institucional e pelo planejamento administrativo a longo prazo.

Resumo

Principais investimentos e ações da Procuradoria-Geral de Justiça*

Orçamento (valor total R\$)		
2009	2012	Variação
74.843.274	121.182.442	61,91%

Número de processos finalísticos		
2009	2012	Variação
89.412	128.017	43,17%

Investimentos (valor total R\$)		
2009	2012	Variação
693.303	4.765.271	87%

Investimentos e despesas com tecnologia da informação		
2009	2012	Variação
320.366	1.955.458	510%

Investimentos (em percentual do orçamento)		
2009	2012	Variação
0,9%	4,07%	352%

Número de veículos da frota		
2009	2012	Variação
28	43	53%

Investimentos (número de sedes próprias)		
2009	2012	Variação
5	15**	200%

Segurança institucional (valor total)		
2010	2012	Variação
198.143	2.880.099	1.353%

**Até a conclusão do exercício 2012.

* Fonte Departamento de Planejamento e Gestão do MPE

Pessoal (número de servidores efetivos e membros)

2009	2012	Variação
470	614	30,64%

Investimentos superam R\$ 10 milhões

A construção das sedes definitivas para as Promotorias de Justiça no interior do Estado demandou um investimento de mais de R\$ 10 milhões, oriundo do orçamento do próprio Ministério Público – além dos recursos que foram empregados em novos equipamentos e mobiliário. Uma realização possível graças ao Planejamento Estratégico do MPE, traçado em conjunto entre a Administração Superior, membros e sociedade.

Araguaína: R\$ 2.075.915,75
Arraias: R\$ 996.183,10
Colinas: R\$ 932.917,05
Guaraí: R\$ 1.046.639,96
Miranorte: R\$ 772.462,52
Natividade: 828.299,44
Paraná: R\$ 816.297,99
Peixe: R\$ 744.048,37
Taguatinga: R\$ 1.130.005,28
Tocantinópolis: R\$ 1.076.115,17
Total: R\$ 10.418.884,63

Crescimento

Desde o início da gestão do Procurador-Geral de Justiça, Clenan Renaut de Melo Pereira, em 2009, o número de Promotorias de Justiça com sede própria no Estado saltou de cinco para 15, ou seja, um aumento de 200%.

Na história do MPE, até o ano de 2009, contavam com sedes definitivas as Promotorias de Gurupi, Miracema, Paraíso e Dianópolis.

Patrimônio

Além de estrutura para o bom andamento das ações ministeriais, a construção de novas sedes para as Promotorias de Justiça representa também o fortalecimento institucional do Ministério Público, alcançado com o crescimento de seu patrimônio imobiliário: o que inclui a incorporação de lotes urbanos onde foram erguidos os prédios das Promotorias de Justiça, todos doados pelas prefeituras – à exceção do terreno de Porto Nacional, a ser repassado pela União.

Autonomia

Na gestão atual do Ministério Público Estadual, a instituição alcançou autonomia também no que se refere à realização de suas obras de engenharia. A princípio vinculada à Secretaria Estadual da Infraestrutura (Seinfra), a construção das sedes das Promotorias de Justiça passou a ser realizada, integralmente, pelo próprio MPE: do planejamento à fiscalização das obras, incluindo o processo de licitação.

Tal autonomia foi conquistada com plenitude em decorrência da criação e estruturação do setor de Engenharia do MPE, a partir da construção da sede em Paraná, inaugurada em agosto de 2011.



Araguaína

Construídas com recursos do MPE do Tocantins, mas ainda com as obras executadas pela Secretaria de Estado da Infraestrutura, as novas dependências das Promotorias de Justiça de Araguaína tiveram suas portas abertas à população em agosto de 2010.

Situada à Avenida Meief Murad, no setor Noroeste da cidade, a edificação abriga 14 gabinetes para Promotorias de Justiça, todos com sala para os analistas jurídicos ministeriais, além de ampla estrutura para receber as demandas dos cidadãos da Comarca.

A edificação possui dois pavimentos, totalizando 1.279, 25 m² de área construída, e foi orçada em R\$ 2.490.699,80.

Abrangência

Além de Araguaína, a Comarca atende os municípios de Aragominas, Araguañã, Carmolândia, Muricilândia, Nova Olinda e Santa Fé do Araguaia, alcançando uma população de aproximadamente 184 mil habitantes.

Investimento

R\$ 2.490.699,80.

Estrutura

1.279, 25 m² de área construída
14 gabinetes para Promotores, com salas para analistas anexas
Recepção
Banheiros para o público
Auditório com 94 lugares
Sala para assistentes e estagiários
Sala de reuniões e audiências
Copa
Almoxarifado
Área de serviços
Garagem privativa para membros
Estacionamento com vagas especiais
Estação de tratamento de esgoto



“Como Promotor de Justiça mais antigo da Comarca de Araguaína, parableno o Procurador-Geral de Justiça por essa grande conquista proporcionada, após longos anos ocupando espaço cedido no Fórum ou sedes provisórias, antigas e acanhadas. Junto com a sede própria, que era um sonho de muito tempo, membros e servidores ganharam também equipamentos novos, o que caracteriza como amplas as melhorias em nossas condições de trabalho”.

Moacir Camargo de Oliveira, Promotor de Justiça



Colinas do Tocantins

Em setembro de 2010, as Promotorias de Justiça de Colinas do Tocantins, no Noroeste do Estado, passaram a ocupar um espaço nobre em termos de estrutura e de localização, na Avenida 7, próximo aos principais órgãos públicos da cidade.

As novas instalações ocupam um espaço total de 1.054 m², sendo 446,09 m² de área construída, onde estão distribuídos quatro gabinetes para membros, salas para analistas, salas para reuniões, salas para assistentes, auditório com 96 lugares, almoxarifado, copa, cozinha, garagem privativa e estacionamento para o público.

Alcance

Além de Colinas do Tocantins, a Promotoria de Justiça envolve os municípios de Tupiratins, Brasilândia, Bernardo Sayão, Presidente Kennedy e Juarina, abrangendo uma população de 45.367 pessoas.

Estrutura

Área do terreno: 1.054 m²

Área construída: 446,09 m²

Área urbanizada: 607,91m²

Quatro gabinetes para Promotores,
com salas para analistas anexas

Auditório para 90 pessoas

Recepção

Copa

Almoxarifado

Banheiro público com acessibilidade

Banheiro privativo para os membros

Garagem privativa para os membros

Estacionamento público com vaga especial



“Com a inauguração da sede, não ganham apenas os Promotores de Justiça e os servidores da Instituição, mas, sobretudo, a sociedade colinense, que poderá ser melhor atendida sempre que necessitar do auxílio dos membros do MP”.

Jacqueline Orofino - Promotora de Justiça



Tocantinópolis

A população de Tocantinópolis comemorou a tão aguardada inauguração da sede própria da Promotoria de Justiça do município no dia 12 de agosto de 2011, uma obra realizada graças a investimentos na ordem de R\$ 1.076.115,17.

Reforçando o caráter festivo da ocasião, foi anunciado que o prédio receberia o nome do fundador da Comarca de Boa Vista (Tocantinópolis), Rufino Theotônio Segurado. O auditório foi reservado para prestar homenagem a uma personalidade política e histórica do município, Natalino Resplande de Araújo, que cedeu o nome para o espaço de debates e apresentações.

O terreno que abriga a nova sede tem 1.200 m², sendo 487,48 m² de área construída, onde estão distribuídos quatro gabinetes de Promotores, sala de reuniões, auditório para 90 pessoas, banheiros e estacionamento, com toda estrutura adaptada para portadores de necessidades especiais.

Abrangência

Além de Tocantinópolis, a Comarca é composta pelos municípios de Aguiarnópolis, Luzinópolis, Nazaré, Palmeiras do Tocantins e Santa Terezinha do Tocantins, registrando-se um total de 41.276 habitantes beneficiados com as novas instalações da Promotoria.

Investimento

R\$ 1.076.115,17

Estrutura

Área do terreno: 1.200 m²

Área construída: 487,48 m²

Área urbanizada: 712,52 m²

Quatro gabinetes de Promotoria,
com salas para analistas anexas

Sala de reuniões

Auditório para 90 pessoas

Banheiro público com acessibilidade

Estacionamento público com vaga especial

Estacionamento público com vaga especial



“Nesta Comarca de Tocantinópolis, é muito importante que o Ministério Público tenha meios de exercer seu mister a contento do nível colocado pela Constituição e exigido pela sociedade. A inauguração dessa sede dá a todos, Promotores e servidores, as condições para trabalhar em prol da cidadania daqueles que vivem nas cidades, nos povoados e vilarejos que compõem a Comarca”

Eurico Grecco Puppio - Promotor de Justiça





Paraná

Após apenas seis meses de construção, o Procurador-Geral de Justiça do Estado, Clenan Renaut de Melo Pereira, entregou, em 26 de agosto de 2011, à população de Paranã, as novas e definitivas instalações da Procuradoria de Justiça do município.

Para tornar realidade esse antigo desejo dos paranãenses, foram investidos R\$ 816.297,99. O prédio levou o nome do Promotor de Justiça Moacir José de Moura, uma homenagem por sua expressiva contribuição para o desenvolvimento da região. O auditório da Promotoria, com capacidade para 50 pessoas, recebeu o nome de Joaquim Theotônio Segurado Filho, nascido em Paranã e também Promotor Público, com atuação em Porto Nacional e Natividade.

Além da sede, também foi construída pelo MPE, no entorno da Promotoria, uma praça denominada Euclides Bezerra Filho (Clidinho), filho de Paranã falecido em 2009.

Investimento

R\$ 816.297,99

Estrutura

Área do terreno: 2.030,66 m²
 Área construída: 343,28 m²
 Área urbanizada: 1.687,38 m²
 (Praça Euclides Bezerra Filho)
 Dois gabinetes de Promotoria
 Duas salas para analistas
 Sala de reuniões e audiências
 Plenário com capacidade para 50 pessoas
 Banheiro público com acessibilidade
 Garagem privativa para os membros
 Estacionamento público com vaga especial
 Recepção
 Copa
 Almojarifado
 Arquivo
 Depósito
 Rack



“A estruturação do Ministério Público em Paranã coincide com o próprio contexto da atuação da Instituição no Brasil, que é a da iniciativa. Neste sentido, ficou a marca da administração do Dr. Clenan em prontamente entregar à população uma obra que, além de realizada nos exatos moldes que deveriam ser todos os empreendimentos públicos, permite aos Promotores de Justiça a ampliação no atendimento prestado ao cidadão”.

Décio Gueirado Júnior - Promotor de Justiça



Miranorte

Em dezembro de 2011 a Promotória de Miranorte abriu à população as portas de sua nova sede, erguida em apenas nove meses. O prédio conta com 374 m² de área construída, onde foram empregados, nas obras físicas, cerca de R\$ 770 mil.

A solenidade de inauguração reuniu representantes do Ministério Público, Tribunal de Justiça, Ordem dos Advogados do Brasil – seccional Tocantins, Prefeitura e Polícia Militar.

Abrangência

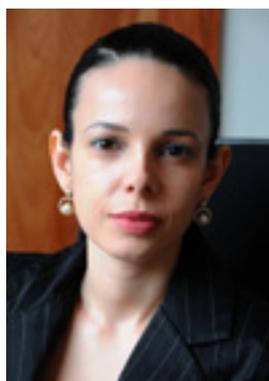
Além de Miranorte, a Promotória de Justiça abrange as cidades de Barrolândia, Dois Irmãos do Tocantins e Rio dos Bois, que juntas compreendem uma população de 27.703 pessoas beneficiadas com a obra.

Investimento

R\$ 772.462,52

Estrutura

Área do terreno: 1.009,55 m²
Área construída: 375,43 m²
Área urbanizada*: 634,12 m²
Dois gabinetes de Promotória com banheiros privativos
Duas salas para analistas
Plenário
Banheiro público com acessibilidade
Garagem privativa
Estacionamento público com vaga especial
Recepção
Copa
Almoxarifado
Arquivo
Depósito
Rack



“A inauguração da sede da Promotória de Justiça de Miranorte representa uma conquista para a população da Comarca, que passou a ser melhor atendida, e também uma reafirmação do modelo de gestão do Ministério Público, que se destacou nos últimos anos por ter perseguido como meta a estruturação das Promotorias de Justiça do interior, mediante a instalação de diversas sedes mais adequadas aos trabalhos desenvolvidos”.

Thaís Massilon - Promotora de Justiça



Taguatinga

Em novembro de 2012, os cidadãos do município de Taguatinga comemoraram a inauguração da sede definitiva das Promotorias de Justiça. A solenidade de entrega do prédio reuniu integrantes do MPE, autoridades locais e a comunidade em geral. Além de Taguatinga, a Comarca abrange também o município de Ponte Alta do Bom Jesus, beneficiando 18.639 habitantes.

Investimento

R\$ 1.130.005,28 (valor licitado)

Estrutura

Área total: 795,50 m²
Área construída: 508,41 m²
Três gabinetes para Promotor com banheiros privativos
Três salas para analistas
Protocolo
Plenário para 50 pessoas
Recepção
Almoxarifado
Sala para técnicos e estagiários
Copa
Arquivo
Banheiro para o público com acessibilidade
Depósito
Rack
Garagem privativa
Estacionamento com vaga especial



“É uma obra para o futuro, que prevê o crescimento de Taguatinga e vai proporcionar um atendimento de qualidade à população e melhores condições de trabalho pelas próximas décadas. Além disso, a nova Promotoria de Justiça conta com uma localização bastante favorável, bem próxima ao Fórum, à seccional da OAB e ao Cartório Eleitoral, o que também facilita nossa atuação”.

Reinaldo Koch Filho - Promotor de Justiça



Arraias

Entre as 10 cidades do Estado contempladas com instalações definitivas está a centenária Arraias, localizada no Sudeste do Estado.

O início das obras teve como marco inicial o lançamento da pedra fundamental, ocorrido em outubro de 2011, quando foi anunciado que as instalações contarão com 402 metros quadrados de área construída. Para viabilizar a edificação, foram investidos de aproximadamente R\$ 996.183,10.

Investimento

R\$ 996.183,10

Estrutura

Área total: 1.500 m²

Área urbanizada: 1.091,98m²;

Área construída: 408 m²

Dois gabinetes para Promotor com banheiros privativos

Duas salas para analistas

Plenário

Protocolo

Recepção

Almoxarifado

Arquivo

Copa

Banheiros para o público

Garagem privativa

Depósito

Rack

Estacionamento com vaga especial





Guaraí

Investimento

R\$ 1.046.639,96

Estrutura

Área total: 1.500 m²

Área construída: 478,31 m²

Três gabinetes para Promotor com banheiros privativos

Três salas para analistas

Plenário

Protocolo

Recepção

Almoxarifado

Arquivo

Copa

Banheiros para o público

Depósito

Garagem privativa

Rack

Estacionamento com vagas especiais



Natividade

Investimento

R\$ 828.299,44 (valor licitado)

Estrutura

Área total: 875 m²

Área construída: 404,41 m²

Dois gabinetes para Promotor com banheiros privativos

Duas salas para analistas

Plenário, Protocolo, Arquivo, Recepção, Almoxarifado

Copa, Banheiros para o público, Depósito, Rack

Garagem privativa, Estacionamento com vaga especial



“A Promotoria funciona em uma sala pequena dentro do Fórum, repartida para mim e um analista. A mudança para uma sede própria, além de melhores condições de trabalho, vai possibilitar que as pessoas tenham uma melhor compreensão sobre o papel do Ministério Público, enquanto entidade autônoma, independente. Assim, será possível ampliar a equipe auxiliar da Promotoria, o que hoje é inviável de acontecer pela falta de espaço”.

Ana Lúcia Bernardes - Promotora de Justiça

Peixe

Investimento

R\$ 744.048,37

Estrutura

Área total: 675 m²

Área construída: 286,33 m²

Gabinete para Promotor com banheiro privativo

Sala para analistas

Sala de reuniões e audiências

Sala para técnicos

Recepção

Almoxarifado

Arquivo

Copa

Banheiros para o público

Rack

Garagem privativa

Estacionamento

Lotes

Assegurada a construção de novas sedes

O próximo Procurador-Geral de Justiça do Estado terá condições de iniciar seu mandato dando prosseguimento ao trabalho de estruturação física das Promotorias de Justiça do interior. Isso porque, em articulação com a prefeitura, foi assegurado, por meio de doação, o lote urbano onde será erguida a edificação no município de Axixá.

Como primeiro passo para efetivar a doação em Goiatins e Wanderlândia, foram assinados protocolos de intenção de doações com as respectivas prefeituras.

Ainda está sendo regularizada a doação, pela União, de um amplo terreno em Porto Nacional, medindo aproximadamente 6 mil metros quadrados (m²). Para essa obra, o futuro gestor do MPE receberá também, finalizado, o projeto arquitetônico, que prevê uma área construída de 1.500 m².

Interior

11 Promotorias reforçam autonomia em espaços próprios

Entre os anos de 2009 e 2012, 11 Promotorias de Justiça do interior que funcionavam em espaços cedidos em Fóruns do Poder Judiciário passaram a contar com instalações próprias, ainda que alugadas. No início da gestão do Procurador-Geral, Clenan Renaut, o número de Promotorias de Justiça que funcionava dentro dos Fóruns era de 16, hoje são apenas cinco.

Na escolha dos imóveis que passariam a abrigar Promotores de Justiça e servidores, um dos critérios adotados foi a funcionalidade dos prédios no tocante às atividades ministeriais, de modo a colaborar com um melhor andamento dos trabalhos.



Com essa separação institucional do Judiciário, mais clara a partir das sedes individuais, torna-se nítida para a população a independência do Ministério Público. Tendo alguma reclamação relativa à ordem jurídica, ao regime democrático e aos interesses indisponíveis da pessoa, o cidadão já sabe para onde se dirigir. E o MPE está bem preparado para recebê-lo.

Promotorias com espaços alugados ●.....

Ananás Araguaçu Arapoema Augustinópolis Cristalândia Itaguatins Pium Ponte Alta do Tocantins Tocantínia Wanderlândia Novo Acordo

Mudando para melhor ●.....

No processo de estruturação das Promotorias de Justiça do interior, cinco delas, que já funcionavam em instalações alugadas, tiveram a oportunidade de mudar de endereço, passando a ocupar espaços mais confortáveis e adequados à dinâmica do trabalho ministerial e ao número de pessoas que compõem suas equipes.

Unidades atendidas

Porto Nacional Alvorada Pedro Afonso Xambioá

Promotorias beneficiadas também com reformas ●.....

Nem só com novas construções e com mudanças para sedes mais amplas deu-se o processo de estruturação física das Promotorias de Justiça do Estado. As melhorias passaram também por reformas, realizadas a partir de um levantamento das necessidades específicas de cada prédio, visando mantê-los em plenas condições de funcionamento.

Unidades atendidas

Araguatins Colmeia Dianópolis Gurupi Miracema Paraíso do Tocantins Pium

Palmas, reformas também na sede do MPE ●.....

Para viabilizar as melhorias nos serviços implementados pelo Ministério Público entre 2009 e 2012, foi necessária uma série de adaptações na sede da Instituição. Todo o espaço físico da área administrativa foi reformado, assim como o setor de informática.

Instalado em 2011, o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) recebeu um espaço adaptado às suas funções. O mesmo aconteceu com a Assessoria de Comunicação e com o Setor de Saúde, ambos em 2009.

No reforço à segurança interna, foi realizada a instalação de catracas, detectores de metais e outros instrumentos de controle de acesso, o que requereu novas adaptações e reformas estruturais – inclusive para a instalação de uma sala de monitoramento do circuito interno de TV.

Anexo

Ainda com relação à capital, na atual gestão o Ministério Público ganhou seu primeiro anexo, para fins de depósito. A iniciativa liberou mais espaço na sede, essencial em um período de ampliação dos serviços ministeriais.



Conheça o MP

Novos olhares sobre o Ministério

Com as portas sempre abertas à população, o Ministério Público Estadual (MPE) realizou um novo projeto no primeiro semestre de 2012 com a intenção de se apresentar a um público especial: as crianças e adolescentes.

In loco, por meio do projeto Conheça o MP, turmas de estudantes da rede pública, do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, foram recebidas na Instituição, passearam pelas dependências, conversaram com membros e servidores e assistiram a palestras sobre o papel do MPE.

Para efetivar o projeto, foram firmadas parcerias com as secretarias de Educação do Estado e do município.

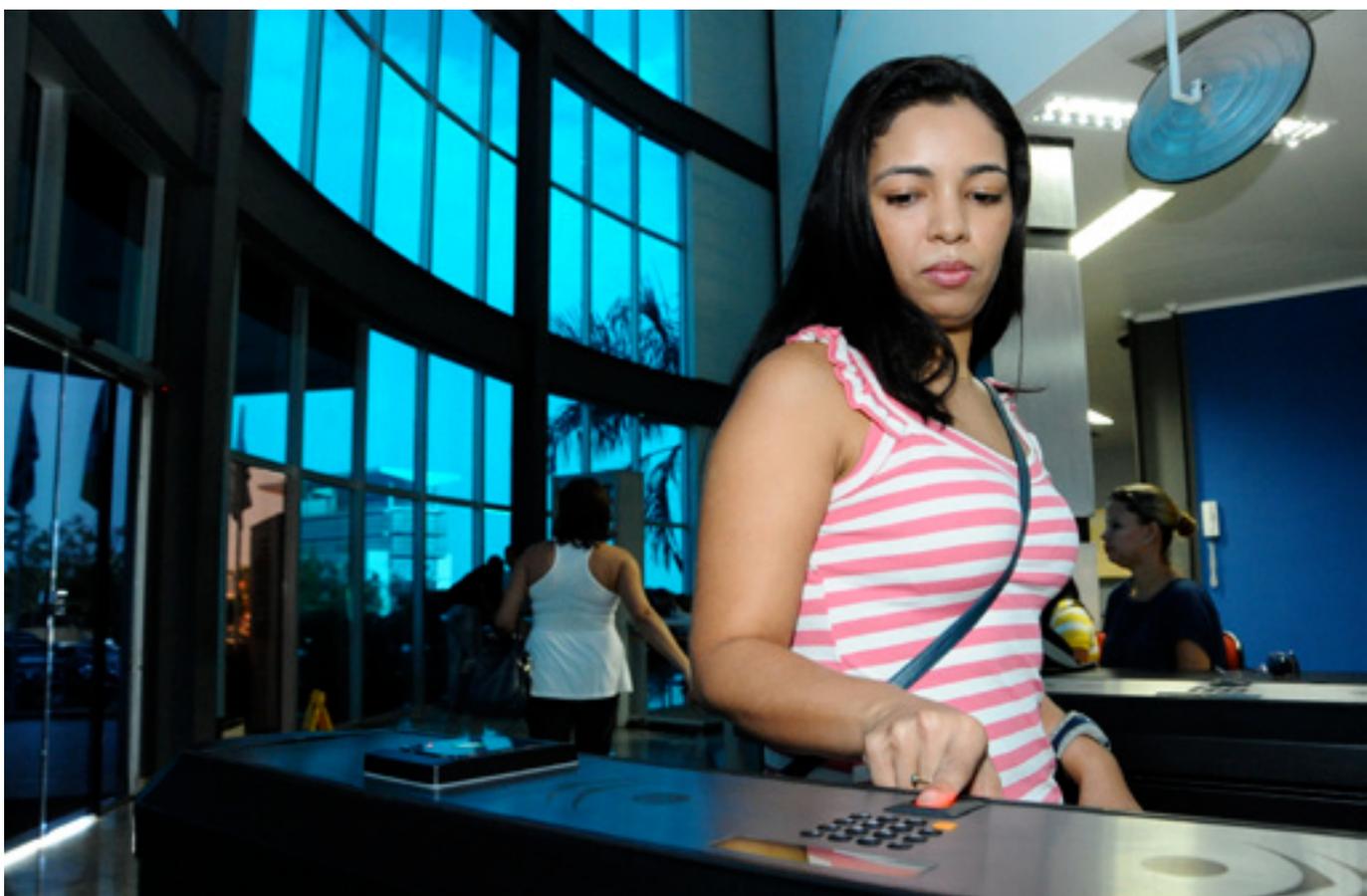
Produção de vídeos

Como continuidade da visita, os estudantes participaram, ainda, de um concurso de vídeos de bolso (pocket movie) produzidos a partir de câmeras fotográficas e celulares, com duração de 1 a 3 minutos, nos quais relatam suas visões sobre o MP.

Os trabalhos, nas categorias Fundamental e Médio, foram julgados e premiados, em novembro de 2012, com netbook (1º lugar), smartphone (2º lugar) e câmara digital (3º lugar). Foi entregue um prêmio para cada integrante do grupo, sendo cada grupo formado por três estudantes.

A Escola Estadual Santa Fé, com maior número de trabalhos classificados, também foi premiada, recebendo computador com impressora colorida.





Sede

Segurança institucional é reforçada

Pela especificidade de sua atuação, o Ministério Público necessita dedicar atenção diferenciada à segurança de seus membros. Por isso, nenhum acesso é realizado às suas dependências, em Palmas, sem que a pessoa seja formalmente identificada, seja ela servidora ou visitante. Tamanho rigor foi possibilitado graças às ferramentas de segurança implementadas na gestão 2009-2012 da Procuradoria-Geral de Justiça, formadas por circuito fechado de TV e catracas eletrônicas, além de detector de metais.

Antes mesmo de adentrar o MPE, todos são identificados, por meio das câmeras localizadas na área externa do prédio. Se servidor, ele seguirá para o trabalho após identificado, por meio da leitura de suas digitais, nas catracas eletrônicas. Todas as entradas e saídas dos integrantes do MPE ficam registradas.

Em caso de visitantes, são requisitados seus documentos pessoais, registrada fotografia de rosto e solicitada a autorização do respectivo setor de destino. Com isso, eles podem seguir pelas dependências do *Parquet*, mas não sem antes passar pelo detector de metais e por uma das catracas eletrônicas, acessíveis por meio de cartão magnético, devolvido ao final da visita.

Necessários a uma Instituição com as atribuições do Ministério Público, os procedimentos de segurança integram o projeto Segurança Institucional, iniciado em 2010 como parte do Planejamento Estratégico do MPE.

Circuito de TV

O circuito fechado de TV da instituição foi ampliado em 2012, ganhando equipamentos mais arrojados em termos de tecnologia, além de uma sala de monitoramento.

Agora, são 57 câmeras, distribuídas na área externa e em todos os pavimentos do prédio, em pontos estratégicos. Permitem gravar,

ampliar imagens, detectar rostos, identificar detalhes de objetos, registrar placas de veículos, além de verificar a entrada e saída de pessoas do prédio, entre outras funcionalidades.



Segurança armada

A sede do MPE e as Promotorias de Justiça tiveram sua segurança reforçada também quanto à presença de vigilantes armados em suas instalações. Em janeiro de 2009, havia 15 postos com vigilância noturna, onde atuavam 30 agentes. Passados quatro anos, o número de postos noturnos subiu para 26, onde atuam 52 agentes. Além disso, foram instalados 20 postos diurnos, totalizando 72 agentes.

Biometria

Frequência de servidores é registrada em ponto eletrônico

Além das catracas, voltadas à segurança institucional da sede do Ministério Público, foram instalados na sede do Ministério Público outros equipamentos de leitura biométrica: os marcadores do “ponto eletrônico”, com vistas ao controle digital da frequência dos servidores.

Não só a sede, em Palmas, ganhou o novo dispositivo. As Promotorias de Justiça dos quatro municípios seguintes de maior população do Estado (Araguaína, Gurupi, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional) também passaram a contar com os leitores de digitais.

Com a mudança, o MPE antecipa-se à decisão do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que avalia a normatização de métodos mais rigorosos de registro da entrada e saída dos servidores.

A mudança significa também menores gastos com insumos (papel e tinta) e a redução de procedimentos burocráticos, visto que a frequência era registrada, até então, em papel.



Fiscalização

Correições chegam às Procuradorias de Justiça

Mais maduro em seus princípios institucionais, em 2011, pela primeira vez, o Ministério Público do Estado passou a fazer uso da prerrogativa legal de promover correições nas Procuradorias de Justiça.

Previsto na Lei Orgânica do MPE como forma de fiscalizar a regularidade dos serviços e o cumprimento dos deveres funcionais por parte dos membros da Instituição, o trabalho de inspeção partiu de uma iniciativa do próprio Colégio de Procuradores, que deliberou pelo início das atividades em reunião ordinária. No ano, nove Procuradorias passaram por correição, além da Procuradoria-Geral de Justiça e da Subprocuradoria-Geral de Justiça.

À frente da Corregedoria-Geral do Ministério Público desde 2010, o Procurador de Justiça João Rodrigues Filho, além de iniciar as primeiras inspeções nas Procuradorias, prosseguiu com as correições nas Promotorias de Justiça da capital e do interior.

Nos últimos quatro anos, foram promovidas 146 correições em Promotorias de Justiça, alcançando todas as 42 comarcas do Estado, sendo algumas visitadas mais de uma vez. Vale ressaltar, ainda, que parte desse trabalho foi realizado na gestão do ex-Corregedor-Geral Alcir Raineri Filho (2009-2010).

Critérios

Além de avaliar a produtividade, foi observada, entre outros critérios, a integração dos membros do MPE à sociedade, como forma de aperfeiçoar a atuação ministerial e promover novos padrões de qualidade aos processos.

Correições em Promotorias

2009: 18 correições

2010: 29 correições

2011: 66 correições (sendo 29 em Palmas)

2012: 33 correições

Total: 146 correições

Correições 2009-2012

Promotorias e Procuradorias

Ano	Comarca	Promotorias
2009	Ananás	1
	Araguacema	1
	Araguaçu	1
	Araguatins	1
	Arapoema	1
	Arraias	1
	Augustinópolis	1
	Aurora	1
	Colmeia	1
	Cristalândia	1
	Goiatins	1
	Natividade	1
	Novo Acordo	1
	Palmeirópolis	1
	Paraná	1
	Taguatinga	1
	Tocantínia	1
	Xambioá	1
Total	18	18



Ano	Comarca	Promotorias
2010	Axixá	1
	Colinas do Tocantins	3
	Formoso do Araguaia	1
	Guaraí	3
	Itacajá	1
	Itaguatins	1
	Paraíso do Tocantins	5
	Pedro Afonso	2
	Ponte Alta	1
	Porto Nacional	7
	Tocantinópolis	3
	Wanderlândia	1
Total	12	29
2011	Almas	1
	Alvorada	1
	Araguaçu	1
	Araguaína	12
	Cristalândia	1
	Dianópolis	2
	Figueirópolis	1
	Filadélfia	1
	Goiatins	1
	Gurupi	9
	Miracema do Tocantins	3
	Miranorte	1
	Palmas	29
	Peixe	1
	Pium	1
	Tocantínia	1
Total	16	66
2012	Procuradorias	09
	Procuradoria-Geral	01
	Subprocuradoria-Geral	01
	Ananás	1
	Araguatins	1
	Arraias	1
	Augustinópolis	1
	Axixá	1
	Colinas	3
	Colmeia	1
	Guaraí	3
	Natividade	1
	Novo Acordo	1
	Palmeirópolis	1
	Paraná	1
	Tocantinópolis	3
	Wanderlândia	1
Xambioá	1	
Porto Nacional	7	
Paraíso do Tocantins	5	
Total	17	33

Outras atribuições

Além das correições, a Corregedoria-Geral do Ministério Público tem dado prosseguimento às suas demais atribuições, o que inclui a fiscalização da atividade funcional e da conduta dos membros, dispondo de instrumentos como sindicância, inquérito administrativo e processo administrativo. Nesse sentido, 213 procedimentos foram instaurados entre 2009 e 2012, além de ter sido dado prosseguimento aos remanescentes. Outra atribuição continuada é a avaliação do desempenho do Promotor de Justiça Substituto durante o estágio probatório de dois anos, recomendando ou não o vitaliciamento.



Brigada

Servidores são treinados para combate a incêndios

Desde 2011 o Ministério Público Estadual (MPE) conta com pessoal qualificado para atuar na prevenção e no combate a incêndios. Para que essa segurança seja realmente efetiva, foram treinados como brigadistas os próprios servidores da Instituição, que estão nas dependências do MPE em período integral de expediente.

Foram qualificados pelo Corpo de Bombeiros Militar 44 brigadistas, por meio de aulas teóricas e práticas, com conhecimentos também sobre primeiros-socorros, sobre como abandonar área com fogo iminente e como controlar o pânico em situações de risco.

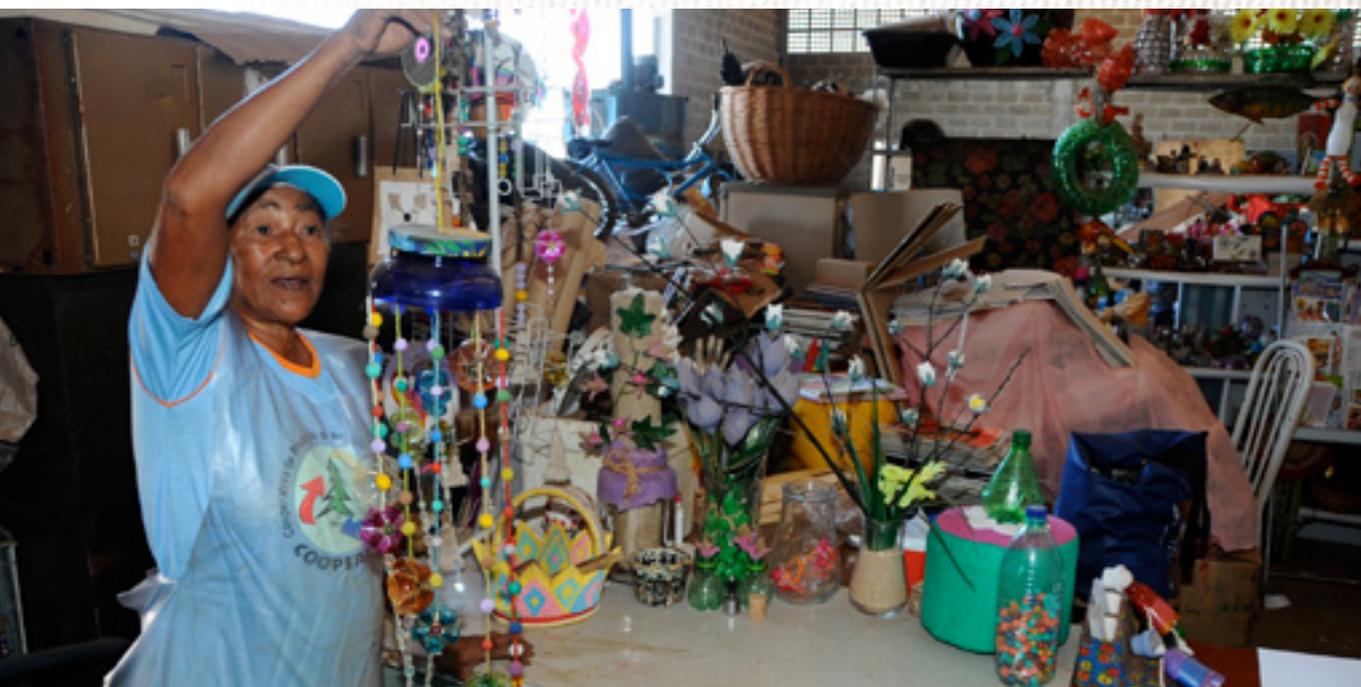
O certificado, entregue ao final do curso, serve também para fins de progressão funcional, conforme previsto no Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) dos servidores efetivos do Ministério Público.

Meio Ambiente

Reciclagem ganha nova dinâmica

Implantado em 2008, o Programa de Gerenciamento Ambiental do Ministério Público (Reciclamp) ganhou nova dinâmica no ano de 2011, quando seu comitê gestor ampliou-se, passando a integrar representantes de diversos setores administrativos do MPE, além dos membros originais do Caop do Meio Ambiente.

A seleção de material de expediente reciclável nas dependências da Procuradoria-Geral de Justiça continuou sendo a ação de maior destaque do programa, chegando a ser recolhida uma média diária de 15,74 quilos de material reciclável, entre papel, papelão, plástico e isopor, segundo pesagens realizadas em 2011 e 2012.



No período de medição, de 29 dias úteis, o volume de recicláveis alcançou 456 quilos. Todo o material passa por uma triagem inicial no MPE, antes de ser recolhido pelo caminhão de coleta seletiva da Prefeitura de Palmas. Esta, por sua vez, repassa o material já previamente separado a duas cooperativas de produção de recicláveis, sem custos, auxiliando na geração de renda de famílias que optaram por trabalhar na área de desenvolvimento sustentável.

Iniciativas

Na mesma filosofia, de otimizar o uso de material de expediente sob o prisma ambiental, foi adotado, com o Reciclamp, o emprego de papel reciclado na impressão de documentos da Procuradoria-Geral de Justiça. Também foi incentivado o aproveitamento do verso das folhas em rascunhos, além do uso consciente da energia elétrica, telefone, copos descartáveis e outros materiais. Com isso, o Ministério Público confirma-se como exemplo para a sociedade, estando em sintonia com as principais transformações sociais.

Amostragem

Em 29 dias úteis de pesagem, verificou-se a coleta de 456 kg de material reciclável, o que configura uma média de 15,74 kg por dia. Destes, 67% são de papel e papelão e 33%, de plásticos e isopor.



“É essencial essa iniciativa, pois é nos órgãos públicos que está o maior volume de material reciclável no Estado, principalmente papel”.

Otacílio Cardoso, Presidente da Cooperativa de Produção de Recicláveis do Tocantins (Cooperan)



O Ministério Público do Estado do Tocantins tem como meta proporcionar aos servidores plenas condições para que desenvolvam seus trabalhos, sentindo-se valorizados, sendo atendidos com ações preventivas de saúde e oferecidas condições para uma vida familiar e social de qualidade. Essas prioridades justificam os investimentos realizados pela Instituição em qualificação permanente, Plano de Cargos e Carreiras, auxílio, alimentação, auxílio-creche, ações de saúde e outros benefícios instituídos ou ampliados nos últimos quatro anos.



Valorização de membros e servidores







Carreira

PCCR estimula qualificação dos servidores

Em 2012, os servidores do quadro auxiliar do Ministério Público Estadual (MPE) alcançaram uma conquista que refletirá em melhorias durante toda sua vida funcional e que continuará repercutindo ainda durante a aposentadoria. Trata-se do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR), aprovado por unanimidade pelos membros da Assembleia Legislativa e sancionado em maio, trazendo como benefício imediato um reajuste na remuneração.

Mas a principal vantagem do plano é que os servidores são estimulados a participar com mais frequência de cursos de qualificação em sua área de atividade e a obter um bom rendimento no trabalho, com vistas a alcançar as progressões, que passaram a ocorrer anualmente.

Moderno, o novo PCCR reduziu de 41 anos para 28 anos o tempo para que o servidor alcance o final da carreira. Também valorizou a aposentadoria, uma vez que a base previdenciária passou a incidir sobre 100% da remuneração.

De acordo com o Procurador-Geral de Justiça, Clenan Renaut de Melo Pereira, mais de R\$ 3,4 milhões do orçamento foram destinados para que o plano começasse a ser executado ainda em 2012.

Participação

O PCCR foi elaborado com transparência e de modo participativo, sendo resultado de 10 meses de discussão entre membros do MPE, servidores e especialistas da Fundação Univera, de Brasília. Neste sentido, houve plena abertura para a participação do Sindicato dos Servidores (Sidsemp) e da Associação dos Servidores do MPE (Asamp) na comissão que esteve à frente dos trabalhos.

Mais de 70 reuniões foram realizadas, buscando adequar o ideal almejado pelos servidores às possibilidades financeiras e orçamentárias do Ministério Público.

O Colégio de Procuradores também tomou parte nas discussões, por meio da Comissão para Assuntos Administrativos, dialogando e observando a situação global e individual dos integrantes do MPE.

Principais mudanças ☉

- Política de remuneração compatível com o mercado;
- Redução de 41 anos para 28 anos o período para alcançar o final da carreira;
- Redução do intervalo das progressões, de 2 para 1 ano;
- Base de cálculo da contribuição previdenciária em 100% da remuneração percebida (valor da aposentadoria).



“O plano trouxe muitos avanços, como a valorização do servidor de nível fundamental, a redução da diferença de salários entre analistas ministeriais e analistas ministeriais especializados e a incorporação da produtividade. Houve muito diálogo e chegou-se onde poderia chegar. Nas condições da época, era impossível avançar mais”.

Carlos Rogério Ferreira do Carmo, à época, presidente do Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado do Tocantins (Sidsemp)



“O Plano de Cargos do Ministério Público foi o primeiro no Estado feito por uma empresa especializada, em cumprimento ao que estava determinado no Planejamento Estratégico do Ministério Público. Como um dos benefícios, corrigiu distorções nos subsídios dos servidores, observando a realidade do mercado de trabalho, inclusive do setor privado. O resultado é que temos hoje um excelente plano, mesmo se considerando os itens que merecem ajustes no decorrer do tempo. Num contexto geral, a Procuradoria deu exemplo para todo o Estado sobre como conduzir a elaboração de um plano.”

Enoque Barbosa de Sousa, presidente da Associação dos Servidores Administrativos do Ministério Público do Tocantins (Asamp)



Produtividade é incorporada

No âmbito do novo Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) do MPE, os servidores contaram com um importante benefício: a gratificação por produtividade foi incorporada aos salários, extinguindo, assim, a possibilidade jurídica de o valor vir, futuramente, a ser suprimido dos contracheques. O implemento passa a valer, inclusive, para fins de aposentadoria.

Essa não foi a única vantagem que os servidores do Ministério Público tiveram com relação à produtividade. No início da gestão de Clenan Renaut de Melo à frente da Procuradoria-Geral de Justiça, o benefício era concedido na proporção de 15% do valor da remuneração. Ao ser incorporado, após três reajustes, seu percentual já era bem superior: 40%.

Evolução da produtividade

jul/2008 a mar/2010: 15%
 abr/2010 a mar/2011: 27%
 abr/2011 a jun/2011: 30%
 jul/2011 a abr/2012: 40%

Equilíbrio

PCCR corrige distorções

Entre as diversas vantagens, o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) ainda proporcionou equilíbrio na atividade funcional, corrigindo distorções salariais que existiam entre os diferentes cargos que compõem o quadro de servidores da Instituição. Por isso, considerando o padrão inicial da carreira, o Plano trouxe reajustes que variaram de 9,99% (Analista Ministerial Especializado) a 54,65% (Motorista Profissional e Técnico Ministerial).

Para chegar à definição desses percentuais, os estudos foram aprofundados. Analisaram-se as remunerações praticadas em Ministérios Públicos Estaduais das regiões Norte e Nordeste, além dos valores pagos para os mesmos cargos pelos poderes públicos no próprio Tocantins.

Com isso, corrigiram-se as distorções internas e buscou-se alcançar o equilíbrio também com relação às demais entidades.

Ganhos com o PCCR

Cargo	Remuneração inicial + produtividade *	Remuneração a partir do PCCR **	Varição
Auxiliar Ministerial	R\$ 953,41	R\$ 1.350,00	41,60%
Auxiliar Ministerial Especializado	R\$ 1.509,73	R\$ 1.805,00	19,56%
Motorista	R\$ 1.509,73	R\$ 2.260,00	49,70%
Motorista Profissional	R\$ 1.713,58	R\$ 2.650,00	54,65%
Técnico Ministerial	R\$ 1.713,58	R\$ 2.650,00	54,65%
Técnico Ministerial Especializado	R\$ 2.492,89	R\$ 2.950,00	18,34%
Oficial de Diligências	R\$ 3.312,52	R\$ 3.650,00	10,19%
Analista Ministerial	R\$ 3.822,12	R\$ 4.822,00	26,16%
Analista Ministerial Especializado	R\$ 5.202,37	R\$ 5.722,00	9,99%

*Até 30/04/2012

**A partir de 01/05/2012



Reforço

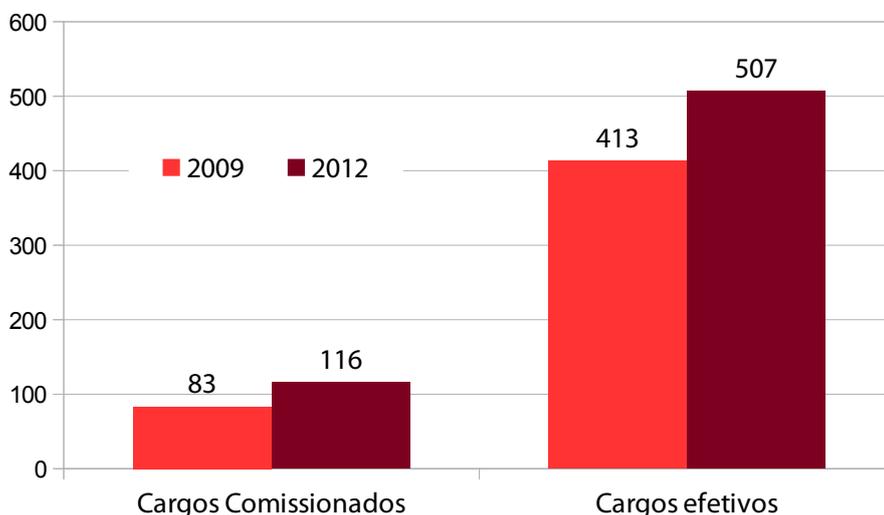
Plano proporciona também aumento do quadro

Além dos benefícios relacionados à evolução da remuneração, o novo Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) promoveu uma ampliação do quadro de pessoal do Ministério Público do Estado.

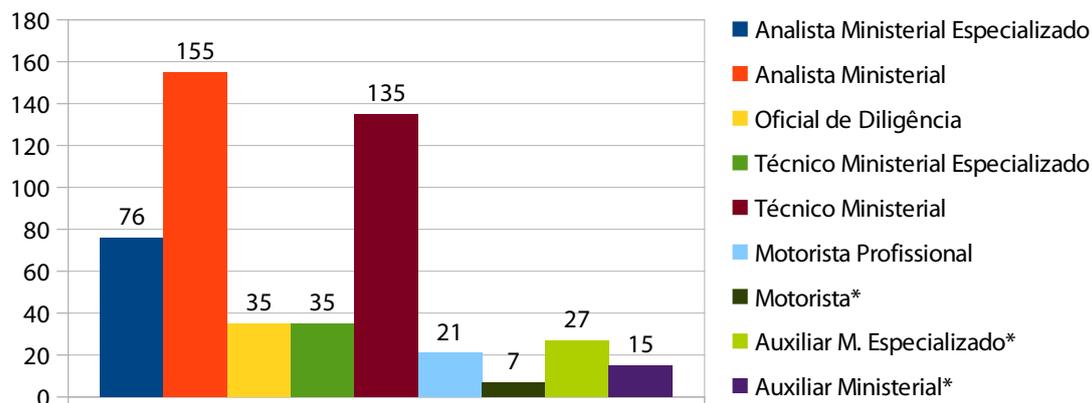
Com isso, o MPE abriu a possibilidade de continuar a crescer, reforçando o número de servidores auxiliares. Enquanto isso, novos trabalhadores encontraram a possibilidade de prestar serviço à Instituição, enquanto comissionados ou, principalmente, via concurso público, na busca pela sonhada estabilidade.

Em quatro anos, o número de cargos efetivos criados por lei no *Parquet* tocantinense cresceu 23%, saltando de 413 para 507 cargos. Por sua vez, o número de cargos comissionados, destinados às funções de chefia, cresceu 33,2%, alcançando 116 vagas.

Quadro do MPE



Distribuição dos cargos efetivos - 2012 (507 vagas)



* Em extinção

Reconhecimento

Efetivos têm preferência para os cargos de chefia

No Ministério Público do Estado (MPE), 63,79% dos cargos em comissão encontram-se preenchidos por servidores efetivos, que possuem mais tempo de casa, conhecem melhor o *Parquet* e têm mais experiência, enquanto técnicos.

Além dessas qualidades, reconhecidas pela Procuradoria-Geral de Justiça, há o fato de que o pessoal de carreira também teve mais oportunidade de se qualificar, em cursos específicos para as atividades ministeriais, promovidos pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Cesaf).

Por tudo isso, e ainda por ser um critério legal dar preferência aos efetivos na nomeação para cargos de comissão, o MPE os tem valorizado.

Ganhos

Revisões anuais corrigem salários acima da inflação

Ao longo dos quatro últimos anos, a Procuradoria-Geral de Justiça tem respeitado o princípio da revisão anual da remuneração dos servidores do Ministério Público do Estado (MPE). Mas tem ido além, procurando cobrir os índices inflacionários para proporcionar ganhos reais ao pessoal. Tudo viabilizado após rígidos estudos da realidade orçamentária e da disponibilidade financeira da Instituição.

Exemplo dessa atenção à permanente manutenção do poder aquisitivo dos servidores ocorreu em 2009, quando a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou o ano em 4,31%, ao passo que a remuneração dos servidores foi revisada em 8%.

PCCR

Outro implemento na remuneração dos servidores veio integrado ao novo Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR), instituído em 2012. Além de incorporar a produtividade e corrigir distorções entre os diferentes cargos, o Plano proporcionou um aumento real de 7,5% com relação ao padrão inicial da carreira.

Revisões anuais

Exercício	Mês	Percentual
2009	Maio	8%
2010	Maio	5%
2011	Maio	7%
2012	Maio	PCCR

Antes, em 2010, houve uma reclassificação de acordo com o DAM – Direção e Assessoramento Ministerial, com os integrantes sendo enquadrados no nível imediatamente superior ao qual se encontravam.

Comissionados

Os servidores comissionados do MPE também têm sido valorizados com reajustes. Em junho de 2011, o implemento em seus salários foi de 7%. Em 2012, o percentual foi de 7,5, concedido por meio do PCCR.

Implemento

Adicional de férias salta para 50%

Em agosto de 2012, os membros e servidores do Ministério Público do Estado (MPE), efetivos e não efetivos, tiveram uma grata surpresa: foi anunciado o aumento do adicional de férias, passando de um terço para 50% do valor do subsídio ou remuneração. Com isso, dará para aproveitar melhor o merecido descanso após cada ano de dedicação às atividades ministeriais.



A resolução do Colégio de Procuradores que estabeleceu o aumento no adicional tem como referência o período aquisitivo de férias do ano 2011/2012, para servidores; e a partir do primeiro semestre de 2012, para membros. Quem já havia recebido o benefício referente a esse período com os percentuais anteriores não saiu prejudicado: recebeu a diferença no contracheque de agosto.

O aumento no adicional de férias é uma novidade que o MPE trouxe para o Estado. Para concedê-lo, foi verificada a disponibilidade financeira, o impacto no orçamento e realizado um completo estudo sobre a viabilidade jurídica do benefício, considerando a Constituição Federal, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR).

Benefícios

Leis trazem outras facilidades

No decorrer da gestão 2009-2012, projetos de lei propostos pelo Ministério Público e aprovados pela Assembleia Legislativa estenderam as facilidades no aproveitamento de benefícios, por parte dos membros e servidores do *Parquet*.

Uma das mudanças foi que metade do décimo terceiro salário passou a poder ser requerida, em caráter de antecipação, para o mês de julho de cada ano. Também foi comemorado que a folga de trabalho alusiva ao aniversário do servidor ficou assegurada para o primeiro dia do mês, caso a comemoração por seu nascimento caia em fim de semana ou feriado. Ninguém mais perde o benefício.

Benefício

Auxílio-creche proporciona maior tranquilidade para servidores

Para que os servidores do Ministério Público Estadual, pais ou mães de crianças de até seis anos de idade, possam se dedicar ao trabalho com maior tranquilidade, tendo condições de deixar seus filhos sob cuidados profissionais, foi instituído em 2011 o auxílio-creche no valor de R\$ 250,00 por criança.

Além dos filhos, o benefício é extensivo a dependentes. Em casos de portadores de necessidades especiais, não há limite de idade para a concessão do auxílio.

Com a nova vantagem, resultado da política de valorização dos servidores instituída pela Procuradoria-Geral de Justiça, é proporcionada aos pais a opção de custear despesas com creche, pré-escola ou com profissionais que cuidem das crianças.

Com os pais mais centrados no trabalho, tranquilos em relação à segurança de seus filhos, ganha a população, com serviços ministeriais mais ágeis e de melhor qualidade.



“A concessão do auxílio-creche viabilizou a melhoria dos cuidados dispensados à minha filha, de um ano e meio de idade, contribuindo diretamente para o desenvolvimento familiar. Este aporte financeiro é reflexo da preocupação desta Instituição com seus servidores”.

Elenilson Pereira Correia - Auxiliar Ministerial

Valorização

Auxílio-alimentação é reajustado

Na gestão 2009-2012 do Ministério Público do Estado do Tocantins, o auxílio-alimentação passou por sucessivos reajustes, ganhando maior importância no orçamento doméstico dos servidores e proporcionando-lhes mais qualidade de vida.

Como parte da política de valorização dos colaboradores do MPE, o auxílio passou dos R\$ 400,00 praticados no início da gestão de Clenan Renaut de Melo à frente da Procuradoria-Geral de Justiça para R\$ 700,00 a partir de agosto de 2012, ultrapassando o valor do menor subsídio pago no Estado, que antes lhe servia de parâmetro.

O valor do benefício foi aumentado em 75% ao longo dos últimos quatro anos



“Com o auxílio-alimentação, consigo realizar toda a compra mensal de supermercado lá de casa, onde moro com meu marido e mais dois filhos. É um grande reforço em nosso orçamento doméstico, e que vem se valorizando muito desde que ingressei no Ministério Público, em 2008”.

Neila Soares – Auxiliar Ministerial

Evolução no valor do auxílio

Nov/2008 a mar/2010: **R\$ 400,00**

Abr/2010 a dez/2010: **R\$ 510,00**

Jan/2011 a fev/2011: **R\$ 540,00**

Mar/2011 a dez/2011: **R\$ 545,00**

Jan/2012 a jul/2012: **R\$ 651,00**

Agosto/2012: **R\$ 700,00**



Concurso

MPE reforça quadro de membros

A Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins registrou, na atual gestão, a oportunidade de agregar novos membros ao seu quadro, dinamizando suas ações com a abertura, por meio de concurso, de 15 vagas para Promotor Substituto.

O certame, executado a partir de agosto de 2012 pelo Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (Cespe/UnB), contou com três etapas, visando o rigor necessário na seleção dos novos membros.

Os candidatos a Promotor Substituto do MPE passaram por prova objetiva (1ª fase), prova discursiva (2ª fase), prova oral, avaliação de títulos, sindicância da vida pregressa e exames de sanidade física e mental (3ª fase), assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em todas as etapas, visando tornar clara a isenção do certame.

Saldo em quatro anos é positivo ●.....

Considerando o número de novos membros que ingressaram na Instituição nos últimos quatro anos e descontados os casos de inatividade, exoneração e falecimento, obtém-se um saldo positivo no período.

Ingressos
(posses)
2009: 4 membros
2010: 13 membros
2011: 1 membro
Total: 18 membros a mais

Baixas
(Inatividade, exoneração, falecimento)
2009: 1 membro
2010: 6 membros
2011: 3 membro
2012: 3 membros
Total: 13 membros a menos

Auxiliares

Número de servidores é ampliado

Por meio de concursos públicos realizados com a máxima transparência, o quadro de servidores auxiliares do Ministério Público Estadual (MPE) foi reforçado em duas ocasiões na atual gestão da Procuradoria-Geral de Justiça.

A primeira ocorreu em 2010, quando foram oferecidas 37 vagas de nível superior, para analista ministerial na especialidade de ciências jurídicas, tornando possível que todas as Promotorias de Justiça passassem a contar com o auxílio desses profissionais. A segunda oportunidade veio em 2012, com a abertura de 81 vagas para cargos de nível superior e intermediário, às quais concorreram mais de 23 mil inscritos.

Nos dois certames foram abertos também cadastros de reserva.

Com o preenchimento dos cargos nas regiões Central (Palmas), Norte (Araguaína) e Sul (Gurupi) do Estado, o MPE reforçou sua capacidade operacional em todo o Tocantins, de modo que os membros da instituição passaram a contar com melhor suporte às suas ações, o que contribui para atividades jurisdicionais mais eficientes.

Os dois concursos foram realizados pela regional Comissão Permanente de Seleção (Copese), integrante da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Evolução

Até a primeira semana de setembro, 58 servidores do concurso de 2012 já haviam tomado posse em seus cargos. Considerando os dois concursos realizados nos últimos quatro anos, o reforço no quadro chegou a 184 servidores, devidamente empossados até setembro.

Dos cinco concursos para provimento de cargos de auxiliares realizados na história do MPE, dois ocorreram na gestão 2009-2012.



“No final de 2011, resolvi buscar novos horizontes para minha vida profissional. Por isso, comecei a estudar. Quando o MPE lançou o concurso público para provimento de servidores, percebi uma possibilidade de ingressar em uma instituição séria e respeitada. Estudei, fiz a prova e, graças a Deus, consegui a aprovação. Durante todo o processo seletivo, o MPE demonstrou transparência e presteza em suas ações, reafirmando o conceito de instituição proba que todos conhecem.”

Dálethe Araújo - 2ª colocada para Técnico Ministerial em 2012

Saldo confirma evolução

O balanço entre o ingresso de novos servidores, via concurso; e as baixas, por exoneração ou inatividade; comprovam o aumento na força de trabalho do Ministério Público, com um saldo de 114 novos auxiliares.

Posse

2009: 20 servidores

2010: 91 servidores

2011: 15 servidores

2012*: 58 servidores

Total: 184 servidores

* Até 05 de setembro

Exoneração/inatividade

2009: 19 servidores

2010: 21 servidores

2011: 13 servidores

2012: 17 servidores

Total: 70

Isonomia

Transparência também na seleção de estagiários

Visando proporcionar igualdade de oportunidades aos concorrentes e manter um quadro de colaboradores selecionado a partir de suas competências, o Ministério Público do Estado (MPE)

estendeu o critério de transparência também ao recrutamento de estagiários – que ingressam na instituição a partir de processo seletivo. Foi a primeira vez que isso ocorreu.

A última turma, formada por acadêmicos de Direito, iniciou suas atividades no MPE em fevereiro de 2011, tendo a oportunidade de solidificar no *Parquet* sua formação profissional. Após a seleção, antes de entrar em exercício, eles ainda receberam orientações do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Cesaf) sobre como proceder em suas atividades na Instituição.

Valorização

Além do critério de seleção igualitário, os estagiários foram beneficiados com reajuste no valor de suas bolsas, de R\$ 400,00 pagos até fevereiro de 2011 para os atuais R\$ 700,00. Além da remuneração, também é proporcionado auxílio-transporte a esses colaboradores.



“O fato de ser uma seleção abre espaço para que participem do estágio aqueles que estão realmente capacitados e que, por isso, podem aproveitar melhor essa oportunidade. Tem sido uma grande experiência aplicar no trabalho o conteúdo visto em sala de aula e participar do ambiente do Ministério Público, o que nos dá uma visão mais ampla do que é o Direito. Creio que isso vai influenciar ao longo de minha carreira”.

Ana Flávia Dourado de Brito - estagiária ingressou no MPE em 2011, quando cursava o 6º período de Direito.

Cesaf

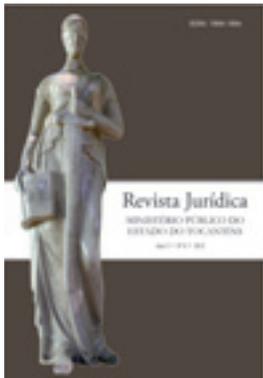
Qualificações atendem às necessidades específicas do MPE

Cumprindo a missão de aprimorar os conhecimentos profissionais e culturais dos membros e servidores do Ministério Público, o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Cesaf) chegou a promover até 40 eventos anuais, entre cursos, seminários e oficinas, na modalidade presencial ou a distância.



São realizações em diversas áreas do conhecimento, que contemplam as atividades finalística e administrativa do *Parquet* tocantinense, visando aperfeiçoar o trabalho da Instituição como um todo.

Além de promover ações próprias, arregimentando os parceiros necessários e, muitas vezes, chamando segmentos da comunidade para compartilhar o aprendizado, o Cesaf também incentiva a participação dos integrantes do MPE em atividades externas, no Tocantins ou em outros estados, a exemplo de cursos, congressos, feiras e conferências. Dessa forma, proporciona conhecimento integral, considerando os conteúdos mais específicos, não incluídos nas atividades do centro.



Revista

Visando fomentar a pesquisa e a reflexão sobre os temas mais atuais e relevantes na área do Direito, o Cesaf também edita, semestralmente, a “Revista Jurídica”, composta por artigos escritos, preferencialmente, por integrantes do MPE. A publicação ganhou novos incentivos durante a gestão do Procurador-Geral de Justiça, Clenan Renaut de Melo Pereira.

Bolsa de estudos

Mais de R\$ 100 mil investidos em incentivo à graduação

Os servidores do Ministério Público que ainda não possuem formação em nível superior recebem da Instituição um incentivo essencial para que alcancem o tão sonhado diploma: o auxílio de bolsa de estudos, que, entre os anos de 2009 e 2012, requereu um investimento de R\$ 105 mil.

Por meio das bolsas, são financiados até 30% do valor das mensalidades, no decorrer de toda a graduação. Em contrapartida, os universitários têm que comprovar, semestralmente, a aprovação nas disciplinas. A cada mês, eles têm que demonstrar também estar com as mensalidades em dia.

Critérios

O benefício é destinado a servidores efetivos que estejam no exercício de suas atividades, desde que haja compatibilidade entre os horários de estudo e trabalho. Têm prioridade no recebimento os integrantes de menor renda bruta, maior número de dependentes, maior idade e que não tenham utilizado a bolsa antes ou perdido o benefício por descumprir os critérios de manutenção.

Investimento

2009: R\$ 33.388,81, com 25 beneficiados

2010: R\$ 35.525,37, com 25 beneficiados

2011: R\$ 20.435,61, com 16 beneficiados

2012*: R\$ 16.584,60

TOTAL: R\$ 105.934,39

* Primeiro semestre (jan/set - 2012)



“A bolsa é essencial, pois complementa os custos de manutenção do curso, o que inclui livros, cópias e transporte. São gastos que não estão incluídos na mensalidade, mas que são necessários ao graduando. Além disso, a bolsa é um incentivo à continuidade do curso e à aprovação em todas as disciplinas, visto que a reprovação em uma matéria acarreta a sua perda.”

Paulo Evangelista, estudante do 4º período de Direito, beneficiário há um ano e 10 meses com auxílio de R\$ 645,00.



Imóveis

Servidores e membros contam com linha de crédito diferenciada. Um acordo de cooperação firmado entre o Ministério Público Estadual (MPE) e a Caixa Econômica Federal em 2011 garantiu aos servidores e membros uma linha de crédito diferenciada para o financiamento de imóveis residenciais.

Entre as facilidades asseguradas, está a taxa de juros inferior à praticada no mercado e a possibilidade de financiar até 100% do valor do imóvel. A iniciativa alcança os servidores efetivos ativos e inativos e os pensionistas do MPE, garantindo-lhes mais tranquilidade e qualidade de vida.

Justiça

Pagamento de direitos a membros do MPE

Direitos dos membros e servidores do Ministério Público do Estado (MPE) foram pagos na atual gestão, o que requereu um reordenamento das despesas da Instituição mediante a abertura de suplementos. Para a regularização, grandes montas de recursos foram dispensadas, o que fez com que tivessem de ser revistos os planos de investimentos por parte da Procuradoria-Geral de Justiça.

Por outro lado, corrigindo as pendências e reduzindo os passivos do MPE, evitou-se que o pagamento das dívidas fosse inviabilizado no futuro. Foi esse senso de responsabilidade que guiou a Administração Superior do Ministério Público a saldar tais obrigações.

Os direitos liquidados são referentes à Unidade Real de Valor (URV), incentivos funcionais, diferenças salariais, recontagem de quinquênio e anuênio, férias vencidas e não usufruídas, entre outros benefícios. De 2009 a 2012, os pagamentos demandaram R\$ 39.993.413,11.

Sede

Atendimento de saúde facilitado com a instalação de setor

Num breve intervalo do trabalho, os integrantes do Ministério Público Estadual podem se dirigir ao Setor de Saúde, no piso térreo da própria instituição, e ser atendidos em procedimentos médico, psicológico, odontológico e de fisioterapia.

Essa foi a forma encontrada pelo MPE para estabelecer uma política real de saúde preventiva em benefício de seus membros e servidores. Porque mantendo a saúde sempre em dia, a qualidade de vida melhora, acompanhada de mais disposição para o trabalho, proporcionando melhor produtividade nas ações ministeriais.

O setor funciona das 8h às 18h, sem intervalo para almoço. Além das consultas, agendadas previamente, procedimentos básicos também são realizados no local, como testes de glicemia, aferição de pressão arterial e primeiros-socorros.

Evolução

O setor foi criado em abril de 2009, tendo, em sua formação inicial, um médico e um técnico em enfermagem. Em 2010, o quadro foi ampliado, passando a ser integrado por três médicos, dois fisioterapeutas, dois odontólogos, um psicólogo, um enfermeiro, um técnico em enfermagem e dois auxiliares odontológicos.

Balanco de atendimentos (2009-2012)
Médico: 2.546 procedimentos
Odontológico: 2.105 procedimentos
Fisioterapêutico: 2.797 procedimentos
Em enfermagem: 4.194 procedimentos
Psicológico: 62 procedimentos

Mais

- Promove ginástica laboral duas vezes por semana, na sede da PGJ;
- Realizou oito campanhas de vacinação;
- Implantou a Semana da Saúde, que acontece anualmente, desde 2010.

Além de atender os integrantes do MPE, quando acionado pelas Procuradorias e Promotorias de Justiça, o Setor de Saúde também atua na área finalística, prestando atendimentos externos, no caso de criança, mulher e família.



“A comodidade de ser atendido na hora, sem enfrentar trânsito, filas, burocracia e sem custo algum é um refrigério no momento de dor e angústia. Apesar de ter plano de saúde, tenho recorrido aos nossos serviços pelas razões já expostas, mas, principalmente, a bem do meu serviço, pois eu não teria condição de me submeter a um tratamento tão demorado [um ano de fisioterapia] saindo todos os dias do trabalho para fazê-lo fora daqui.

Sem contar com o atendimento personalizado que as nossas fisioterapeutas prestam, indo até nosso setor de trabalho para ajustar a tela do computador, a cadeira, a mesa, o teclado, o mouse, o descanso de punho, tudo milimetricamente medido e adequado para o usuário. Parabéns ao nosso Setor de Saúde!”

Sônia Márcia Gonçalves, servidora

Odontologia

Assistência também na sede do MPE

Desde setembro de 2010, os membros e servidores do Ministério Público Estadual (MPE) contam com um benefício a mais em favor de sua saúde: a assistência odontológica, prestada diretamente na sede da instituição.

Em consultório devidamente equipado e dotado de dois odontólogos e dois auxiliares, são realizados desde procedimentos preventivos (profilaxia) até cirurgias, passando por exames clínicos, restaurações e extrações, entre outros serviços.

- Principais serviços
- Profilaxia
- Raspagens
- Exames clínicos
- Restauração em resina
- Restauração em amálgama
- Radiografia
- Cirurgia periodontal
- Exodontia (extração)
- Procedimentos protéticos
- Dessensibilizante e flúor



Ginástica laboral

Saúde em movimento na Procuradoria-Geral de Justiça

Semanalmente, há momentos de interação entre os servidores do Ministério Público Estadual, em prol da manutenção da saúde. Em horários diferenciados, promove-se a ginástica laboral em cada pavimento da sede do MPE, conduzida por profissionais especializados.

Com os exercícios físicos simples e rápidos da ginástica laboral, contribui-se para a redução das doenças relacionadas ao trabalho, favorecendo o equilíbrio entre corpo e mente, o relaxamento e a renovação do ânimo dos servidores para o trabalho.

A ginástica ocorre às terças e quintas-feiras pela manhã, no térreo, primeiro e segundo pavimento; e nas segundas e quartas-feiras, no terceiro e quarto pavimento.

Essa é mais uma conquista dos servidores alcançada por meio do Setor de Saúde, instalado em 2009.

Personalização

Além da ginástica laboral, o Setor de Saúde promove o atendimento individual de servidores no tocante à ergonomia e biomecânica, avaliando os equipamentos de trabalho e prestando as orientações sobre a postura corporal que deve ser mantida durante as atividades.



Eventos

Comemoração à saúde do servidor

Além da prestação de atendimento contínuo, a saúde é pauta no Ministério Público do Tocantins em datas especiais, quando acontecem programações temáticas. É o caso do Dia Mundial de Combate ao Tabagismo, comemorado com debates e atividades físicas. Da mesma forma, têm sido celebrados o Dia Internacional da Mulher e o Dia do Coração.



Também entrou para o calendário anual do MPE a Semana da Saúde, desde 2010, sempre com uma ampla programação em favor da saúde e do bem-estar dos integrantes da entidade, que inclui: alongamento, massagem e palestras, entre outras atividades, que funcionam ainda como momentos de socialização entre o pessoal de diferentes setores.

Em caráter social, também tem sido incentivada periodicamente a doação de sangue e de medula óssea, por meio de parcerias com o Hemocentro do Estado.

AME-Psicólogo

Qualidade de Vida no Trabalho tem equipe reforçada

Em 2010, o setor de Recursos Humanos do MPE passou a contar com o reforço de profissional de psicologia organizacional em seus quadros, atuando em duas frentes de trabalho distintas: no planejamento e execução do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho e no atendimento individual dos colaboradores da instituição, a partir de uma procura espontânea pelo apoio psicológico.

Servidores

Vacinação é mantida em dia

Servidor saudável falta menos e trabalha com mais disposição. A partir deste princípio, e visando garantir a qualidade em seus serviços, o Ministério Público Estadual (MPE) tem buscado parcerias para promover campanhas periódicas de vacinação em benefício de seus integrantes. O objetivo é que eles mantenham sempre atualizado o cartão de vacinação e estejam imunes a doenças preveníveis.

Nessa filosofia em favor da saúde, cada servidor é atendido conforme suas necessidades. Ou seja, os grupos prioritários (gestantes, pessoas acima dos 60 anos de idade e profissionais da saúde) recebem uma variedade maior de vacinas, e todos são adequadamente beneficiados.



Vacinas já disponibilizadas

Contra hepatite B, difteria e tétano, febre amarela, sarampo, caxumba, rubéola, H1N1 e influenza

Outros destaques da área de pessoal do MPE (2009-2012)

- Criado regulamento das férias dos servidores;
- Desenvolvido o organograma do MPE;
- Regularizada a lotação de todos os servidores;
- Executada uma média de 40 registros funcionais/dia ou 9,6 mil/ano;
- Acompanhados, junto ao Igeprev, todos os pedidos de aposentadoria e outros benefícios previdenciários dos integrantes;
- Publicação de contracheque antecipada para o dia 16 de cada mês;
- Liberação da folha de pagamentos rigorosamente sem atrasos;
- Elaborados todos os cálculos das diferenças salariais (de servidores e membros), compreendendo a confecção de quase 2 mil planilhas durante o quadriênio;
- Executados mais de 600 lançamentos na elaboração de seis tipos de folhas de pagamento, mensalmente.

Mais

Por iniciativa da área de recursos humanos do MPE, foram realizados os estudos necessários para a aplicação da Instrução Normativa nº 1.127 da Receita Federal, que retificou a Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF) de 2011, ano base 2010. Tal medida implicou na devolução de R\$ 800 mil de imposto de renda aos integrantes do MPE, primeira Instituição a tomar esta providência em nível estadual.

Pela experiência bem-sucedida, o MPE auxiliou o Instituto de Gestão Previdenciária do Estado (Igeprev), Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas e Defensoria Pública a fazerem o mesmo.



MPE apresenta denúncia contra prefeito

Palmas - O Procurador-Geral de Justiça, Clenan Renault de Melo Pereira, ofereceu denúncia criminal, na última segunda-feira, contra o prefeito

CONCURSO

Mais de 23 mil candidatos disputam hoje vagas no MPE

PROVAS ACONTECEM EM PALMAS, ARAGUAÍNA E GURUPI; GABARITO DEVE SER DIVULGADO AINDA NESTE DOMINGO

ARAGUAÍNA - Mais de 23 mil candidatos fazem hoje as provas do concurso do Ministério Público Estadual (MPE-TO) em Palmas, Araguaína e Gurupi. São oferecidas 51 vagas para o quadro efetivo e 235 vagas para cadastro de reserva. As provas terão duração de quatro horas. Os locais de realização das provas podem ser consultados pelo endereço eletrônico www.mpepe.org.br.

O fechamento dos portões acontece às 7h30 para os candidatos que concorrem às vagas de nível superior, e às 13h30, para as provas de nível intermediário.

A Comissão Permanente de Seleção (Copese), responsável pela elaboração das provas, recomenda que os candidatos cheguem com uma hora de antecedência, munidos de documento de identidade original com foto

e caneta de tinta azul ou preta em material transparente.

Na sexta-feira, o MPE-TO divulgou retificação do edital que concede aos candidatos retirar o rascunho do gabarito de respostas, antes proibida pelo edital.

O caderno de provas poderá ser levado por aqueles que terminarem nos 60 minutos finais para o encerramento das provas.

Os gabaritos provisórios serão divulgados ainda hoje

no site da OAB. O prazo de envio de recursos é de 28 a 29 de maio, pelo site.

CONCORRÊNCIA

Os cargos dos são oficiais e assistentes. Ambos para nível superior e 434 candidatas respectivamente do final do previsto para junho.

Notícias

Segunda-feira

Estado

MPE aprova anos, ins

O Ministério Público Estadual apresentou o plano estratégico para o lançamento o serem atingido

Por Helton Gon

Helton Gonzaga



Resultados

Inaugurado prédio de promotorias de

WEBERSON DIAS

ARAGUAÍNA - CORRESPONDENTE

O Ministério Público Estadual (MPE-TO) inaugurou, on

órgão. Além disso, o novo prédio localizado na Avenida Meief Murad, Chácara 47-A, no Setor Noroeste, conta com um auditório com capacidade para 90 pessoas,



MPE

Palmas sedia encontro a partir desta 4ª

Procurador-Geral é empossado

ALESSANDRA BREJO
PALMAS

O procurador de Justiça Clenan Renault de Melo Pereira foi empossado e reconduzido ao cargo de procurador-geral do Ministério Público Estadual (MPE) no final da tarde de ontem, data em que foi celebrado o Dia Nacional do

empossado o novo corregedor-geral do MPE, João Rodrigues Filho.

A escolha do nome do procurador foi feita no dia 30 de setembro deste ano. Com candidatura única, Clenan Renault foi escolhido para mais dois anos à frente do MPE, com 91% dos votos de promotores e procuradores que participa

vista os dois anos que já passou no cargo. Ele ainda fez referência ao cenário político do Estado para abordar os desafios da tarefa que desempenhará.

"A expectativa em relação a nova gestão é grande, considerando o cenário político do Estado: tivemos um governador cassado, outro foi eleito indiretamente, que perdeu a

15 de março de 2010, 11h37m

Apresenta Mapa Estratégico para os próximos dez anos Instituição que ouvir a sociedade

Ministério Público Estadual do Tocantins, lançou na manhã desta segunda, 15, o Mapa Estratégico de Planejamento e Gestão Eficiente para os próximos dez anos. O projeto foi apresentado pela procuradora Beatriz Mello, foi montado ouvindo a sociedade. Na cerimônia de lançamento, o procurador-geral de justiça, Cleonir Renault de Melo Pereira falou dos objetivos a serem alcançados nos próximos dez anos.

Renata



Foi apresentado à imprensa e a convidados, na manhã desta segunda-feira, 15, no Ministério Público Estadual - MPE, o Mapa Estratégico de Planejamento e Gestão Eficiente. A coordenadora do projeto, procuradora Beatriz Mello, apresentou as ações que vão nortear o

POLÊMICA

MPE vai reter pedido à SSP sobre o caso

MPE investiga crimes nas eleições

Ministério Público de Justiça



no MPE

vidores.

Cleonir ainda enumerou conquistas de sua gestão. "Nós conquistamos muito, tivemos investimentos em torno de R\$ 15 milhões, sendo beneficiadas 600 mil pessoas no Estado", disse.

No discurso oficial da posse o procurador-geral agradeceu seus familiares, as autori-

ENCONTRO

Promotores debatem PEC 37 em Palmas

Palmas - A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 37 que atualmente tramita na Câmara dos Deputados e visa retirar o poder de investigação do Ministério Público (MP) em âmbito criminal foi o assunto

O esforço foi conjunto, por parte de membros e servidores. E tudo o que foi realizado nesse quadriênio 2009-2012 teve por base um amplo planejamento, construído com técnica, mas com base nos anseios populares. Conhecia-se a história do Ministério Público, sabia-se onde se queria chegar e definiu-se o caminho a ser trilhado, com o Planejamento Estratégico, elaborado no primeiro ano da atual gestão. O resultado desse trabalho, sentido pelos cidadãos que encontraram abrigo nas ações do MPE, pode ser mensurado nos números que você encontra nas próximas páginas.

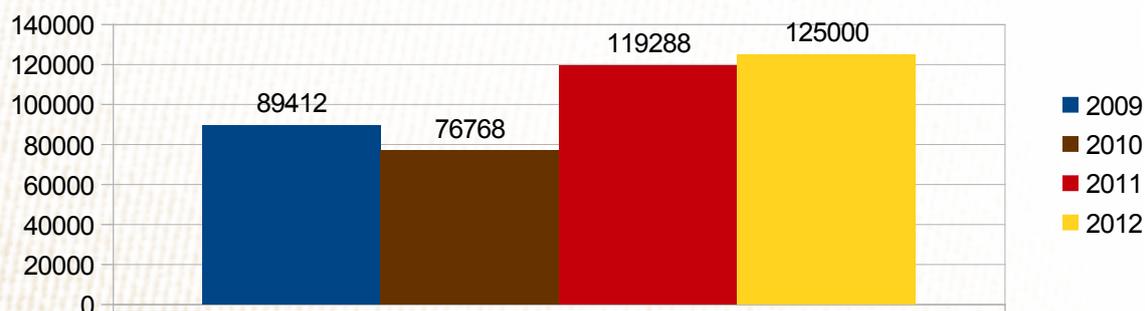
Produtividade

Ações de membros e promotores confirmam evolução

Todas as melhorias promovidas no Ministério Público Estadual (MPE) no quadriênio 2009-2012 tiveram um único fim: tornar a Instituição mais eficiente, para o bem da sociedade.

Pelo esforço conjunto, a meta foi alcançada com louvor, o que dá aos integrantes do *Parquet* a certeza de que a Instituição segue na direção certa. Terminado esse ciclo, é só dar continuidade aos trabalhos, seguindo o mesmo caminho ao horizonte.

Os indicadores mais evidentes da evolução experimentada no período são referentes à atividade fim do MPE: as ações promovidas por seus membros, que tiveram um crescimento contínuo, conforme os números abaixo.



Planejamento

Crescimento do MPE é aferido em números

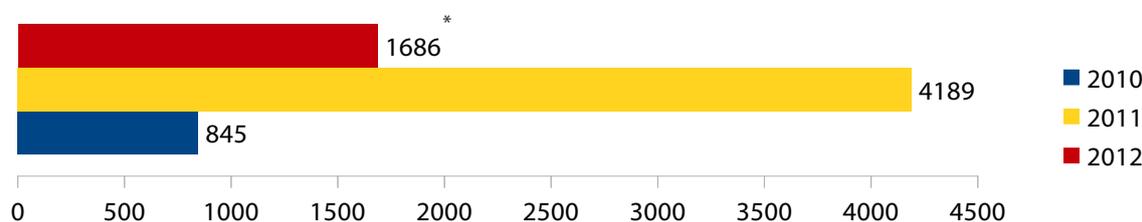
O Ministério Público do Estado (MPE) passa por um processo evolutivo contínuo. Vem firmando sua autonomia e se estruturando, em termos de pessoal, equipamentos e instalações físicas. Com isso, ganhou nova dinâmica a atuação das Procuradorias e Promotorias de Justiça.

Pode-se afirmar com segurança que houve essa evolução porque hoje o desempenho do MPE pode ser medido, graças à definição de metas quantitativas estabelecidas no Planejamento Estratégico da Instituição.

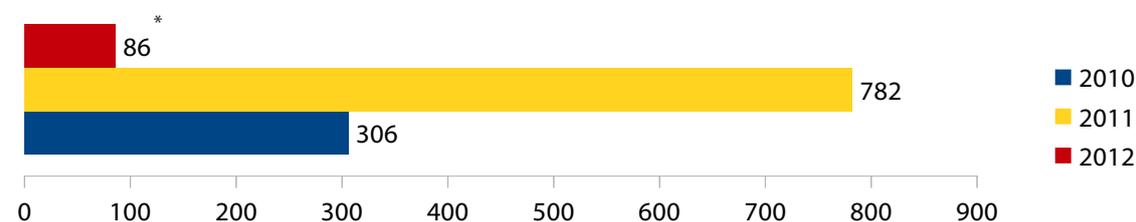
Com a mensuração, essas metas são passíveis de análise, tendo seu cumprimento avaliado e, em seguida, classificado de forma criteriosa. O resultado fica documentado formalmente no Relatório de Acompanhamento do Planejamento Estratégico e é apresentado ao Colégio de Procuradores.

O ano de 2010 foi o primeiro na história do MPE em que o desempenho da Instituição pôde ser avaliado, em cada uma de suas áreas de atuação, inclusive com considerações sobre revisão das metas, de modo que as ações ministeriais continuam sempre avançando.

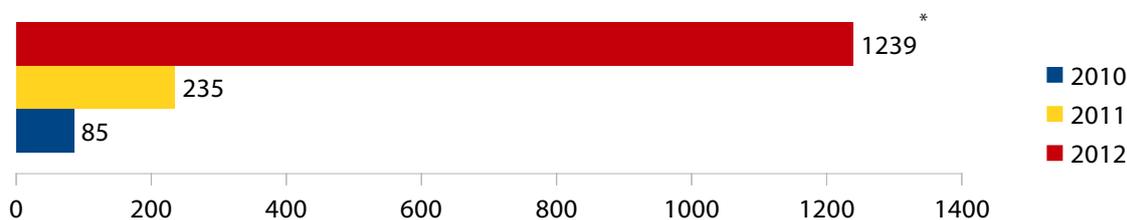
Ações para o cumprimento das medidas socioeducativas



Ações para o cumprimento das medidas de proteção

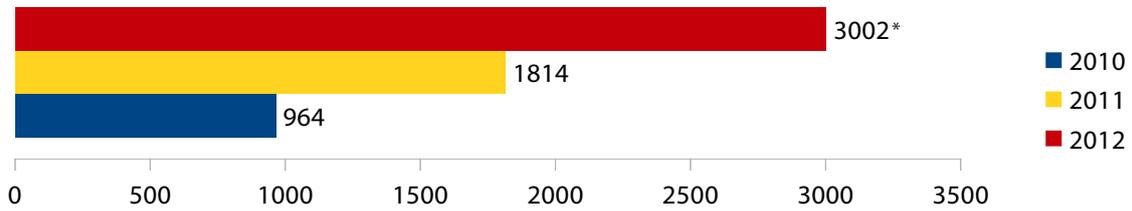


Ações penais propostas em razão do controle externo da atividade policial

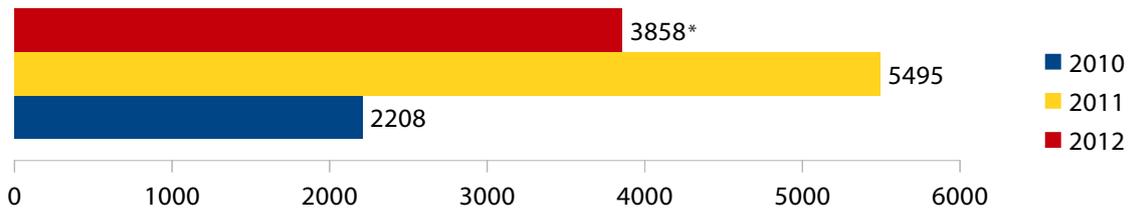


*Dados de janeiro a setembro

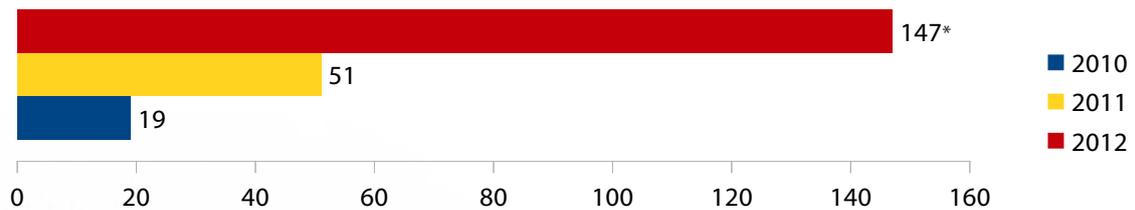
Ações de fiscalização da execução da política pública voltada ao cumprimento das medidas de segurança e das penas



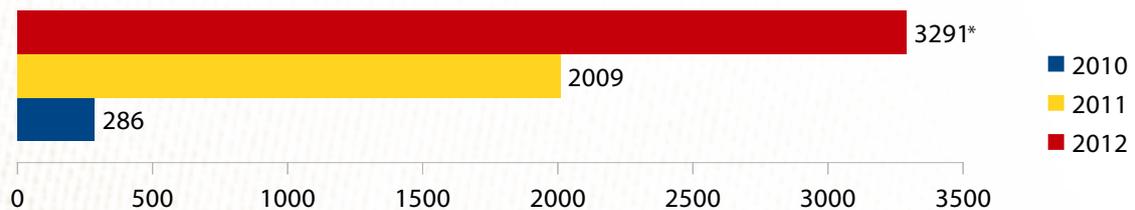
Ações de combate à violência doméstica



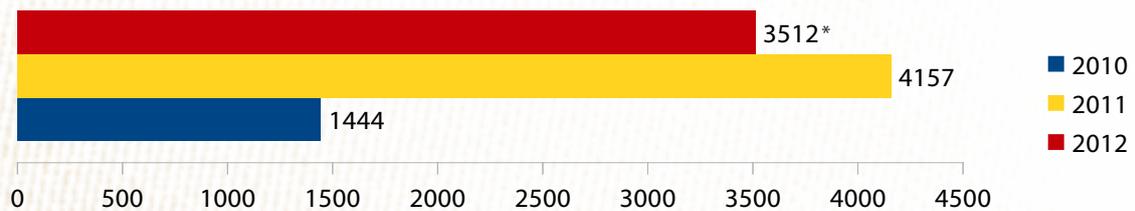
Ações de fiscalização da execução da política do idoso



Ações de fiscalização de regularidade de aplicação dos recursos públicos

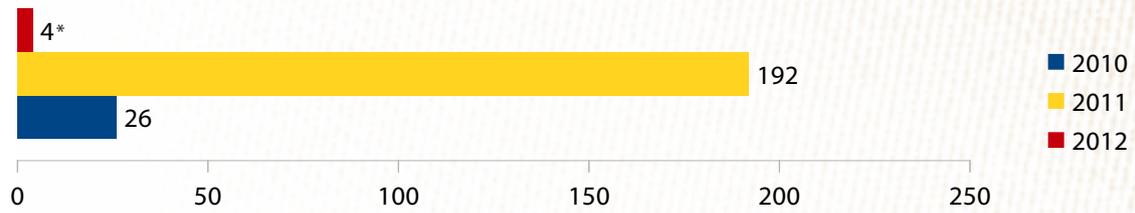


Ações de articulação, vistoria, fiscalização e execução de medidas voltadas para a conservação e preservação do meio ambiente

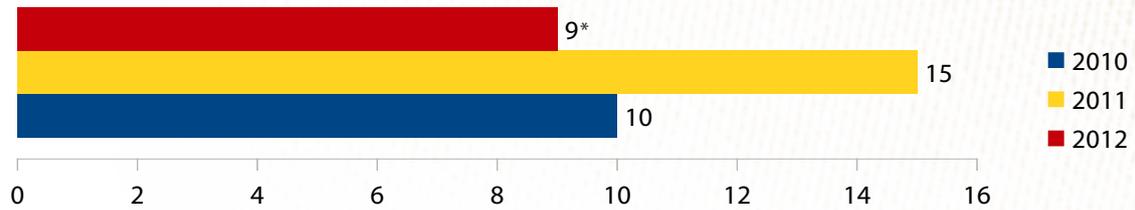


*Dados de janeiro a setembro

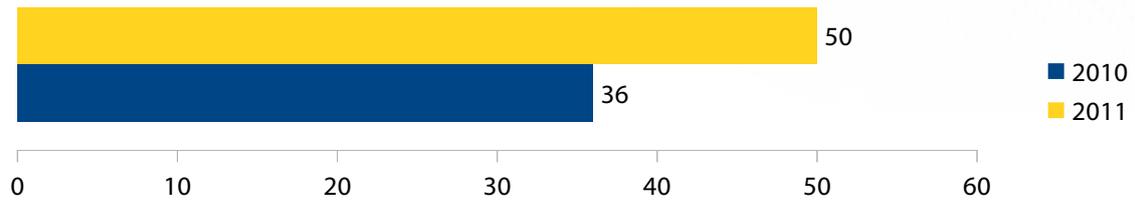
Campanhas educativas/palestras/ações de execução (meio ambiente)



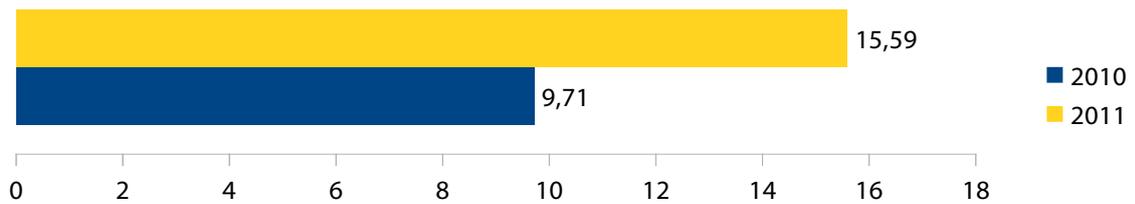
Parcerias realizadas



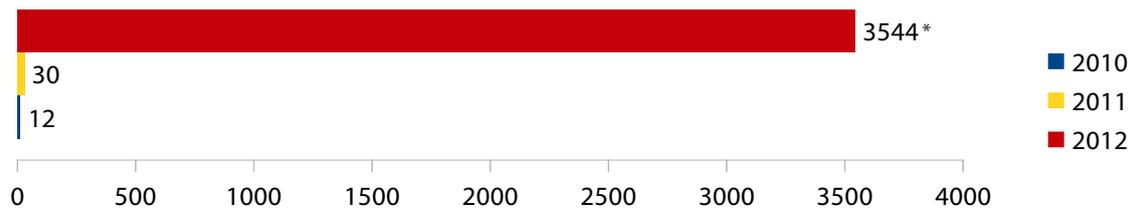
Adequação em segurança**



Horas de aperfeiçoamento (membros e servidores)**



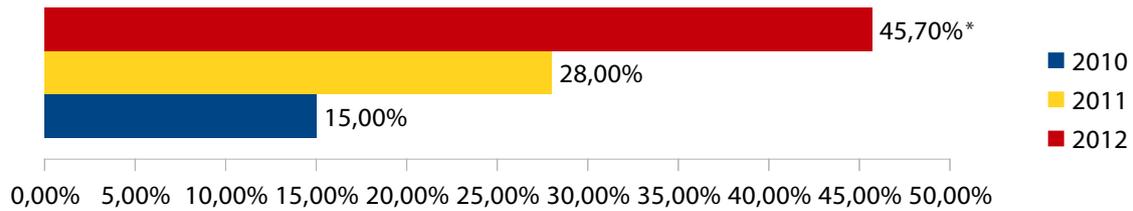
Número de ações internas voltadas para a melhoria do clima organizacional



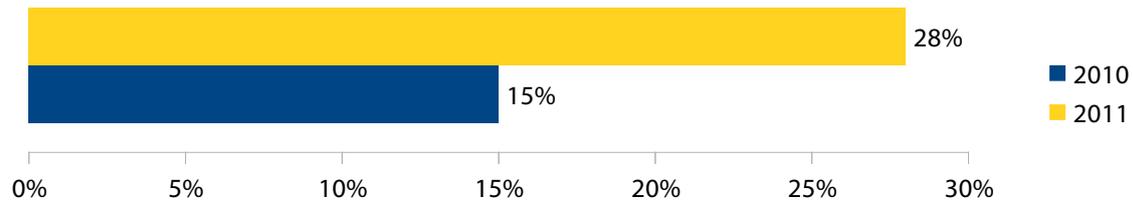
*Dados de janeiro a setembro

**Sistema em fase de atualização

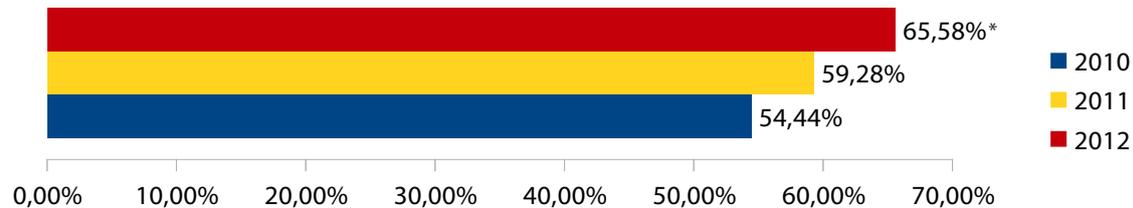
Adequação da infraestrutura tecnológica



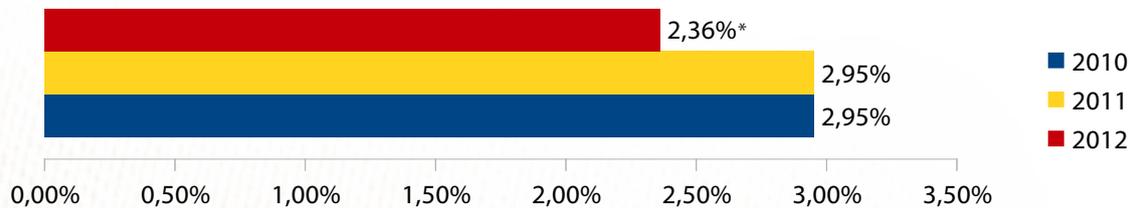
Adequação da infraestrutura física**



Percentual de sistemas integrados



Participação orçamentário-financeira



Economia

A maior eficácia das ações do Ministério Público, proporcionadas pelo seu reordenamento administrativo, foi um dos fatores que mais contribuiu para a redução contínua no custo médio por processo movido pela Instituição: de R\$ 1.163,59 (2010) para R\$ 861,12 (2011) e R\$ 771,88 (2012).

*Dados de janeiro a setembro

**Sistema em fase de atualização

Reconhecimento

Trabalho realizado no MPE leva membros a participarem de discussões nacionais e regionais

A atuação arrojada de membros do Ministério Público do Estado (MPE) fez com que organismos de âmbito nacional reconhecessem esse trabalho, abrindo espaço para que eles tomassem assento em comissões, comitês e associações que abrangem todo o território brasileiro.

Desse modo, Procuradores e Promotores de Justiça do Tocantins hoje estão envolvidos em grandes discussões sobre temas variados, em áreas como saúde, segurança institucional e combate ao crime organizado, ajudando a aprofundar o debate e, em contrapartida, trazendo novas experiências para o Estado.

Além do espaço em âmbito nacional, os membros do MP tocantinense também se destacaram em nível local, convidados a participar de organismos estaduais. Contribuiu para esse reconhecimento a qualidade dos debates internos, a partir da atuação de novos comitês no âmbito do próprio Ministério Público.

1. Organismos nacionais



Maria Roseli de Almeida Pery, Promotora de Justiça Coordenadora da Comissão Permanente de Defesa da Saúde (Copedes), do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH), instituído pelo Conselho Nacional de Procuradores Gerais (CNPJG) Integra o Copeds desde sua criação, em 1998. Atualmente, os trabalhos da Comissão estão voltados à execução do Plano Permanente de Defesa da Saúde, que norteia a atuação do Ministério Público nessa área.

Vice-presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Defesa da Saúde (Ampasa) (2011)

Promove encontros para discutir os temas conflitantes da saúde pública e oficinas de integração acerca de temas específicos da área, inclusive marcando posições nas conferências nacionais de saúde.

Integrante do Grupo de Trabalho da Saúde do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) (2011)

Criado em 2011, o grupo trabalha em articulação com o Ministério da Saúde, elegendo prioridades de problemas da saúde pública que impõem a atuação do Ministério Público em todo o país. A partir daí, desenvolve linhas de trabalho baseadas em estudos pormenorizados.

**Kátia Chaves Gallieta**, Promotora de Justiça

Integrante do Comitê de Políticas de Segurança Institucional do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)

O Comitê foi responsável pela elaboração do Plano Nacional de Segurança Institucional dos MPs, que tem por objetivo promover estudos especializados visando a subsidiar políticas institucionais na área de segurança, além do intercâmbio de informações, experiências e boas práticas.

Integrante do Grupo Nacional de Combate ao Crime Organizado (GNCOC), na parte operacional.

Atua junto ao GNCOC desenvolvendo estratégias de combate ao crime organizado e apoiando sua aplicação.

Integrante da Comissão de Acompanhamento de Processos de Interesse do Ministério Público nos Tribunais Superiores - (CAP/CNPG)

A comissão surgiu como um grupo de trabalho na reunião do Colegiado do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPJ) ocorrida em 29 de abril de 2010, em Belém (PA).

**Fábio Vasconcellos Lang**, Promotor de Justiça

Integrante do Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas (GNCOC), na parte estrutural.

Atua junto ao GNCOC definindo estruturas mínimas dos Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaecos).

**Célio Sousa Rocha**, Promotor de Justiça

Integrante da Comissão de Acompanhamento de Processos de Interesse do Ministério Público nos Tribunais Superiores - (CAP/CNPG)

A comissão surgiu como um grupo de trabalho na reunião do Colegiado do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPJ) ocorrida em 29 de abril de 2010, em Belém (PA).

2. Organismos estaduais



Marco Antônio Alves Bezerra, Procurador de Justiça
Coordenador da Meta 2 da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp) no Tocantins

A Meta 2 consiste em finalizar mais de 90% dos inquéritos de homicídios instaurados até dezembro de 2007.

Coordenador do Fórum de Combate à Corrupção (Focco)

O Focco é um canal permanente de aproximação e auxílio mútuo entre as instituições no combate à corrupção. No Tocantins, são quatro coordenadores, representantes do Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado, Tribunal de Contas da União e da Polícia Federal.



Maria Roseli de Almeida Pery, Promotora de Justiça
Integrante do Comitê de Monitoramento das Ações em Saúde do Tocantins, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça (2011)

Objetiva a elaboração de estudos e a proposição de medidas e normas destinadas ao aperfeiçoamento funcional e à prevenção de conflitos judiciais na saúde pública. Também auxilia membros do Ministério Público, Defensoria Pública e do Judiciário na formação do juízo de valor acerca das demandas de saúde que aportam nessas instituições.

3. Organismos internos

Comitê Gestor de Tabelas Processuais Unificadas

Criado em 2011, é responsável pela implantação da padronização e uniformização taxonômica e terminológica de classes, assuntos e movimentações judiciais e extrajudiciais no âmbito do Ministério Público do Estado (MPE). A criação do comitê é uma determinação do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), prevista na Resolução nº 63/2010.

Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação

Instituído em 2011, agrega membros do Ministério Público e gestores de diversas áreas técnicas, que se reúnem para estabelecer as prioridades e os padrões de funcionamento, integração e segurança dos serviços da área de tecnologia da informação, visando obter o máximo aproveitamento dos investimentos.

Comissão de Enfrentamento às Drogas

Foi instituída por deliberação nacional, oriunda do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH), braço do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPGE). Atua no âmbito do MPE, visando unificar o entendimento de seus membros em matérias que envolvam o tema.

Gestão

Prefeitos são alvo de 86 denúncias criminais e 140 Ações Civis Públicas

O Ministério Público do Estado (MPE) tem agido de forma implacável no combate à corrupção, mal que causa o sucateamento dos serviços públicos e que compromete a qualidade de vida da população. Essa vigilância tem se mostrado mais aparente em relação aos municípios, cujos orçamentos têm sido corroídos pelos desvios – numa clara demonstração da falta de compromisso dos gestores.

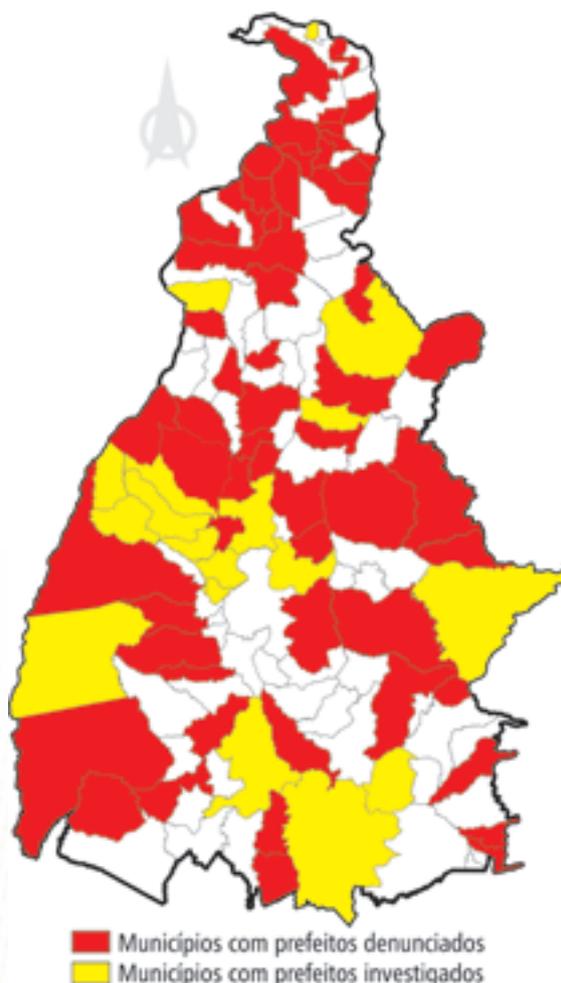
Entre os anos de 2008 e 2012, a Procuradoria-Geral de Justiça ofereceu 86 denúncias criminais contra prefeitos, a maioria delas relacionada a atos de improbidade administrativa, outras pela prática de crime ambiental. No mesmo período, os Promotores de Justiça do Estado ajuizaram 140 Ações Civis Públicas (ACPs) no Judiciário, também em desfavor de gestores municipais.

As práticas mais combatidas foram fraudes em licitações, fraudes em empréstimos consignados, utilização de bens e patrimônio público em benefício próprio ou a terceiros e crimes ambientais.

Essa atuação do MPE resultou no afastamento de, pelo menos, 19 prefeitos, sendo 12 apenas no ano de 2011. Oito permanecem fora do cargo e dois chegaram a ser presos.

A atuação do Ministério Público chamou a atenção da imprensa local e nacional, inclusive com denúncia veiculada no programa global “Fantástico”, gerada pelo balanço intitulado “Geografia da Corrupção no Tocantins”, publicado pelo MPE em dezembro de 2011.

Geografia da Corrupção no Tocantins



Focco-TO

Contribuiu para esse resultado a criação, em 2011, do Fórum Tocantinense de Combate à Corrupção (Focco), um canal permanente de aproximação e auxílio mútuo entre as instituições no combate à corrupção. Unidos pelo Fórum, os órgãos envolvidos formam parcerias estratégicas, articulam esforços e definem as diretrizes em comum, por meio do estabelecimento de compromissos e ações conjuntas.

Um dos coordenadores do Focco no Estado é o Procurador de Justiça Marco Antônio Alves Bezerra, representando o Ministério Público.

A Procuradoria-Geral de Justiça em números

Além de representar o Ministério Público Estadual em atividades institucionais e de administrar o *Parquet*, a Procuradoria-Geral de Justiça ainda acumula trabalhos na área finalística – e tudo foi cumprido com êxito, conforme se vê nos números abaixo, que retratam recebimentos e manifestações em processos do Procurador-Geral de Justiça na gestão 2009-2012.

No expediente interno foram movimentados, em 2009, 24.360 documentos entre atos, portarias, despachos, ofícios, memorandos, publicações em Diário Oficial e outros, já em 2012 esse número saltou para 38.730. Na área finalística, a PGJ foi responsável, por exemplo, pela movimentação de 5.268 processos, realização de 86 denúncias, instauração de 65 inquéritos policiais e por proferir 1.625 despachos e decisões em processos extrajudiciais. Foram emitidos ainda 2.171 pareceres em processos judiciais e extrajudiciais.

Movimentação de processos*

	remanescentes	recebidos	devolvidos	restantes
Cíveis	0	1739	1702	37
Criminais	0	234	231	3
Administrativos	0	1815	1737	78
Informações CNMP/ iniciais**	0	288	278	10
Processos licitatórios	0	896	893	3
CSMP/CPJ	0	296	279	17
Total	0	5268	5120	148

Manifestações*

	pareceres	denúncias	despachos e decisões	instauração de inquérito de polícia
Cíveis	1136	0	28	0
Criminais	151	5	0	0
Administrativos	0	45	1425	54
Informações CNMP/ iniciais**	22	36	111	11
Processos licitatórios	862	0	30	0
CSMP/CPJ	0	0	31	0
Total	2171	86	1625	65

* Dados atualizados até 14 de novembro de 2012

** Refere-se às informações prestadas ao CNMP/ CNPG, intimações do Tribunal de Justiça, iniciais protocoladas.

Expediente*

	2009	2010	2011	2012
Despachos	1391	689	1306	1252
Portarias	844	826	944	972
Entrada de documentos	4773	4554	5170	4811
Saída de documentos	6637	5177	7942	7097
Publicações em Diário Oficial	1481	1885	2618	2125
Outros**	9234	6413	29575	22473
Total	24360	19544	47555	38730

* Dados atualizados até 14 de novembro de 2012

** Atos, certidões, convocações, resoluções, recomendações, termos de convênios, acordos e cooperação, dentre outros

Caops

Integrando a atuação das Promotorias de Justiça

Os membros do Ministério Público do Estado têm plena autonomia para conduzir seu trabalho. Mas quando precisam de suporte, há grupos especializados prontos para auxiliá-los, no sentido de estimular a integração e o intercâmbio entre as Promotorias de Justiça que atuam na mesma área ou que têm atribuições comuns. Atualmente, são oito Centros de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça (Caops), compostos por técnicos de diversas áreas de conhecimento.

A consolidação da autonomia e as melhores condições estruturais e de recursos humanos à disposição dos Promotores de Justiça resultaram em uma maior produtividade também dos Caops.

Caops do Tocantins

Consumidor

O Caop do Consumidor inovou ao criar a Força-tarefa Pró-Consumidor, que reúne servidores de diversas instituições com atuação na área. Em quatro anos, o grupo percorreu 23 cidades e repetiu ações de fiscalização em Palmas e Porto Nacional, visitando estabelecimentos comerciais, como supermercados, açougues, padarias, farmácias e pontos de vendas de leite e de gás de cozinha.

No período, 775 estabelecimentos foram vistoriados, 74.603 itens apreendidos e 1.449 atuações realizadas.

Evolução

	2009	2010	2011	2012
Cidades visitadas	10	3	5	5
Estabelecimentos vistoriados	193	114	309	159
Itens apreendidos	23.159	21.834	6.500	23.110
Atuações	394	230	401	424

Meio Ambiente

Entre outras ações na área do meio ambiente, o Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente (Caoma) tem percorrido todo o Tocantins para fazer cumprir a Política Nacional de Resíduos Sólidos, considerada uma das legislações mais importante sobre o tema, em vigência desde agosto de 2010.

Em dois anos, todos os 139 municípios do Estado foram vistoriados para verificação da regularidade ambiental dos depósitos de resíduos sólidos. Dessa atuação, resultaram cerca de 40 procedimentos, sobretudo Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), Ações Civis Públicas (ACP) e inquéritos.

Na seara da educação ambiental, confirmando a necessidade de fortalecimento das ações preventivas e de cuidado com o patrimônio ambiental, o Projeto Interinstitucional de Educação Ambiental presta apoio técnico a nove municípios pertencentes ao polo de desenvolvimento turístico do Estado, com foco na elaboração do plano municipal de meio ambiente, combate ao fogo e saneamento básico.

Mulher

O Caop da Mulher tem zelado pelo cumprimento efetivo dos direitos assegurados às mulheres, com foco na Constituição Federal e na Lei Maria da Penha. Para isso, são promovidas palestras para comunidades em Comarcas do interior, reuniões com os órgãos de execução nas cidades de Palmas e Gurupi e participação de seus integrantes em atividades promovidas por outros órgãos, bem como em reuniões com equipe da Secretaria Estadual de Saúde. Também foi firmado convênio com laboratório para a realização de exames de DNA.

Desde setembro de 2012, o Caop passou a atender consultas sobre os temas ligados aos direitos das mulheres, com o objetivo de auxiliar os Promotores de Justiça em suas demandas diárias.



Patrimônio Público

O Ministério Público do Tocantins tem agido com determinação na defesa do patrimônio público. Nos últimos quatro anos, ofereceu à Justiça cerca de 200 denúncias criminais e ações civis públicas contra prefeitos do Estado, muitas delas viabilizadas a partir de relatórios técnicos, elaborados por esse Caop, relacionados a atos de improbidade administrativa.

Também partiram do grupo procedimentos administrativos referentes à dispensa indevida de licitação por parte do Governo do Estado para a prestação de diversos serviços, como reforma da rede hospitalar, sobre possíveis irregularidades na terceirização da saúde e sobre o descumprimento de decisão do Supremo Tribunal Federal quanto à contratação ilegal de servidores públicos.

Infância e Juventude

Em seu objetivo de garantir os direitos das crianças e dos adolescentes previstos na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, o Caop tem ido a campo, inspecionando as escolas da zona rural e as unidades de cumprimento de medidas socioeducativas de internação e semiliberdade.

Também tem acompanhado as denúncias do Disque 100, canal nacional de denúncias de exploração sexual contra crianças e adolescentes, e expedido autos de infração sobre denúncias de trabalho infantil em Palmas e no interior.

Cidadania

O grupo de apoio às Promotorias de Justiça tem zelado por várias áreas da cidadania, com destaque para a gestão das unidades do Sistema Único de Saúde, indo a fundo em pontos alvo de questionamento, a exemplo do monitoramento das mortes maternas, fetais e neonatais e do controle do cumprimento da carga horária dos médicos.

Direitos Humanos

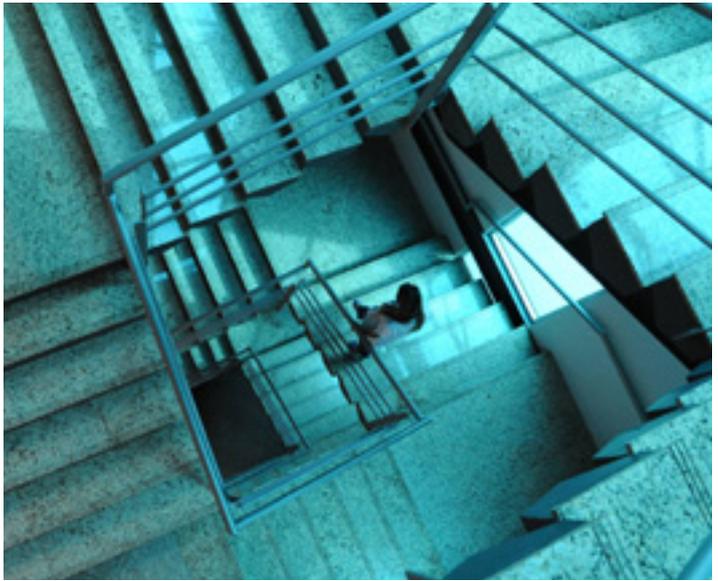
É órgão de apoio às Promotorias na proteção dos direitos de idosos, pessoas com deficiência, indígenas e demais minorias sociais, bem como tem a atribuição de coibir casos de discriminação étnico-raciais. Nesse sentido, busca o pleno funcionamento dos conselhos de cada área, acompanha denúncias de tortura e abusos praticados por policiais, casos de desassistência familiar e do poder público a pessoas idosas ou com deficiência, entre outras ações afetas à atuação do Centro de Apoio

Criminal

No auxílio aos Promotores de Justiça, subsidia a atuação fornecendo material de estudo, informações atualizadas, doutrina, jurisprudência e pesquisas sobre legislação. Nesse sentido, mensalmente é editado um informativo, repassado eletronicamente a todos os membros.

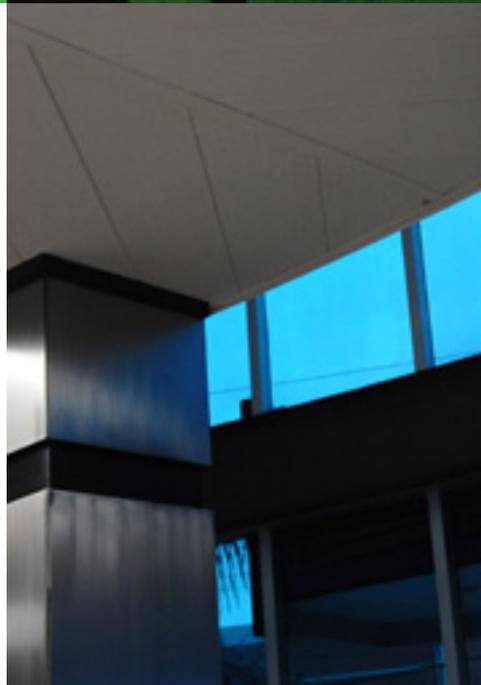
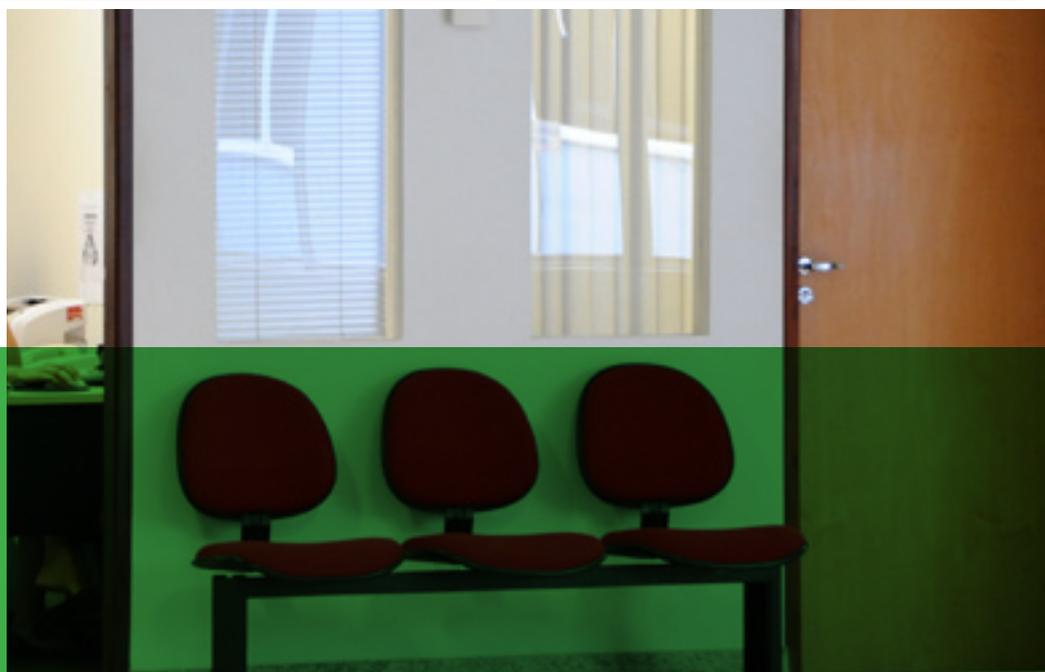
Recentemente, ganhou notabilidade ao implantar o Fórum Tocantinense de Combate à Corrupção (Focco), um canal permanente de colaboração entre os órgãos que desempenham atividades ligadas ao repasse, controle e fiscalização de recursos públicos.





Avaliações





Os avanços conquistados pelo MPE ao longo destes últimos quatro anos foram fruto do trabalho intenso de membros e servidores, que tiveram como reflexo maior reconhecimento da Instituição, maior atenção das mídias locais e nacionais e, principalmente, maior confiabilidade por parte da comunidade, a quem se destinam todas as ações desempenhadas pelo Órgão. Ao se olhar para trás, é fácil vislumbrar cada avanço, cada salto, antevendo possibilidades e projetando o futuro.

Os integrantes do MPE só tem a celebrar e se orgulham desse crescimento.



Assessoria Jurídica do PGJ

Nestes quatro anos à frente da Assessoria Jurídica do MPE, destaco o empenho do Dr. Clenan no sentido de conferir maior agilidade na tramitação dos processos de sua atribuição, destacando sempre a necessidade de rapidez e excelência em todas suas manifestações.

Instaurou, em sua Assessoria, dezenas de procedimentos contra diversos Prefeitos deste Estado, priorizando o oferecimento de denúncias, que culminaram muitas vezes no afastamento dos prefeitos do cargo e até prisão de vários chefes do Executivo municipal, o que vem ocorrendo até os últimos dias de sua gestão, em busca da moralidade na administração pública, sempre perseguida pelo PGJ.

Kátia Chaves Gallieta

Promotora Assessora do PGJ e Coordenadora do Gaeco



Chefia de Gabinete

Doutor Clenan, assim conheci Clenan Renaut de Melo Pereira, no idos de 1997, quando ingressei na carreira ministerial. Sabia tratar de um combativo, culto e aguerrido membro da nossa Instituição. Todavia, somente alguns anos depois é que fui conhecer o administrador nato que se escondia nas entranhas do honrado colega.

É do Clenan gestor que, neste momento, quero falar. Do homem que tão bem conduziu o Ministério Público tocantinense nos últimos quatro anos.

Clenan, com seu jeitinho singular, quase mineiro, chegou ao comando máximo da instituição, provocando discussões a respeito de sua capacidade administrativa. Qual não foi a grande surpresa, aos poucos incrédulos, quando este destemido e teimoso homem público mostrou sua competência administrativa e, muito mais que isso, seu talento para gerir pessoas e crises.

De posse de oferta orçamentária baixa, somatizada à tentativa de ingerências alienígenas, conduziu o Parquet tocantinense a um desenvolvimento jamais experimentado pela Instituição. Realizou e resgatou sonhos de servidores e membros. Elevou a credibilidade institucional junto à sociedade. Hoje, quando se encerra mais esse notável episódio de sua vida, deixa como legado a toda a sociedade tocantinense, principalmente a mais carente, um Ministério Público combativo, independente e instrumentalizado a prestar o ofício de seu elevado mister ao nível do MP Brasileiro.

Célio Sousa Rocha

Promotor de Justiça Chefe de Gabinete da PGJ



Assessoria de Comunicação

A valorização e o reconhecimento da Assessoria de Comunicação pela gestão do PGJ Clenan Renaut como uma unidade estratégica dentro do MPE, além do aumento da demanda por parte da imprensa e do público interno fez com que a sua estrutura fosse redimensionada. Nos últimos quatro anos, recebemos novos servidores, equipamentos, e tivemos a área física ampliada para proporcionar conforto e, conseqüentemente, maior qualidade no desenvolvimento das atividades do setor.

Atualmente, a equipe da Ascom é composta de quatro jornalistas, revisora, designer gráfico, técnico administrativo, além de fotógrafo e um cinegrafista oriundo do último concurso público. Com a estrutura reforçada, a atuação do Ministério Público do Tocantins se expandiu fortemente dentro e fora do Estado, com a veiculação de matérias em rede nacional de televisão. Em 2010, o número de textos produzidos pela Assessoria foi de 217, em 2011 saltou para 582 e em 2012, um total de 529 releases até o mês de outubro. O número de matérias veiculadas em rádios e TVs e publicadas na web e jornal impresso subiu de 2.711 em 2010 para 4.435 até agosto de 2012.

Conseguimos dar um grande salto, implantando novos produtos e reformulando os já existentes. Passamos a confeccionar o Comunica MP, informativo quinzenal direcionado aos integrantes da Instituição. Foram 39 edições ao longo de dois anos, num total de 7.800 exemplares. Como uma das novidades, publicamos seis edições da “Revista MP em Destaque”, num total de 12 mil exemplares distribuídos na sede do MPE, nas Promotorias de Justiça do interior, nas escolas, universidades e nos órgãos públicos.

Para aprimorar o desempenho na área de imagem, foram adquiridos dois computadores e impressora de última geração, além de equipamento completo de filmagem com câmera, iluminação, microfones, programas de edição de imagens, entre outros.

O desenvolvimento de Projetos como o “Conheça o MP” foi destaque. Realizado juntamente com o Caop da Infância, Assessoria de Cerimonial e Cesaf, o projeto foi abraçado pelo PGJ e possibilitou a visita de mais de 100 estudantes da rede pública de ensino de Palmas à sede da Instituição.

Além desse serviço a Ascom executou, durante estes quatro anos, a diagramação e revisão da Revista Jurídica, “Guia de Relacionamento com a Imprensa”, relatórios, confecção de calendários, banners, estatutos, cartilhas, peças gráficas, além da cobertura jornalística de eventos e solenidades.

O fortalecimento da área de comunicação foi uma marca da gestão do Procurador-Geral de Justiça, Clenan Renaut de Melo Pereira, que sempre acreditou no setor e teve sua equipe como um referencial de profissionalismo.

Alayla Milhomem Costa Ramos
Chefe da Assessoria de Comunicação





Assessoria de Cerimonial

A Assessoria de Cerimonial do Ministério Público vem, ao longo desses anos, conquistando espaço e se consolidando como importante instrumento na integração entre organismos e instituições e no estabelecimento de relações públicas mais harmônicas.

O Cerimonial do MP está ligado diretamente ao gabinete do Procurador-Geral de Justiça no que se refere ao cerimonial e protocolo, cabendo-lhe acompanhar o Procurador-Geral, membro ou seu representante quando solicitado em solenidades e eventos em que ele participe como convidado, interna ou externamente. Quando solicitada, pode, ainda, orientar e supervisionar os seminários, conferências e eventos internos ligados aos membros e servidores.

Nos últimos quatro anos, esta Assessoria passou por mudanças positivas, tanto na estrutura física quanto na prestação de serviços com mais qualidade e eficiência. Dentre as conquistas e melhorias para o setor, destacam-se: remanejamento de servidores, com formação de equipe multidisciplinar; provimento de material necessário para o serviço de cerimonial: rádios comunicadores, computadores novos e modernos, bandeiras, microfones sem fio, notebooks e outros; capacitação de técnicos na área de cerimonial e protocolo; capacitação de técnico para operador de som.

Mônica Cristina do Carmo Farias
Chefe da Assessoria de Cerimonial



Expediente

A Diretoria de Expediente acompanhou o desenvolvimento do Ministério Público nesses últimos anos e todo este crescimento trouxe um aumento significativo na demanda de trabalho do setor, que pôde ser suprida com a criação e implantação de novos sistemas, como o Athenas, e a melhoria de outros já existentes, a exemplo do Arquimedes.

Com um total de 6 servidores, a Diretoria de Expediente produziu, em 2009, cerca de 5200 documentos e teve registro de entrada e saída de mais de 11.400 expedientes. Em 2010, produziu aproximadamente 5.700 documentos e registrou quase 10.000 entradas e saídas de expediente, em 2011 produziu mais de 7.300 documentos e teve registrada a entrada e saída de mais de 13.000 expedientes e até o mês de outubro do corrente ano produziu mais de 3.500 documentos e registrou quase 12.000 expedientes de entrada e saída, considerando que a partir de 2012 os membros têm suas férias solicitadas e despachadas via sistema ATHENAS.

Importante registrar que o aumento do número de servidores, que passou de 349 para 507, e o respeito e confiabilidade conquistados junto à sociedade refletem o crescimento do Ministério Público do Tocantins nos últimos anos.

Emannuella Sales Sousa Oliveira
Diretora de Expediente



Cartório de 1ª Instância da Capital

Ao longo destes últimos quatro anos de gestão, o Cartório de 1ª Instância da Capital apresentou um considerável aumento na execução dos seus trabalhos, tanto na área interna, ou seja, no seu espaço físico, como na área externa, onde passa a ser executado pelos oficiais de diligências. Após ciência do aumento no volume das tarefas aqui executadas, prontamente foi solicitado, junto ao Procurador-Geral de Justiça, a ampliação do número de servidores para dar o suporte necessário ao bom desempenho dos trabalhos, ampliando o quadro de oficiais de diligências, criando vagas através de concurso público.

Outro apontamento positivo que deve ser aqui apresentado é o acordo realizado entre o chefe de gabinete e o diretor do fórum da capital, referente ao cumprimento do horário da busca e devolução dos autos judiciais, garantindo, assim, controle e agilidade na tramitação física dos processos e documentos judiciais.

Com o surgimento dos autos virtuais, houve a necessidade da aquisição de aparelhos de scanner, solicitação que foi prontamente atendida, conferindo maior desempenho e agilidade na execução das digitalizações dos autos e documentos físicos.

Ressalta-se que foram iniciadas todas as adequações necessárias para um bom desempenho laboral, almejando vencer os desafios que surgirem nos próximos dois anos da nova gestão.

Maria das Neves Menezes de Souza
Chefe do Cartório de 1ª Instância da Capital



Cartório 2ª Instância



Obtivemos melhorias no quesito recursos humanos, uma vez que aumentamos o número de servidores, adequando-os às necessidades de trabalho do Departamento. Buscamos e conseguimos a disponibilidade de novos equipamentos de informática para atender às novas demandas tecnológicas com a implantação do sistema E-proc (processos virtuais).

Adotamos novas técnicas de gestão que facilitaram a divisão de tarefas, a economia de tempo e material e a melhoria do ambiente de trabalho. O clima departamental também melhorou bastante, creio que conseguimos fazer jus à ótima gestão do Procurador-Geral de Justiça ao também emprendermos esforços para conseguirmos resultados positivos e atendermos às necessidades da Instituição.

Lusiene Miranda dos Santos
Chefe de Cartório 2ª Instância

Diretoria-Geral



A Diretoria-Geral, unidade administrativa vinculada ao Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, apresenta um sintético resumo das melhorias, conquistas e evolução, dentro do escopo regimental de criar mecanismos de coordenação geral e inter-relacionamentos das unidades administrativas do MPE-TO, provendo toda estrutura necessária de atividade-meio para a realização das grandes conquistas alcançadas pelos membros do *parquet* na atividade-fim, que se concretizou nos expressivos

resultados de atendimento ao cidadão, finalidade máxima desta instituição,

Foram quatro anos de êxito na implementação e execução das políticas públicas traçadas no Planejamento Estratégico 2010-2018 do MPE-TO, garantindo, desde 2009, a sustentabilidade e o crescimento do orçamento das áreas de pessoal, investimento e custeio, com números robustos e inquestionáveis, saltando de um orçamento autorizado de R\$75.098 milhões em 2009 para R\$121.182 milhões em 2012, um crescimento de 62%, fato que possibilitou a nomeação de 118 novos servidores, a

construção de 10 novas sedes no interior, aluguel e adaptação de 13 prédios para abrigar promotorias do interior, a compra de 19 novos veículos para acréscimo e renovação da frota e de mais de mil equipamentos tecnológicos, entre computadores, notebooks, impressoras multifuncionais, nobreaks, estabilizadores, etc, itens que, somados aos quase 200 processos licitatórios nas diversas modalidades e à implantação dos sistemas integrados de controle e tomada de decisões, garantiram a infraestrutura física adequada para que o MPE-TO atingisse as metas de excelência de atendimento ao público interno e externo da instituição.

Ressalte-se que a execução orçamentária destes recursos sempre ultrapassou em muito a média de outras instituições congêneres, a saber: 98% em 2009, 96% em 2010, 99% em 2011 e previsão de atingir novamente 99% de execução em 2012. Estes números retratam claramente o sucesso no MPE-TO, pois não basta ter um bom plano de ação, é necessário tirá-lo do papel, fazer com que ele aconteça no mundo real, que seja executado, pois é aí que há o benefício direto à população, que bate às portas do órgão, é bem recebida e tem suas demandas atendidas.

José Maria Teixeira
Diretor-Geral



Departamento Administrativo

Se eu fosse enumerar a dinâmica e o entusiasmo do Dr. Clenan nestes quatro anos à frente da PGJ, seriam necessárias várias páginas, mas vamos ser objetivos. No meu entendimento, a mais importante realização do Dr. Clenan foi ouvir a sociedade tocantinense, via audiências públicas, realizadas em polos estratégicos do estado como Araguaína, Gurupi e Palmas. Com essas audiências, foi possível planejar e atender inúmeras reivindicações da sociedade e também dos servidores. Além dessas ações, podemos destacar os investimentos nas comarcas do interior, colocando a cara do MP à vista dos cidadãos com sedes planejadas e construídas pelo próprio órgão, sem falar na manutenção de tudo isso. Não posso deixar de tocar em um assunto interessante: todas as empresas querem prestar serviços para o MPE, motivadas pela pontualidade nos pagamentos. Em relação aos funcionários, a administração do Dr. Clenan foi exemplar, marcada pelo contato diário e salutar com os servidores, pela proximidade e respeito mútuo, sem esquecer o mais importante: a mudança na qualidade de vida dos servidores, proporcionada pelo aumento no auxílio-alimentação, implantação, aumento e incorporação da produtividade aos nossos salários, pela criação e aprovação do novo PCCR da Instituição, servindo de exemplo para todo o estado do Tocantins. Diante de tudo isso posso, do alto dos 23 anos vividos nesta casa, afirmar que o Dr. Clenan é o divisor de águas nas administrações da nossa Instituição.

Enoque Barbosa de Sousa
Chefe do Departamento Administrativo





Departamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamento

Área de Recursos Humanos: Durante o período de 2009 a 2012, a Área de RH desenvolveu, em parceria com a TI, o sistema de férias, totalmente automatizado. Em conjunto com a Assessoria Jurídica do PGJ, elaborou o regulamento das férias dos servidores, das consignações facultativas e o controle eletrônico de frequência dos servidores. Desenvolveu o Organograma do MPE/TO. Implantou o novo PCCR. Manteve, rigorosamente em dia, a publicação no Portal da Transparência das informações concernentes à Área. Regularizou a lotação de todos os servidores. Executou uma média de 40 (quarenta) registros funcionais/dia ou 9,6 mil/ano. Acompanhou, diuturnamente, junto ao Igeprev, a situação de todos os processos de pedido de aposentadoria e/ou outros benefícios previdenciários dos integrantes do MPE/TO. Manteve sob controle o quadro dotacional dos servidores do quadro auxiliar do MPE/TO. Elaborou, em conjunto com o Planejamento, estudo dos impactos orçamentário-financeiros para atendimento das revisões anuais dos subsídios dos servidores. Manteve sob rigoroso controle a execução orçamentária e financeira dos recursos destinados às Despesas de Pessoal. Preparou e encaminhou ao TCE toda a documentação pertinente aos Atos de Registro de Pessoal referente à admissão de membros e servidores. Realizou o controle de frequências, licenças e afastamentos dos servidores. Realizou o cadastramento previdenciário de todos os integrantes com índice de 100%. A estrutura física do RH foi ampliada em mais 75% da área existente até 2008, propiciando um ambiente funcional e acolhedor para todos os integrantes do MPE/TO.

Área de Folha de Pagamento: Durante o período de 2009 a 2012 a Área da Folha de Pagamento publicou, todos os dias 16 de cada mês, ou no 1º dia útil imediatamente posterior, o contracheque dos integrantes do MPE/TO. Executou mais de 600 (seiscentos) lançamentos na elaboração de 6 (seis) tipos de folhas de pagamento, mensalmente. Aplicou a Instrução Normativa da Receita Federal de nº 1127, retificando a DIRF de 2011, ano base 2010, o que implicou numa devolução de imposto de renda, aos integrantes do MPE/TO, na ordem de R\$ 800 mil, sendo a primeira Instituição a tomar esta providência a nível de Estado. Cumpriu o calendário de liberações das folhas de pagamento, autorizado pelo PGJ, sem atrasos. Elaborou todos os cálculos das diferenças vencimentais (de servidores e membros) compreendendo a elaboração de quase duas mil planilhas durante o quadriênio. Auxiliou as áreas de folha de pagamento na elaboração da DIRF retificadora de 2011 dos seguintes órgãos: IGEPREV, TCE/TO, Defensoria Pública e TJ/TO. Colaborou na implantação da Folha de Pagamento da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, oferecendo sua experiência e conhecimento. Evoluiu, em conjunto com Tecnologia da Informação, de uma folha de pagamento elaborada pelo sistema data-flex (planilhas nos moldes de excel) para a base Web.

Área da Saúde: Criada em abril de 2009, a Área da Saúde dispunha inicialmente de 1 médico e 1 técnico em Enfermagem. Em 2010 o quadro foi ampliado para 3 médicos, 2 fisioterapeutas, 2 odontólogos, 1 psicólogo, 1 enfermeiro, 1 técnico em enfermagem, 1 atendente e 2 auxiliares odontológicos, no total de 12 (doze) profissionais. Implantou a Semana da Saúde que acontece, anualmente, sempre no mês de outubro. Realizou, entre 2009 e 2012, os seguintes atendimentos: 2.546 atendimentos médicos, 2.105 em odontologia, 2.797 em fisioterapia, 4.194 enfermagem, 62 em psicologia; realizou 8 campanhas de vacinação, além de Ginástica Laboral realizada na Sede da PGJ.

Francisco das Chagas dos Santos

Chefe do Departamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamento



Departamento de Tecnologia de Informação

Nos últimos anos (2009/2012) tivemos um grande investimento em TI, totalizando mais de R\$ sete milhões de reais entre serviços, materiais e equipamentos, estando ainda em processo de entrega mais de 157 notebooks e 124 monitores para todos os membros, e mais 22 escâneres, para permitir que os membros tenham mobilidade na execução de suas atividades, além de celeridade na execução de suas atribuições e atendimento à sociedade. Foram entregues mais 240 computadores completos, e no total de itens de TI foram entregues mais de 1570.

Todas as Comarcas contam agora com link de dados dedicados, com velocidade 10 vezes mais rápida que o link anterior, o que lhes permite trabalhar em sistemas Institucionais online e no processo virtual do TJTO, tendo um investimento de 1 milhão por ano. Para permitir o funcionamento adequado da nova estrutura, foram feitos ainda investimentos em soluções de segurança para as Comarcas do Interior e Capital do Estado, servidores de rede e expansão na solução de armazenamento de informações.

Nossos sistemas, totalmente desenvolvidos pelo próprio MPE-TO, são referências para outras Instituições dentro e fora do Estado, sendo disponibilizados para 5 Estados e para a Defensoria Pública do Tocantins, a exemplo do sistema de férias, sistemas de RH, folha de pagamento, controle de estagiários, gestão de conteúdo Web, controle de capacitação, entre outros, não podendo deixar de citar o sistema de eleição online utilizado para formação da lista tríplice e que possibilitou uma grande economia de recurso público.

Está ainda em processo de entrega o sistema de controle de afastamento, integrado ao sistema de folha e férias e o sistema de solicitação de diárias. Todos os sistemas são desenvolvidos priorizando-se as seguintes características: economia de recursos públicos, controle, celeridade, prestação de contas e informação para tomada de decisão.





Em recente visita realizada pela assessora jurídica do Procurador-Geral de Justiça do Amazonas, fomos elogiados pela estrutura e resultado apresentados, tendo sido informado que estamos muito à frente de vários outros Estados e órgãos visitados por ela. Nas áreas de atendimento ao usuário e manutenção, tivemos mais de 5000 atendimentos na capital e interiores do Estado, o que mostra o crescente aumento de nossas demandas.

O Procurador-Geral do Tocantins, Dr. Clenan Renaut de Melo Pereira, fez um grande investimento em TI e na equipe, tendo um crescimento em TI de 510%, visando o resultados melhores para a sociedade tocantinense, e esses investimentos praticamente se pagaram com os resultados obtidos e a economia do recurso público gerado.

Huan Carlos Borges Tavares

Chefe do departamento de Tecnologia de Informação



Setor de Engenharia e Arquitetura

A Área de Engenharia e Arquitetura desta Procuradoria-Geral de Justiça, a exemplo de outros estados, foi criada com o objetivo de auxiliar os trabalhos desempenhados pelos membros e servidores desta Instituição, atuar na avaliação de imóveis destinados a abrigar as sedes das Promotorias no interior, assim como acompanhar o estado

de conservação dos prédios próprios, garantindo assim, maior duração do patrimônio institucional. Além disso, foi incumbido a esta Área a missão de idealizar e concretizar as obras das sedes próprias das Promotorias de Justiça do Estado.

A partir da criação da Área, os projetos passaram a ser elaborados com direcionamento para atender as atividades da instituição resultando em uma edificação mais eficiente. Com o acompanhamento direto dos servidores da Área de Engenharia e Arquitetura nas obras, é exigido maior qualidade, com melhores acabamentos e economia na execução dos serviços, gerando para o órgão menos gastos.

A Área foi criada no ano de 2009, quando a instituição contava com apenas um engenheiro civil, e a partir desse ano passou a contar com dois engenheiros civis, um engenheiro electricista e uma arquiteta.

Como resultado das realizações da Área de Engenharia e Arquitetura, durante a gestão do PGJ Clenan Renaut de Melo Pereira, podemos apontar o aumento de 63,15% de sedes alugadas no interior, representando 73,80% do total das comarcas. Com relação às sedes próprias, o número saltou de 14,28% para 38,09% nesta gestão, representando um crescimento de 37,5%."

Alberto Neri de Melo
Engenheiro Civil



Departamento de Planejamento e Gestão

Os últimos quatro anos transformaram a realidade do Departamento de Planejamento e Gestão, que participou ativamente das mudanças mais profundas realizadas na Gestão do Ministério Público.

Podemos dizer que vivemos uma nova realidade, na qual a Gestão do Órgão está fundada em seus dois principais instrumentos: o Planejamento Estratégico 2010-2018 e o Programa Gespública. Estes, por sua vez, foram propulsores de diversas mudanças: nos processos, na legislação, na infraestrutura, na tecnologia, no clima organizacional e, principalmente, na eficácia e na comunicação efetiva de nossas ações institucionais. Temos ainda muitos desafios na consolidação destes instrumentos, na garantia da sustentabilidade institucional e no alcance da visão de futuro, e não creio existir ambiente mais propício a isso que em nosso MPE-TO.

Oportuno se faz, ainda, agradecer aos colegas pelo apoio e amizade, além de parabenizá-los pela qualidade dos serviços prestados ao órgão, o qual, esperamos, continue no caminho do desenvolvimento.

João Ricardo de Araújo Silva
Chefe do Departamento de Planejamento e Gestão



Assessoria de Controle Interno

A Assessoria de Controle Interno, ao longo dos quatro anos desta Gestão, buscou atuar na prevenção, orientação e controle dos atos de gestão, programas de trabalho, recursos e sistemas de controle administrativo, patrimonial, financeiro, orçamentário, operacional e contábil; sempre em observância aos princípios constitucionais da Administração Pública, alinhados às

metas planejadas, otimizando recursos e evitando erros e desperdícios potenciais que pudessem macular a gestão. De forma incisiva, trabalhou concomitantemente nos processos administrativos de aplicação dos recursos, assessorando o gestor e sua equipe no cumprimento das atividades ministeriais com eficácia, eficiência e transparência. Assim, a equipe do Controle Interno encerra este ciclo com a certeza do dever cumprido e a missão de aprimorar constantemente suas atividades em prol da boa gestão dos recursos públicos.

José Batista de Lima Filho
Chefe da Assessoria de Controle Interno





Área do Protocolo Geral

No que se refere às melhorias implementadas na Área de Protocolo Geral da PGJ nos últimos quatro anos, relato, como Encarregada de Área, que tivemos um avanço significativo na área de tecnologia. A disponibilização de aparelhos como computadores, impressoras e scanners, além de facilitar o exercício do nosso trabalho, trouxe maior agilidade às atividades desenvolvidas em nosso setor. Hoje temos um computador para cada servidor com acesso à internet, trazendo celeridade aos trabalhos realizados através dos programas internos. Ressalto também, na área de recursos humanos, a lotação de um Oficial de Diligências para a realização de serviços externos, que antes eram desenvolvidos pelos próprios servidores do setor.

Iracema Alves de Brito
Encarregada de Área do Protocolo Geral da PGJ



Área de Patrimônio

Visando atender ao objetivo estratégico de garantir infraestrutura adequada, foram realizados diversos investimentos na gestão patrimonial da Procuradoria-Geral de Justiça. Dentre estes investimentos podemos destacar a renovação da frota de veículos, aquisição de equipamentos de informática e principalmente a compra de mobiliários novos para as Promotorias instaladas em sede própria construída.

Outro avanço na gestão foi a realização do inventário nos anos de 2011 e 2012, o que possibilitou avaliar o estado de conservação dos bens e as necessidades da Procuradoria e das diversas Promotorias de Justiça.

Também foram realizadas baixas patrimoniais, sendo redistribuídos aqueles bens que não atendiam mais às necessidades da Procuradoria-Geral, os quais foram doados a outros órgãos, entidades sociais ou mesmo para reciclagem, possibilitando renda a pessoas carentes e destinação adequada dos resíduos.

As atividades ministeriais têm crescido vertiginosamente e a infraestrutura tem buscado acompanhar este desenvolvimento com o fito de proporcionar aos membros, servidores e principalmente ao cidadão, ambientes adequados às suas necessidades.

Leandro Ferreira da Silva
Encarregado da Área de Patrimônio



Comissão de Licitação

Nos últimos anos (2009-2012), a Comissão Permanente de Licitação do MPE-TO vem crescendo de forma consistente, por meio da qualificação profissional proporcionada pela Instituição e pela prática do dia-a-dia, na qual profissionais colaboram com os seus conhecimentos, trabalhando de forma coletiva e organizada em prol do sucesso nas aquisições e contratações. Do ponto de vista físico-estrutural, algumas conquistas e melhorias contribuíram para este crescimento, como o ambiente de trabalho

favorável e adequado.

Do ponto de vista técnico-operacional, a partir de 2009, destaca-se a utilização sistemática do Sistema de Registro de Preços, bem como a implantação do Portal da Transparência no âmbito do MPE-TO, ferramenta de controle social no qual são publicados os dados referentes à gestão organizacional, que possibilita à sociedade acompanhar todos os procedimentos licitatórios, contratos e atas de registro de preços firmados.

A partir de 2010, o processamento das contratações para construção de obras, antes realizado pela Secretaria de Infraestrutura do Estado, passou a ser conduzido pela Comissão Permanente da PGJ, sendo processadas oito concorrências para construção dos prédios sedes das Promotorias de Justiça de Paranã, Miranorte, Taguatinga, Arraias, Natividade, Guaraí e Peixe e para execução da obra do elevador na sede da PGJ.

Além do portal da transparência, outra ferramenta eficiente implementada em 2011 se refere ao SICAP-LO – Sistema Integrado de Controle e Auditorias Públicas – Licitações e Obras do TCE-TO destinado à remessa de dados de procedimentos licitatórios e informações sobre as obras e serviços de engenharia por meio eletrônico, cuja vantagem principal é o acompanhamento sistemático e efetivo em tempo real pelos Órgãos de Controle.

Nesse período, foram realizados 238 procedimentos licitatórios, uma média de 59 certames por ano, entre pregões presenciais, eletrônicos e concorrências. É importante ressaltar, ainda, que o respaldo proporcionado pela Instituição e seu corpo gestor para o desenvolvimento das atividades contribuíram para o amadurecimento e consolidação desta Comissão de Licitação, que vem conquistando a cada dia um espaço de respeito, credibilidade e referência junto aos licitantes e a outros órgãos da Administração, este último notadamente pela reciprocidade na troca de informações e experiências. Como resultado, nossos procedimentos licitatórios vêm sendo frequentemente utilizados como parâmetro em outras instituições, sem contar as inúmeras e crescentes solicitações de caronas às Atas de Registro de Preços. Isto, no entanto, não faz esta Comissão perder sua essência inovadora diante de novos desafios, tornando gratificante fazer parte da equipe administrativa desta gestão.

Edilma Dias Negreiros Lopes
Presidente da Comissão de Licitação



Departamento Financeiro

Na gestão dos biênios 2009/2010 e 2011/2012, o Departamento de Finanças e Contabilidade destacou as seguintes melhorias implementadas no setor:

No início do segundo biênio 2011/2012, o Departamento solicitou ao Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação o desenvolvimento de um Sistema Gerencial para controle específico de diárias, o qual se encontra em fase de conclusão e testes. O Sistema de Gerenciamento e Controle Financeiro, desenvolvido neste Departamento pelo servidor Leonardo Rosendo dos Santos, Contador desta Instituição, foi concluído com sucesso e se encontra em funcionamento.

Outro ponto que merece destaque foi a participação dos servidores do Departamento Financeiro e Contabilidade em vários cursos, seminários e capacitações nas modalidades presencial e à distância, nas áreas de atendimento ao cidadão, aprendizagem virtual, planejamento nas aquisições de bens e serviços públicos, contabilidade aplicada ao setor público, suprimento de fundos, retenções de tributos pelos órgãos públicos, Aposentadorias e Pensões dos Servidores Públicos e Sistema SIAFEM, totalizando mais de 400h/aula de treinamento.

Destaca-se também, a participação do Servidor Jalson Pereira de Sousa no curso de Especialização na área de Gestão do Poder Judiciário, decorrente de um Termo de Parceria celebrado entre a Escola ESMAT e o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CESAF.

Desta forma, o Departamento Financeiro conta com a participação efetiva de nove servidores, todos com formação superior, capacitados e comprometidos com o serviço público.

Margareth Pinto da Silva Costa
Chefe do Departamento Financeiro



Área do Arquivo Geral

O setor de Arquivo passou por uma reformulação nos dois últimos anos, sendo que as principais melhorias realizadas foram: a reforma da sala, que ficou mais ampla, possibilitando maior circulação e comodidade no atendimento das solicitações dos usuários e a iluminação dos corredores, que ficavam escuros ou com iluminação insuficiente.

Outro aspecto foi a retirada dos armários antigos e instalação de prateleiras em todas as divisões, o que facilitou o arquivamento e organização dos documentos e processos. A substituição dos computadores por outros mais modernos também foi uma medida favorável, que garantiu maior agilidade e qualidade nos trabalhos desenvolvidos por este departamento.

Ruth Virginio Veloso
Encarregada de Área do Arquivo Geral



Área de Transportes

No período compreendido entre os exercícios de 2009 a 2012, esta Área de Transporte dedicou-se a dar continuidade aos trabalhos que vinham sendo realizados, dando suporte e prioridade, juntamente com o departamento administrativo, na realização das tarefas pertinentes a este órgão ministerial, de modo que atendemos 100 % (cem por cento) das promotorias do interior, contribuindo para o bom andamento dos serviços prestados.

Para tanto, contamos com o apoio incondicional da atual gestão, que atendeu às nossas solicitações no sentido de renovação e ampliação da frota. Nesse sentido, foram adquiridos 29 novos veículos (19 estão em uso e 10 encontram-se licitados para aquisição a qualquer momento, por meio de ata de registro de preços), aquisições que buscaram solucionar as deficiências existentes, disponibilizando veículos a Promotorias que não dispunham e renovação de veículos com bastante tempo de uso, em outras Promotorias. Dessa forma, conseguimos aumentar a segurança dos membros e servidores que utilizam os veículos oficiais e reduzimos significativamente o consumo de combustível e as despesas com manutenção, pois 60% (sessenta por cento) dos veículos que hoje compõem a frota oficial possuem menos de 2 anos de uso.

Foi implantado ainda, nesse período, um sistema informatizado para a realização de abastecimento e manutenção, sendo o MP tocantinense um dos pioneiros neste âmbito, possibilitando-nos fazer o gerenciamento de toda a frota através de um sistema on-line, em diversos pontos do estado. Assim, descentralizou-se essa modalidade de serviço, permitindo que um veículo possa abastecer ou ser consertado na cidade de lotação, tornando a administração mais econômica e eficiente.

Heber Ricardo da Cruz Almeida
Encarregado da Área de Transportes

Área de Manutenção



Na gestão do Procurador-Geral Clenan Renaut, a Área de Manutenção e Segurança teve um avanço significativo na sua estrutura operacional, tanto na aquisição de equipamentos, máquinas e ferramentas, quanto no aumento de funcionários terceirizados, sendo estes artífices e ajudantes de artífice que passaram de 02 (dois) para 07 (sete), que atuam nas áreas de climatização, elétrica, pintura e pequenos reparos, onde antes muitos serviços eram terceirizados por falta de pessoal e de ferramentas adequadas. Hoje contamos com uma boa estrutura que nos torna aptos a atuar em praticamente todas as demandas relacionadas à Área de Manutenção e Segurança.

Claudenor Pires da Silva
Encarregado da Área de Manutenção



Este livro foi composto na tipografia Myriad Pro 11/14 para o texto e Frutiger Pro Bold 20/20 para os títulos, foi impresso no papel Couchê Fosco 170g/m² para o miolo e Triplex 300g/m² para a capa.





202 Norte, Av. LO 04, Conjunto 1, lotes 5 e 6,
Plano Diretor Norte, Palmas- TO, Cep: 77.006-218
www.mp.to.gov.br